UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Lucas Monteiro de Oliveira

As dinâmicas da luta pela anistia na transição política.

VERSÃO CORRIGIDA

De acordo:

São Paulo

2015

LUCAS MONTEIRO DE OLIVEIRA

As dinâmicas da luta pela anistia na transição política.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Mestre em História
Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Francisco
Napolitano de Eugênio.

São Paulo

2015

Nome: OLIVEIRA, Lucas Monteiro de.

Título: As dinâmicas da luta pela anistia na transição política.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Mestre em História
Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

RESUMO

OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. **As dinâmicas da luta pela anistia na transição política.** 2014. 164 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

O objeto central desta dissertação foram as relações estabelecidas, entre 1975 e 1979, entre os movimentos pela anistia e o Estado. Trabalhou-se especificamente com a relação da aprovação da lei 6.683/79 e a dinâmica da transição brasileira, buscando compreender como as ações dos movimentos influenciaram a agenda de abertura elaborada pela ditadura. A partir da hipótese inicial, de que os defensores da anistia produziram diferentes significados para a luta, analisei: o Movimento Feminino Pela Anistia, o Comitê Brasileiro pela Anistia, as mobilizações dos exilados, o pronunciamento do General Figueiredo e a atuação de parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro e da Aliança Renovadora Nacional. Nas disputas empreendidas por esses agentes ficou evidente uma tensão entre o sentido de anistia como esquecimento e da anistia como rememoração. O sentido de esquecimento, conciliação e pacificação, foi elaborado por parte da oposição e incorporado à agenda oficial da transição. A aprovação da anistia foi uma resposta ao amplo ciclo de mobilizações populares empreendidas no final dos anos 1970. A estratégia foi dividir a oposição e trazer a disputa para o campo institucional. Para isso, foi aprovada a lei partidária, que canalizou os esforços militantes para essa atuação. Ficou relegada ao segundo plano a investigação das violações de direitos humanos e a responsabilização dos agentes da ditadura. Tais lacunas foram fundamentais para a construção do Estado Democrático Brasileiro.

Palavras-Chave: Anistia, Transição, Movimentos Sociais, Ditadura, Partidos Políticos.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. **The dynamics of the fight for amnesty during the political transition.** 2014. 164 pages. Master's Thesis – Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2014.

The main subject of this thesis is the connections, established from 1975 to 1979, between the State and the movements for amnesty. Particularly, I have worked with the connection between the approval of law 6683/79 and the dynamics of transition in Brazil, aiming to comprehend how the actions of these movements have influenced the democratization agenda implemented by the dictatorship. From the initial hypothesis that the fight for amnesty took on various meanings inside each advocate group, I have analyzed: The Women's Movement for Amnesty, the Brazilian Committee for Amnesty, the various mobilizations carried out by the exiles, General Figueiredo's speech, and the work of congressmen from the Brazilian Democratic Movement and the National Renewal Alliance Party. During the disputes undertaken by these agents, a tension between the meaning of amnesty as forgetting or amnesty as remembering became clear. The interpretation of amnesty as forgetting, reconciliation and appeasement was developed by part of the opposition and incorporated to the transition's official agenda. The approval of amnesty was a response to the extensive series of popular mobilizations that took place in the late 1970s. The strategy was to divide the opposition and move the dispute into the institutional field. To that end, the political party law was approved, channeling militant efforts towards that area. Investigating human rights violations and imputing responsibility to the agents of dictatorship was relegated to the background. These omissions were essential to the construction of the Brazilian Democratic State.

Keywords: Amnesty, Transition, Social Movements, Dictatorship, Political Parties.

Agradecimentos

Pensar em agradecimentos coloca-me uma pergunta, devo agradecer às pessoas que contribuíram para minha formação ao longo da vida e me permitiram chegar até essa reflexão? Ou devo agradecer àqueles que colaboraram diretamente para esta dissertação? Escolhendo um caminho, ou outro, sempre cometerei alguma injustiça.

Primeiramente agradeço ao meu orientador Marcos Napolitano, que acompanhou de perto este trabalho, me incentivando, trocando ideias, indicando caminhos, discutindo e ponderando. Na qualificação pude contar com as importantes colocações de Adriano Codato e Janaína Teles, que foram fundamentais para o aprofundamento desse trabalho. Agradeço ao Edson Teles, por ter me indicado os primeiros caminhos pelos quais poderia seguir esta pesquisa. Ao Paulo Arantes, pelo aprofundamento nas reflexões sobre a formação do Estado Democrático no Brasil. A reflexão feita aqui sobre os movimentos sociais seria impossível sem a disciplina sobre movimentos sociais, ministrada pelo professor Lúcio Kowarick; agradeço também aos colegas de sala que compartilharam suas reflexões comigo e permitiram o aprofundamento da análise.

Minha formação enquanto historiador baseou-se nas possibilidades de trocas de análise, impressões e discussões com diversas pessoas. Dentre essas, preciso destacar algumas. Ao João Bernardo, que, com as críticas sinceras, o companheirismo, a generosidade nas indicações e leituras; contribuiu para que eu conseguisse pensar o mundo para além de questões imediatas. Ao Lincoln Secco, por ter compreendido divergências e potencialidades. Aos companheiros e companheiras de graduação e pós que ajudaram a me disciplinar, a pensar de forma mais ampla, a entender melhor a vida: Fred, Ricardo, David “KK”, “Ramone”, Edu, Marquinhos, Luis, Douglas, Daniela Alarcon, Danilo, Fernandão, Ju, Tati, Kaya, Uiran, Patrícia e Victor. Aos colegas do grupo de memória e ditadura, pelas boas discussões e apontamentos. Não poderia deixar de mencionar os amigos – Alex, Carla, Manuela, Mônica e Ed – que possibilitaram o desenvolvimento do meu trabalho como professor com parcerias, ouvidos atentos, sugestões e apoios.

Agradeço ao Bruno, ao Lucas Lui e à Isabel, pela amizade duradoura e constante. Às gêmeas Monique e Erica, pelo suporte, apoio e incentivo. Ao Caio, por ter renovado minhas esperanças. À Ciça, por me acalmar e me compreender. À Marina e ao Leo, por serem sempre

um modelo a ser seguido. Ao Rodolfo, por me manter livre. Aos camaradas Rafa, Gus, Douglas, Vitor e Ciola pelos projetos e lutas conjuntas.

Com uma grande família muitos são os que precisam ser lembrados. À Mariana, por ser a irmã que escolhi. Aos irmãos Arthur e Qui, pelas histórias que compartilhamos. Aos tios: Adriano, Antônio, João, Mario, Marcelo, Paulo, Paulo “a Fera do Rock”, Pedro e Valdir. Às tias Margot, Ana, Bel, Bêa, Inês, Lia, Lúcia, Maria Lúcia, Nídia, Solange, Suiá, Tereza e Zélia. Aos primos e primas. À Marcinha e ao Edu, por serem compreensivos, fortes e decisivos na minha formação. À Dora, por ter me ensinado, desde pequeno, a implicar com o mundo. Ao Bolliger e à Marô, por terem me levado para a política. À Beth, ao Neno e à Cristina, por terem me acolhido. À Iara e à Giovanna, por me encherem de alegria. À vó Maria, por dançar comigo. Ao Pedro, pelo esforço de estar sempre presente, por ter me ensinado poesia. Ao Moacyr e Celita, por serem sempre minha segurança, por me escutarem, por terem me feito ter a perspectiva de mundo que tenho. À Pri e ao Urso, sem os quais nada do que eu fiz seria possível.

Por fim, agradeço à Juliana, por acreditar desde o início, pela força, por ter me feito gostar mais do mundo e de mim mesmo, por ter me ajudado a compreender as diferenças, pela vida que construímos juntos.

LISTA DE SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa
ARENA: Aliança Renovados Nacional
ALN: Ação Libertadora Nacional
CAB: Comitê pela Amnistia no Brasil
CBA: Comitê Brasileiro de Anistia
CEB: Comunidades Eclesiais de Base
CEN: Comissão Executiva Nacional
CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MFPA: Movimento Feminino pela Anistia
MR8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
PC do B: Partido Comunista do Brasil
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PDS: Partido Democrático Social
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP: Partido Popular
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
UDN: União Democrática Nacional
UNE: União Nacional dos Estudantes

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE ANISTIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	15
1.1 O Movimento Feminino pela Anistia e a pacificação da família nacional	16
1.2 Anistia como o retorno para casa	29
1.3 Anistia Ampla, Geral e Irrestrita	39
CAPÍTULO 2 – AS MOBILIZAÇÕES PARLAMENTARES EM TORNO DA ANISTIA.	53
2.1 Quem foi o pai da anistia?	55
2.2 A paz familiar	66
2.3 Quais filhos merecem perdão?.....	77
CAPÍTULO 3 – A ANISTIA DENTRO DE UMA AGENDA DE TRANSIÇÃO	95
3.1 Abertura lenta, gradual e segura.	97
3.2 A inserção da luta pela anistia em um ciclo de confronto sustentado.	106
3.3 A reforma partidária e a dispersão política.	112
CONCLUSÃO	124
REFERÊNCIAS	127
ANEXOS	135
ANEXO 1- LEI No 6.683.....	135
ANEXO 2 - Emenda constitucional n º11 de 1979	139
ANEXO 3 - Lei de partidos políticos 6767/79.....	141

Introdução

Em 28 de agosto de 1979 foi aprovada a lei de anistia, sendo considerada – tanto pela imprensa quanto pela academia – um importante marco na transição da ditadura para a democracia. Entretanto, foram poucas as pesquisas que buscaram compreender, especificamente, a inserção da anistia na construção da agenda de transição. Foi esse o esforço que orientou esta dissertação. Para tanto, foi necessário analisar: as dinâmicas dos movimentos em favor da anistia; as articulações e discussões parlamentares em torno da lei; além da relação entre essas mobilizações e as demais ações oposicionistas.

O presente estudo teve como objetivo compreender a inserção da anistia em uma agenda de transição. Considero a lei 6683/79 como central para o desenvolvimento de uma transição conservadora estabelecida a partir das relações e negociações entre os movimentos sociais, as associações de classe, os partidos políticos, os parlamentares, a imprensa e o governo estabelecido. A compreensão do papel da anistia na transição negociada incluiu a reflexão sobre as lacunas deixadas nesse processo; essas lacunas foram fundamentais para a construção do Estado Democrático Brasileiro. Nesse sentido, busquei situar a lei de anistia na dinâmica da transição lenta, gradual e segura, na qual a aprovação da lei sinalizou quais setores poderiam participar da vida política – e quais estariam impedidos – ao mesmo tempo que interditou a apuração dos crimes cometidos pela ditadura.

O desenvolvimento deste trabalho se estruturou em torno da investigação acerca de três hipóteses. A primeira hipótese era de que os movimentos em torno da temática não eram um bloco monolítico, a ênfase e a compreensão do termo anistia variava de acordo com os agentes políticos envolvidos. Durante a pesquisa realizada procurei compreender situar as tensões entre os sentidos de esquecimento e de rememoração, analisando a atuação do Movimento Feminino pela Anistia, do Comitê Brasileiro pela Anistia, as mobilizações dos exilados, a atuação dos parlamentares e os pronunciamentos do governo sobre o tema. A segunda hipótese, decorrente da primeira, foi de que a construção do imaginário da anistia enquanto esquecimento não foi uma construção exclusiva da ditadura, pois, contou com a participação ativa da oposição. A análise da documentação, empreendida nos capítulos 1 e 2, procurou demonstrar como a anistia

surgiu como demanda por esquecimento e conciliação dentro do MFPA, e como esse discurso foi apropriado tanto pela Arena quanto pelo MDB. Por fim, a terceira hipótese foi de que não é possível sustentar que a dinâmica na transição do Brasil foi um processo exclusivamente controlado pelos militares. Apesar de ter sido iniciado por eles a atuação dos movimentos sociais teria alterado essa agenda, dentre os movimentos que atuaram nessa construção estiveram as lutas pela anistia. A pesquisa empreendida permitiu apontar para a anistia como uma concessão parcial ao ciclo mais amplo de mobilizações populares no final dos anos de 1970, servindo para reposicionar e dividir diferentes projetos oposicionistas. Nesse momento novos personagens¹ políticos protagonizaram uma série de manifestações de contestação à economia do país, ao mesmo tempo que se chocavam diretamente com o aparato repressivo da ditadura. A ação legislativa, na aprovação da lei de anistia e na reforma partidária, foi uma resposta a esse ciclo de confrontos e procurou delimitar e direcionar a atuação militante.

¹ Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 50.

O debate social em torno do tema continua presente, reverberando tanto nos jornais quanto nos meios acadêmicos. De um lado, as organizações de direitos humanos,² questionam o caráter recíproco da lei e tem a luta pelo julgamento dos agentes estatais como uma das suas principais bandeiras.³ Para essas organizações, o julgamento dos militares seria necessário para a construção da democracia, pois, a falta de condenação da tortura impediria a efetivação de uma sociedade democrática, já que não permitiria a elaboração da violência sofrida⁴. Do outro lado, grupos civis e militares, defendem que a anistia beneficiou “ambos os lados”⁵ Para esses, a aprovação da anistia teria colocado uma pedra sobre o assunto e mexer em tais questões seria uma revisão “da conciliação obtida na transição democrática” fruto da ação de “esquerdistas revanchistas” que ameaçavam “a própria democracia brasileira”⁶. No campo acadêmico pode-se notar uma maior incidência de pesquisas acerca do tema nos últimos 10 anos; não perdura mais o quadro do início da década de 2000 no qual “a anistia, apesar de ser considerada pela maioria dos autores ponto nevrálgico do processo em andamento, é abordada apenas tangencialmente”⁷. A aproximação das efemérides dos 30 anos de aprovação da lei colaboraram, também, com o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de História, Ciência Política, Direito e Filosofia, formando um campo amplo de investigação e debate acadêmico.

Na tentativa de compreender a conciliação entre um passado doloroso e um presente democrático Edson Almeida Teles desenvolveu, em sua tese, a análise

² Como o Grupo Tortura Nunca Mais. os Comitês de Familiares de Mortos e Desaparecidos, os grupos de ex-presos políticos, entre outros.

³ Como se pode ver no caso do julgamento da ação movida pela família Teles contra o Coronel Carlos Brilhante Ustra.

⁴ Safatle, Vladimir . A profecia da violência sem traumas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 6 jul. 2008.

⁵ Esta interpretação da lei não é única mas é a que prevalece hoje com o julgamento do Supremo Tribunal Federal da ação da OAB que pedia a não aplicabilidade da anistia a casos de tortura e desaparecimento de pessoas, por estes serem crimes contra a humanidade e portanto inaniistáveis. Esta interpretação é contestada por diversos juristas de renome como Hélio Bicudo e Fábio Konder Comparato. Cabe lembrar que por conta da anistia aos torturadores o Brasil foi condenado em 2010 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

⁶ Brincando com fogo. *O Estado de São Paulo*, 31 dez. 2009. Mais do que apenas afirmar o papel da lei de anistia na transição democrática o referido editorial afirma que o processo de abertura brasileira foi modelar, pois não envolveu explosões de violência como no restante da América Latina.

⁷ Greco, Heloisa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutorado). UFMG, Belo Horizonte, 2003, p. 3.

comparativa da transição no Brasil e na África do Sul. Para Teles, a anistia teve um papel central, pois implicou em uma conciliação com a omissão do horror, na qual a sociedade brasileira teria interditado a possibilidade de elaboração do trauma de maneira pública, furtando-se à responsabilidade coletiva pelas violências perpetradas pelos agentes do Estado. Esse apagamento foi de encontro ao caráter memorialístico atribuído aos movimentos de luta pela anistia, que previa, no âmbito privado, a rememoração dos entes queridos que se opuseram ao regime e lutaram pela transformação da sociedade, e, no âmbito público, a construção de uma memória comum, com a apuração e a punição dos crimes cometidos pelo Estado. Concordo com o autor no que se refere à anistia como um processo de conciliação que omitia as violações perpetradas pela ditadura, sendo um indicativo das lacunas presentes no Estado Democrático brasileiro. Segundo Edson Teles, os familiares de mortos e desaparecidos atuantes na luta pela anistia negavam a tradição grega que instituíra a anistia como pacificação e esquecimento necessário para a democracia⁸. A partir da ação desses movimentos foi possível a incorporação da anistia no campo das reformas presentes na abertura, já que nos anos de 1977/78 não era prevista a anistia política como parte da distensão⁹. Para o autor essa incorporação foi torcida pela ditadura, que conseguiu incorporá-la como algo recíproco e “criou no imaginário nacional a ideia de consenso segundo a qual todos foram anistiados”¹⁰. Nesse aspecto, cumpre ressaltar que a ideia da anistia como esquecimento não foi algo originário do poder instituído; o início das mobilizações protagonizadas pelo MFPA retomava o instituto jurídico grego¹¹ e, portanto, a noção de esquecimento.

Procurando analisar especificamente a ação dos movimentos em luta pela anistia, Fabíola Brigante DelPorto, em sua dissertação, afirmou que estes teriam inaugurado a reivindicação por direitos, contribuindo para a formação da noção de cidadania e sendo

⁸ Teles, Edson Luís de Almeida. *Brasil e África do Sul: memória política em democracias com herança autoritária*. Tese (doutorado), São Paulo, USP, 2007, p. 52.

⁹ Teles, Edson Luís de Almeida. *Brasil e África do Sul: memória política em democracias com herança autoritária*. Tese (doutorado), São Paulo, USP, 2007, p. 41.

¹⁰ Teles, Edson Luís de Almeida. *Brasil e África do Sul: memória política em democracias com herança autoritária*. Tese (doutorado), São Paulo, USP, 2007, p. 56.

¹¹ Zerbine, Therezinha. Palestra realizada em Campinas, São Paulo, no salão vermelho da Câmara Municipal em 28 de maio de 1979, por convite do IEPES. Temática Anistia e Direitos Humanos. In: *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo. 1977, p. 250.

fundamentais para a constituição da sociedade civil brasileira¹². Para ela, a anistia estava inserida em uma gramática de direitos humanos que, conjuntamente com a ascensão de novos movimentos sociais, colocou os direitos humanos não como direitos individuais, mas como direitos sociais¹³. A autora associou esse processo de luta a uma revisão dos valores éticos e políticos da própria esquerda, com a integração da mobilização no discurso de construção democrática inserido no contexto de derrota da luta armada e da autocrítica da derrubada do poder pela via insurrecional. Parece-me acertada a análise de reelaboração programática da esquerda na década de 1970, especialmente em relação à aceitação da participação dentro do jogo político liberal, embora fossem reconhecidas as limitações do mesmo¹⁴. A autora acerta novamente quando identifica a oposição à legislação de exceção, a denúncia às torturas e a investigação dos desaparecimentos políticos, protagonizada pelos movimentos em defesa da anistia nos anos de 1970, como uma busca pelo restabelecimento do Estado Democrático de Direito¹⁵.

Segundo a autora o projeto aprovado, embora não fosse o desejado pelas oposições, foi percebido como uma vitória do movimento por conta da forte resistência ao tema que as elites militares tinham. Isso posto, a inserção da anistia recíproca só foi incorporada à agenda governamental devido à pressão dos movimentos organizados. Embora concorde com a autora em relação à incorporação da anistia na agenda de transição ter sido advinda da ação dos movimentos, minha pesquisa documental indicou uma divisão entre os militantes que interpretavam a anistia como uma vitória e os que consideravam que a anistia aprovada perpetuava as estruturas de dominação da ditadura. Outro ponto analisado por DelPorto foi a integração dos movimentos pela anistia em uma gama mais ampla de reivindicações por cidadania em um momento marcado pela emergência de novos sujeitos para a vida pública. Para a autora, a aprovação da lei representou uma vitória e demonstrou a possibilidade de conquistar direitos, sendo fundamental para o fortalecimento dos movimentos sociais em oposição ao regime. A autora foi além, afirmando que os movimentos por direitos civis

¹² DelPorto, Fabíola Brigante. *A luta pela Anistia no regime militar brasileiro: a construção da sociedade civil no Brasil e a construção da cidadania*. Dissertação (mestrado). Campinas: Unicamp. 2002, p. 20-21.

¹³ Idem, ibidem, p. 74.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 71-73.

¹⁵ Idem, ibidem, p. 18.

emergentes, ao sentirem a anistia como uma conquista, estabeleceram um marco para a conquista de outros direitos e para o estabelecimento da sociedade civil. Considero adequada a identificação do ciclo de confronto¹⁶ mais amplo no qual se insere a luta pela anistia. No entanto, considero um equívoco a primazia atribuída ao movimento de anistia, bem como penso ser incorreto considerar a aprovação da lei 6683/79 como catalisadora dos movimentos sociais. Justifico esse posicionamento a partir da compreensão acerca das mobilizações operárias e de bairros como anteriores à aprovação da lei de anistia, sendo fruto do processo de renovação das práticas de trabalho de base dos sindicatos e das novas estratégias de mobilização da Igreja Católica¹⁷. Destaco ainda que os anos anteriores à aprovação da lei foram marcados por uma intensa agitação operária; apenas no ano de 1978 foram realizadas 118 greves¹⁸.

A pesquisa histórica que mais avançou na análise dos diferentes aspectos do movimento de luta pela anistia foi a de Heloísa Greco¹⁹, que tem como foco a seguinte questão norteadora: “Este movimento se esgotou em si mesmo? Qual a sua novidade e singularidade?”²⁰. O extenso trabalho de Greco procurou mapear a gênese do movimento de luta pela anistia, bem como analisar as ações realizadas pelo movimento e suas consequências. Segundo a argumentação presente na tese, o caráter inovador dos movimentos de anistia se deu na inauguração de uma linguagem própria de contestação ao regime, incorporando a questão dos direitos humanos e o direito à memória como centrais para a construção da cidadania. Para a autora, a novidade da luta pela cidadania ampliada foi fundamental na medida em que propunha a reabertura do espaço público atacando um dos pilares da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que tentava estabelecer a construção de uma nacionalidade sem cidadania. Segundo Greco, o surgimento do movimento de anistia carregava um forte pioneirismo em termos de contestação ao regime, pois os CBAs inauguraram o espaço público de oposição direta ao regime por meio da pauta dos direitos humanos. Considero que a autora está correta ao

¹⁶ Tarrow, S. *O poder em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, p. 201-21.

¹⁷ Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 27-28.

¹⁸ Codato, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*, nº 25, Curitiba, 2005.

¹⁹ Greco, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutorado), UFMG, Belo Horizonte, 2003.

²⁰ Greco, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutorado), UFMG, Belo Horizonte, 2003, p. 5.

destacar a construção de uma linguagem específica de oposição à ditadura criada a partir das mobilizações pela anistia; entretanto, ao destacar a inovação da luta pela anistia em contestar diretamente o regime, incorre-se no risco de separar as lutas políticas daquelas que fazem reivindicações econômicas ou sociais. Entendo que a própria mobilização direta da população colocava em questão os princípios da DSN e chocava-se diretamente com o aparato repressivo. A autora acerta novamente ao matizar a capilaridade social da luta pela anistia, apontando para limitações e dificuldades na popularização do movimento, com especial destaque para a precária articulação com setores populares, expressa na ausência de movimentos sociais no conselho consultivo do CBA. O desafio da popularização teria sido diagnosticado pelo próprio movimento, que a considerava fundamental para o avanço da luta e percebia a dificuldade de mobilização das bases das entidades para a luta pela anistia²¹. No entanto, Greco não avançou na relação entre essas mobilizações, o que considero fundamental para a compreensão do papel da anistia na transição.

Entendo que a contribuição mais importante do estudo de Heloísa Greco foi a análise da existência da tensão interna ao movimento acerca do significado do termo anistia. A autora afirma que inicialmente o termo remetia à tradição grega – *amnésia* – de esquecimento e olvido²², portanto, propunha-se esquecer o passado para que fosse possível o retorno da normalidade democrática. O sentido atribuído à anistia pelo Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) seria o de uma esponja que apagaria as tensões do passado para que se obtivesse a paz no presente e no futuro; estava inclusa nessa perspectiva a ideia de um pacto de pacificação no qual a sociedade brasileira desarmaria os espíritos. Um sentido divergente de anistia, como rememoração e recordação – *anamnese* –, teria sido gestado no movimento a partir da criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs)²³. Esse sentido seria oriundo da popularização do movimento e da participação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Segundo Greco, passou-se a encarar a anistia como um ato de contra-memória

²¹ Greco, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutorado), UFMG, Belo Horizonte, 2003, p. 181.

²² Greco, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutorado), UFMG, Belo Horizonte, 2003, p. 317-330.

²³ Greco, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutorado), UFMG, Belo Horizonte, 2003, p. 317-330.

no qual se trazia – na prática – a recordação da luta dos que se opuseram ao regime e foram por ele reprimidos; essa luta trazia, ainda, o caráter de garantir a segurança dos que estavam nos movimentos sociais da época por opor-se ao aparato repressivo. Essa delimitação das tensões me parece fundamental, pois foi constitutiva da dinâmica estabelecida entre os movimentos e a ditadura. Porém, diferentemente da autora, considero que ambas as tendências continuaram fortes dentro do movimento, não se restringindo a uma questão tática de diálogo com setores “liberais extremamente moderados”²⁴.

A pesquisa empreendida por Janaína Teles teve como foco a memória acerca da ditadura militar brasileira, a partir da análise de como a sociedade lida com os mortos e desaparecidos políticos. Para tanto, analisou a luta dos familiares em busca da memória, da verdade e da justiça. A autora considerou a lei da anistia com especial destaque por possibilitar a ampliação da esfera pública, na medida em que garantiu o retorno dos exilados e retirou o caráter clandestino da política, ao mesmo tempo que impediu a investigação e o esclarecimento dos crimes, interditando a memória individual e coletiva sobre as violações de direitos humanos²⁵. Teles considera, ainda, que a inserção da anistia como uma luta pela construção da democracia teria imputado aos que participaram da luta armada o caráter de resistência democrática, efetuando um deslocamento simbólico dessas mobilizações. A perspectiva levantada pela autora em relação à dupla função da lei de anistia foi utilizada na presente dissertação como um caminho para a compreensão das dinâmicas de conciliação estabelecidas entre o Estado e os movimentos que lutavam pela anistia, pois permitiu constatar a inclusão de demandas oposicionistas na transição conduzida pelo governo, bem como a percepção da exclusão de demandas e setores da oposição desse processo.

Os agentes com maior destaque na investigação empreendida pela autora foram os familiares de mortos e desaparecidos. Segundo Janaína Teles, eles tiveram um papel fundamental na luta pela anistia, imprimindo a ela o caráter de “resgate da memória e direito à verdade, como reparação histórica, luta contra o esquecimento e recuperação

²⁴ Idem, Ibidem, p. 137.

²⁵ Teles, Janaína de Almeida, *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação (mestrado), USP, São Paulo, 2005, p. 9.

das lembranças”²⁶. Pautavam a investigação e apuração dos crimes cometidos pela ditadura; exigindo sua investigação esses militantes enfrentavam a DSN e procuravam obrigar o Estado a admitir a prática de torturas e assassinatos. Nesse sentido, colocavam-se contrários a uma possibilidade de esquecimento do passado prevista nas propostas de reconciliação. Essa definição fez-se importante por marcar a diferença dentro dos setores oposicionistas, uma vez que ao adotarem essa posição foram considerados – por outras pessoas engajadas na luta por anistia – como revanchistas ou ingênuos, pois pretendiam uma radicalização maior do que a possível na dinâmica da transição, ademais, estariam colocando em risco a própria abertura ao exigir a apuração das circunstâncias de mortes e desaparecimentos políticos²⁷. A atuação dos familiares negava, assim, a perspectiva de consenso atribuída à lei de anistia, optava pela denúncia e responsabilização direta dos militares pelas violações dos direitos humanos. A resistência interna ao movimento pela anistia na defesa de suas pautas ajuda a compreender a baixa incidência de pronunciamentos e propostas de emendas sobre o tema no momento de discussão da lei 6683/79 no Congresso Nacional.

A compreensão específica da lei 6.683/79 foi objeto da dissertação de mestrado de Glenda Mezarobba que a interpretou como o primeiro passo no processo de acerto de contas entre o Estado e a sociedade. Para a autora, o caminho de consolidação da democracia brasileira deveria passar, necessariamente, pela realização de medidas de reparação e responsabilização do Estado em relação às violações perpetradas pela ditadura militar. O segundo passo tomado foi a lei de Desaparecidos Políticos²⁸, pela qual se assumiu a responsabilidade pelas violações de direitos humanos; já o terceiro passo foi a lei 10599/02, que instituiu a reparação econômica aos perseguidos políticos. Contudo, Mezarobba indica a incompletude desse acerto de contas, pois, apesar das alterações promovidas na lei de anistia, o caráter de conciliação e os limites da lei 6.683/79 foram mantidos. Como o acesso à verdade que continua interditado, pois não

²⁶ Teles, Janaína de Almeida, *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação (mestrado), USP, São Paulo, 2005., p 108.

²⁷ Idem, ibidem, p. 113-124.

²⁸ A lei 9.140/95 foi aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso por pressão dos familiares de mortos e desaparecidos políticos.

foram investigadas as circunstâncias das mortes e o local dos corpos²⁹. Embora discorde da ideia processual presente no caminho traçado pela autora, considero acertada a análise da anistia com passo constitutivo da formação do Estado Brasileiro.

O estudo empreendido por Mezarobba indica a recusa inicial da ditadura militar de tratar da temática da anistia, destacando que mesmo a revisão das punições administrativas era vista com ressalvas. Para a autora, o ponto central na recusa do governo era a impossibilidade de anistiar terroristas, sequestradores e assaltantes de banco. A apresentação do projeto de anistia do Governo Figueiredo teria se dado em um momento considerado propício à pacificação, desde que fossem excluídos os grupos “terroristas”³⁰; seu caráter parcial e a escassa disposição para o diálogo teriam se comprovado durante a apreciação das emendas parlamentares ao projeto de anistia. Dessa maneira, “coube à oposição adaptar-se à dimensão da lei e a trabalhar pela volta da democracia”³¹. A análise de Mezzarobba foi feliz em identificar a disposição da ditadura de não reconhecer um setor da oposição como um agente político. Todavia, não analisa a construção da anistia como um projeto de pacificação nacional a partir dos setores oposicionistas. Essa ausência analítica limitou o aprofundamento da incorporação de determinado setores, enquanto outros permaneceriam alijados de qualquer participação.

Uma importante contribuição do estudo de Glenda Mezarobba para esta dissertação foi a inserção da proposição de anistia como parte do projeto de transição dos militares, no qual o passo seguinte foi a lei de partidos políticos. Avançando na proposição da autora pode-se afirmar que tanto a lei de anistia quanto a de partidos políticos foram aprovadas durante a ditadura. Por isso indicam seu caráter autoritário e excludente³². A primeira impossibilitava a inclusão da temática dos direitos humanos, pois impedia o julgamento dos torturadores e interditava a verdade e a justiça em nome da preservação da estabilidade; já a segunda estabelecia uma série de restrições e impedimentos da organização partidária, procurando excluir as demandas populares e

²⁹ Mezarobba, Glenda. Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro. Dissertação (mestrado), USP, São Paulo, 2003, p. 5-12.

³⁰ Mezarobba, Glenda. 25 anos de anistia: um processo inconcluso. *Novos Estudos 70 – CEBRAP*, 2004, p. 21-22.

³¹ Idem, ibidem, p. 22.

³² Mezarobba, Glenda. 25 anos de anistia: um processo inconcluso. *Novos Estudos 70 – CEBRAP*, 2004,, p 21.

operárias³³. Porém, faz-se necessário marcar uma confluência parcial de interesses entre os militares e a oposição; enquanto os primeiros precisavam enfraquecer o MDB, que vinha se mostrando, desde 1974, uma alternativa eleitoral de oposição; os segundos demandavam organizar-se em partidos específicos para disputar o poder político.

O trabalho de Andressa Villar Ramos centrou-se nos atores envolvidos na mobilização pela anistia; seu objetivo foi o de elaborar uma história política com ênfase na perspectiva dos sujeitos envolvidos na ação, retirando do Estado o papel exclusivo de sujeito histórico. Nesse sentido, Ramos anunciou como objetivo “analisar como a dimensão afetiva sob a repressão da ditadura foi transformada em ação”³⁴. Para a autora, o movimento pela anistia foi o lugar de manifestação das paixões públicas dos militantes, no qual as diferentes afetividades encontraram sua vazão e possibilitaram a rearticulação da esfera pública de atuação política. Ramos procurou diferenciar o movimento dos demais por não se pautar por uma demanda econômica, mas por uma questão política de contraposição ao regime, lutando por uma opção democrática e valorizando a política feita fora dos meios institucionais. Como já argumentei acima, entendo ser necessário destacar a inserção da luta pela anistia em um ciclo de confrontos protagonizado por diferentes atores sociais que se contrapunham à DSN. Eles empreenderam – simultaneamente – mobilizações questionadoras do modelo econômico e da política implementada pela ditadura. Concorro com o levantado por Ramos acerca da mobilização, empreendida pelos militantes em prol da anistia, ser criadora de espaços políticos extra-institucionais, com a organização de comitês e a realização de manifestações que fizeram parte da retomada dos espaços públicos. Contudo, isso não implicou em uma negação da articulação parlamentar e dos apelos em relação à institucionalidade. Ao longo da dissertação pretendo demonstrar como essa relação com o âmbito institucional, enxergada como uma importante frente de batalha pela anistia, influenciou as concepções políticas e as ações do movimento.

Com foco distinto das pesquisas acima comentadas, chama a atenção a investigação de Sandro Heverton de Câmara e Silva, que analisou a trajetória da temática da anistia no Congresso Nacional. Segundo Silva, o Parlamento foi um dos principais

³³ Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 266-273.

³⁴ Ramos, Andressa Maria Villar. *As sensibilidades coletivas nas ações políticas: a dimensão afetiva no movimento pela anistia (1975-1980)*. São Paulo: PUC-SP. 2008, p. 10.

espaços da “resistência democrática”³⁵, sendo um local privilegiado para a análise acerca do assunto. Embora concorde com a relevância da análise dos debates acerca da anistia no Congresso, parece-me problemática a atribuição ao Parlamento de ser um espaço de resistência democrática, pois, utilizando-se esse termo ocultam-se as dinâmicas de colaboração de setores da oposição com o regime. O autor destaca que a luta pela anistia foi considerada, desde o início da ditadura, como fundamental para os parlamentares, pois, era uma demanda relacionada diretamente aos interesses da classe política³⁶. A estratégia adotada seria a de pautar anistias específicas como forma de evidenciar a falta de democracia. Destaca ainda que, mesmo após a perda da prerrogativa do Congresso de pautar a anistia, as proposições de anistia pautadas pelo MDB continuaram a existir e demandavam o retorno dos mandatos parlamentares e a anulação das medidas punitivas. Nesse sentido, o autor contribui para a compreensão das discussões parlamentares ocorridas em 1979, quando se disputava qual dos partidos era responsável pela proposição da anistia. A análise de Silva parece-me importante para traçar continuidades na defesa parlamentar acerca da anistia – como uma forma de desarmar os espíritos e restabelecer a união nacional e como necessidade indispensável para o retorno à democracia³⁷ – e as formulações feitas pelo movimento. Entretanto, a análise se demonstra falha em não reconhecer a diferença proposta pelas mobilizações ocorridas a partir de 1975; naquele momento não se tratava da revisão de casos específicos e pontuais, mas de uma anistia irrestrita.

*
*
*

As considerações e análises da presente dissertação estiveram baseadas na documentação presente no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Arquivo da Fundação Perseu Abramo. Ambos os acervos permitiram o acesso à documentação da época com um variado número de panfletos, manifestos, cartilhas, artigos, resoluções congressuais e declarações públicas acerca da temática da anistia. Cumpre destacar que – em razão das efemérides da aprovação da lei – o Arquivo Público do Estado de São Paulo sistematizou toda a documentação referente à anistia presente em seu acervo. Em relação

³⁵ Silva, Sandro Héverton Câmara da. *Anistia política: conflito e conciliação no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro (1964-1979)*. Dissertação (mestrado), Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

³⁶ Idem, Ibidem, p. 21-22.

³⁷ Idem, ibidem, p. 54-56.

ao MFPA foi utilizada, também, a compilação de materiais elaborada por sua mais proeminente fundadora, Therezinha Zerbine, no livro *Anistia: semente da liberdade*. Pude contar com a importante sistematização acerca das fontes referentes à discussão parlamentar presente no livro *Anistia*, organizado pelo Congresso Nacional – sob coordenação do Senador Teotônio Vilela –; o livro reúne toda a documentação da Comissão Mista sobre Anistia, incluindo: o projeto de lei, as emendas, as atas das reuniões, os pronunciamentos em plenário e as contribuições enviadas pela sociedade.

No primeiro capítulo desta dissertação analisei a concepção de anistia presente em três espaços do movimento: o Movimento Feminino Pela Anistia, o Comitê Brasileiro pela Anistia e os comitês de anistia no exílio. O sentido da anistia esteve tensionado nesses movimentos entre a ideia de esquecimento e a ideia de rememoração, não sendo possível estabelecer um sentido único em cada um dos espaços de militância, mas tendências predominantes neles. A luta pela anistia teve um caráter de frente única, portanto, aglutinou uma série de tendências e grupos distintos, com diferentes projetos de oposição e de mudança para o país. Participaram dessas mobilizações presos políticos, familiares de desaparecidos, setores da Igreja ligados à teologia da libertação, ex-guerrilheiros, parlamentares de oposição, sindicatos, familiares de militares cassados, associações de profissionais liberais, estudantes, exilados, entre outros. Dentro dessa miríade variada de agentes, evidentemente, perpassaram diferentes concepções da anistia, com nuances influenciadas pelos interesses mobilizados. Procurei delimitar três vias de compreensão da anistia no contexto dos anos 1970. A primeira – marcante entre as fundadoras do MFPA – era a de anistia como esquecimento: seria uma medida saneadora da sociedade nacional para que se chegasse a uma conciliação da família brasileira com a libertação dos presos políticos. A segunda – marcante na estruturação dos CBAs – foi a da anistia como forma de lutar contra o aparato repressivo e de exigir a responsabilização dos agentes do Estado nas violações dos direitos humanos. Essa agenda esteve presente na bandeira levantada em favor da anistia ampla, geral e irrestrita, funcionando como um vetor de memória – ou rememoração – sempre tensionado com a ideia de esquecimento, também presente nos CBAs. A terceira concepção de anistia – dominante na mobilização dos exilados – era a de retorno para casa: para aqueles que estavam fora do país a anistia representava uma conquista material

objetiva: a possibilidade de voltar ao país de origem com a retomada de laços afetivos, políticos e de trabalho. Os exilados voltarem ao país permitiria, na opinião deles e dos que aqui estavam, uma maior atuação política, com ampliação dos militantes presentes na construção da transição para a democracia.

O segundo capítulo teve como foco a análise da concepção de anistia presente no parlamento. O objetivo foi perceber os pontos de aproximação e distanciamento entre as concepções do MDB e da Arena, bem como sua relação com os sentidos atribuídos pelos movimentos, analisados no capítulo anterior. A partir da análise das emendas, tornou-se possível perceber o foco da oposição em ampliar o escopo da lei com a inclusão de todos os perseguidos pelo regime. Destacou-se o baixo número de emendas proposto em relação às violações de direitos humanos. A partir dessa constatação duas hipóteses foram formuladas:

- 1) Não estava claro que a figura do crime conexo tinha a intenção de anistiar os torturadores;
- 2) A investigação das torturas e desaparecimentos não era encarada como uma prioridade na atuação parlamentar.

A partir da análise da documentação disponível pretendi demonstrar que estava clara a previsão da anistia aos torturadores no projeto de lei. O esforço para a alteração desse ponto coube aos familiares de mortos e desaparecidos, não por coincidência os mesmos atores políticos que continuaram nessa luta pelas décadas seguintes. Procurei indicar, ao longo do capítulo, as aproximações entre os discursos do MDB e da Arena referentes à anistia, com a incorporação da ideia de conciliação da família nacional e de esquecimento. Os parlamentares travaram uma disputa de qual seria a anistia que melhor propiciaria essa pacificação, para o MDB a anistia irrestrita e para Arena a proposta pelo governo. Procurei demonstrar como a constante ameaça da anistia restrita e recíproca ser a única possível, sem que se ameaçasse a estabilidade, evidenciava a vigência da ditadura durante o processo de transição.

No último capítulo da dissertação procurei analisar a anistia como parte de uma agenda de transição, na qual confluíram um desejo da oposição por maior participação política e o aparato legislativo elaborado pela ditadura para direcionar e limitar a ação política. A oposição, tanto os CBAs e o MFPA quanto o MDB, inseria a

defesa da anistia como parte da luta pelas liberdades democráticas. Essa bandeira compunha um programa amplo de liberalização colocado pela oposição, no qual a anistia era o primeiro passo para a retomada de um Estado Democrático de Direito, tendo como passos posteriores o fim do bipartidarismo e a convocação de uma Constituinte. Esses agrupamentos partidários já se desenhavam no processo de mobilização em prol da anistia, acompanhada da demanda pela criação de partidos políticos e da organização de núcleos. A elaboração da lei de anistia e da reforma partidária indica a produção de uma resposta da ditadura às demandas apresentadas por esses militantes. Após a aprovação da lei partidária o tempo de militância passa a ser dedicado aos esforços para a legalização dos novos partidos, deixando em segundo plano as bandeiras defendidas no momento anterior, especialmente no que se referia à apuração das violações de direitos humanos.

Penso que o trabalho desenvolvido ao longo da dissertação conseguiu propor uma análise singular do papel da anistia na transição política, pois estiveram articulados os diferentes aspectos do tema: a construção da anistia no imaginário social marcado pelas tensões entre as diferentes concepções; a discussão parlamentar acerca do tema e a relação do parlamento com os movimentos sociais; e, por fim, a inclusão da anistia em uma agenda conjunta com a reforma partidária que conduziu à dispersão das forças políticas de oposição.

Capítulo 1 - As diferentes concepções de anistia nos movimentos sociais

A pauta da anistia esteve presente desde o início da repressão política da ditadura militar, porém só ganhou força e relevância a partir de 1975 quando se organizou como um movimento específico de oposição direta ao regime. Entre os anos de 1975 e 1979 os militantes em luta pela anistia protagonizaram diversas mobilizações, contestando a legitimidade do governo e denunciando a perseguição política realizada a partir dos atos de exceção. As atividades do movimento foram variadas: realizaram-se congressos, pronunciamentos, palestras, comícios, denúncias públicas; escreveram-se artigos de jornal, manifestos, revistas; organizaram-se manifestações de rua e núcleos pela anistia. Neste primeiro capítulo, serão analisados os agentes desta mobilização e as concepções de anistia envolvidas nela. Sabe-se que a ação dos movimentos sociais produziu respostas nos espaços de poder instituído³⁸ que procurou acomodar esses agentes nas estruturas sociais; em contrapartida, a ação nos espaços de poder alterou a dinâmica destes movimentos.

A anistia possuiu, enquanto frente única, um caráter aglutinador das oposições à ditadura e, ao mesmo tempo, inseriu-se em um ciclo maior de confrontos³⁹ de movimentos sociais com o regime. Este caráter unitário incluiu a participação no movimento de grupos sociais e políticos diversos com concepções distintas de atuação; o consenso da oposição, gerado em torno da anistia, precisou ser analisado com detalhe, para que se tornasse possível compreender as tensões internas ao movimento. As mobilizações pela anistia tiveram seu início com o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), fundado em 1975 com uma perspectiva de conciliação da família nacional e de esquecimento. Contudo, foi o ano de 1978 que marcou o crescimento e popularização da luta; foram criados os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) que realizaram diversos encontros e congressos, com os quais se espalhou a bandeira no Brasil e no exterior. A

³⁸ Greco, Heloisa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutorado). UFMG, Belo Horizonte, 2003, p. 78.

³⁹ Tarrow, Sidney. *O poder em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes. 2009, p. 201-202. A inserção dos movimentos de anistia no ciclo de mobilização que marcaram a redemocratização será analisada com maior profundidade no capítulo 3 desta dissertação.

dinâmica da luta social instituiu a bandeira da Anistia Ampla Geral e Irrestrita, na qual estava clara a confrontação direta com o regime pela oposição à Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁴⁰, a exigência de julgamento para os torturadores, o retorno dos exilados, a liberdade dos presos políticos, o esclarecimento das mortes e desaparecimentos⁴¹. Entretanto, as tensões internas em relação à anistia continuaram presentes nos discursos e práticas dos diferentes agentes históricos envolvidos na luta. Para melhor compreender essas concepções acerca da anistia debruicei-me sobre as especificidades de três espaços distintos de luta e de organização, buscando compreender o significado da anistia para o MFPA, para os exilados e para os CBAs. Não tratei esses espaços como monolíticos e procurei apontar para os diálogos entre eles, bem como para suas divergências internas.

1.1 O Movimento Feminino pela Anistia e a pacificação da família nacional

O ano de 1975 foi marcante na articulação do movimento de luta por anistia; nele foi fundado o Movimento Feminino pela Anistia, cuja figura central era Therezinha Zerbine, esposa do General Zerbine, aposentado após o golpe civil-militar de 1964⁴². A comissão provisória do MFPA era composta por dez mulheres, sendo quatro delas parentes de oficiais cassados pela ditadura; as outras participantes eram mulheres com formação superior “muito machucadas e feridas”⁴³. A origem social dessas mulheres

⁴⁰ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi uma política de combate a qualquer tipo de subversão à ordem vigente, criada no âmbito da Guerra Fria, por encarar a mobilização popular como uma tentativa de instaurar o comunismo. Foi a partir das Escolas de Guerra norte-americanas que a DSN se difundiu entre os militares da América Latina, influenciando a montagem das ditaduras latino-americanas durante as décadas de 1960 e 1970. Um dos pressupostos da DSN era a vontade única da Nação, ou seja, os interesses e objetivos nacionais, estabelecidos pelo governo, eram assumidos como homogêneos e bons, portanto, a contraposição a eles era considerada um ato de subversão. O cidadão que se manifestava contra o governo era tratado como inimigo do país e uma ameaça à Segurança Nacional. Para combater esse inimigo a ditadura utilizava-se da tortura, do assassinato e do desaparecimento político. Desta maneira, desenvolveu-se um bloqueio à participação popular na política brasileira. Cf. Comblin, Pe. Joseph. *A ideologia de segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978; Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes. 1987, p. 33-53.

⁴¹ Cf. Greco, Heloisa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutorado). UFMG, Belo Horizonte, 2003; DelPorto, Fabíola Brigante, *A luta pela Anistia no regime militar brasileiro: a construção da sociedade civil no Brasil e a construção da cidadania*. Campinas: Unicamp, 2002.

⁴² Utilizo como base para a análise do golpe-civil militar a obra de Dreifuss, René Armand Dreifuss. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Editora Vozes: Petrópolis. 1997.

⁴³ Zerbine, Therezinha. Vivemos no país do medo. julho de 1977. In: *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo. 1977, p. 7.

pode ser caracterizada como parte da chamada “elite política brasileira”⁴⁴, especialmente levando em conta a participação de esposas de altos oficiais do exército. A proximidade com os locais de poder na sociedade facilitou a exposição inicial da temática da anistia⁴⁵. No primeiro ano de atividade do movimento foram realizadas conferências nas Câmaras Municipais de São Paulo e Porto Alegre, nos anos de 1977 e 1978 foram realizadas atividades nas sedes do poder legislativo em São Paulo, Santa Catarina, Paraíba, Goiás, Rio Grande do Norte e Ceará; a realização dessas atividades indica o reconhecimento do legislativo como um campo da luta pela anistia, sendo uma das atividades prioritárias do movimento a divulgação e o convencimento dos parlamentares da importância da anistia⁴⁶ para a normalização da vida política nacional. A inserção nesses espaços de poder instituídos também indica a proximidade das militantes do MFPA com pessoas já inseridas em instâncias de poder e decisão, proximidade essa oriunda do lugar social em que se situavam essas militantes.

Uma das primeiras conferências realizadas pelo MFPA foi na Associação Brasileira de Imprensa procurando o diálogo com profissionais da imprensa e indicando a proximidade do movimento com os considerados setores médios. Apesar dos esforços iniciais de sensibilização da imprensa para a divulgação da luta pela anistia, a cobertura midiática só intensificou-se com o crescimento da luta nos anos de 1977 e 1978. Outra associação de classe que serviu como referência para o MFPA, à qual a própria Therezinha era filiada, foi a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). As reuniões do comitê potiguar ocorriam na sede da OAB; isso se explica em parte pela participação dos advogados na mobilização pela anistia, pois a legislação de segurança nacional dificultava o trabalho cotidiano deles. Não por acaso foi escrita uma tese sobre a

⁴⁴ *Elite política* é utilizado aqui para se referir aos grupos sociais e atores que historicamente controlam o estado brasileiro. A própria Therezinha Zerbine se reconhece como participante desse grupo ao definir-se como uma mulher de “média burguesia para alta”, remetendo a uma divisão da sociedade em classes sociais, divisão essa fundamental para compreender as dinâmicas e interesses presentes na ação política.

⁴⁵ Sidney Tarrow em seu livro *O poder em movimento* analisa as condições para o surgimento de ciclos de confronto protagonizados por movimentos sociais, procurando identificar as oportunidades políticas que possibilitaram a formação desses movimentos; dentre elas identifica a presença de aliados com força na ordem política estabelecida. Parece-me, como analisarei mais adiante, que a presença forte de um grupo social associado à elite política do país é também uma limitação para a ação dos movimentos sociais. Tarrow, S. *O poder em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes. 2009, p. 201-211.

⁴⁶ RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Edunise: Florianópolis. 2011. P. 29-37. No caso gaúcho, analisado no livro, a ligação do MFPA com o MDB se dava, também, em âmbito privado. Lícia Pires, presidenta do MFPA-RS, era casada com um vereador de Porto Alegre.

Anistia para a VII Conferência Nacional da OAB, na qual se colocava a anistia como uma decorrência da Declaração Universal dos Direitos do Homem da qual o Brasil, como membro da ONU, era signatário⁴⁷. Ao mesmo tempo, procurava-se retomar a tradição do instrumento jurídico da anistia e sua utilização no Brasil procurando situá-la como uma tradição nacional; a Conferência da OAB aprovou a tese por aclamação.

Outro episódio que evidencia a inserção dessas militantes nos espaços de poder é a entrega da carta do MFPA a então primeira-dama dos EUA, Rosalyn Carter. O peso simbólico desse ato foi muito grande, uma vez que a administração Carter tinha como discurso legitimador a política de direitos humanos⁴⁸; contudo, é difícil imaginar em plena ditadura alguém conseguir passar pela segurança do Congresso, entregar uma carta cujo conteúdo desagradava o governo e não ser preso ou reprimido; a ação, além da coragem de Therezinha Zerbine, requereu certo reconhecimento e inserção nos espaços de poder da sociedade⁴⁹. A própria Therezinha reconheceu que ocupava um espaço privilegiado na sociedade, o que lhe permitia certa liberdade de ação política que poucas mulheres no Brasil teriam; para ela tal condição estaria associada a sua classe social de “burguesia média para alta” e à sua familiaridade com o instrumento jurídico da anistia advindo de sua formação como advogada⁵⁰.

Entretanto, a composição social parece também ter influenciado os locais de ação do próprio movimento. As atividades documentadas no livro *Anistia: semente da liberdade* dão conta de nove debates em órgãos legislativos; de sete conferências em universidades; de cinco atividades em associações de profissionais liberais e apenas uma atividade em sindicato; sendo que nesse mesmo momento havia uma ascensão da mobilização popular em sindicatos e associações de bairro⁵¹. Fabíola Brigante DelPorto chama a atenção para a grande diversidade política presente no MFPA⁵², no qual

⁴⁷ Zerbine, Therezinha. Tese defendida na VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil – 7 a 12 de maio de 1978, p. 167-174. In: *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo, 1977.

⁴⁸ Green, James. Exilados e acadêmicos: a luta pela anistia nos Estados Unidos. In: *A luta pela anistia*. São Paulo: Edunesp. 2009. p. 141-143.

⁴⁹ Zerbine, Therezinha. Vivemos no país do medo, Julho de 1977. p. 15-18. In: *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo, 1977.

⁵⁰ Zerbine, Therezinha. Conferência realizada no auditório das Mercês, no dia 15 de Janeiro de 1977, Salvador, Bahia. In: *Anistia: semente da liberdade*. p. 80.

⁵¹ Para uma análise da mobilização popular na década de 1970 remeto ao clássico *Quando novos personagens entraram em cena*, de Eder Sader, e ao doutoramento de Carlos Bauer de Souza. *Os trabalhadores e a luta pela construção da democracia no Brasil (1964-1983)*. São Paulo: USP, 2000.

⁵² DelPorto, Fabíola *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a construção da sociedade civil no Brasil e a construção da cidadania*. Campinas: Unicamp, 2002. p. 86-89.

participavam advogadas, pedagogas, donas de casa, ex-guerrilheiras; com perspectivas distintas para a luta pela anistia, diferentes das defendidas por Therezinha Zerbine; o próprio boletim do movimento *Maria Quitéria* expressou a necessidade de popularizar a anistia com sua inserção em associações de bairro, sindicatos e órgãos de classe⁵³, cabendo ao MFPA manter ativa a campanha, mas não fazê-la sozinho. Não pretendo negar essa diversidade, porém ressalto que o peso da fundadora do movimento na articulação do mesmo influencia a concepção de anistia propalada pelo movimento.

A ausência da líder do MFPA dos espaços de organização dos trabalhadores pode ser atribuída a perspectivas diferenciadas de oposição à ditadura, pois os diferentes grupos sociais haviam sentido os efeitos da DSN de maneiras diferentes, por isso suas agendas de mobilização não necessariamente confluíam. Na mesma ocasião em que reconheceu suas oportunidades oriundas da condição de classe Therezinha Zerbine, reconheceu que a elas não tinham “acesso a mulher operária e a mulher camponesa”⁵⁴ para pautar o tema da anistia; ademais, considerava que a preocupação central destas mulheres era referente à alimentação e aos filhos morrendo, portanto, não teriam condições de colocar-se politicamente como ela.

Esse discurso indicava a presença de uma visão condizente com sua condição de classe ao considerar a mulher de camadas sociais mais pobres como incapaz de mobilizar-se por temas considerados diretamente políticos. Vale ressaltar a concepção pedagógica presente no discurso do movimento, como se a mulher das classes populares precisasse ser educada e esclarecida sobre o assunto para então mobilizar-se pela anistia.

Essa postura de Zerbine foi contestada ativamente por outras mulheres em luta pela anistia. Diferentemente de Therezinha elas se propuseram a debater temáticas explicitamente feministas, as demandas populares das mulheres, a organização de ações nas periferias, ao mesmo tempo que propagavam a bandeira da anistia. A disputa pelo modelo de organização das mulheres, e pelas formas de popularização da anistia, levou à

⁵³ “A nossa causa e o seu símbolo”. *Maria Quitéria* – Boletim Informativo do Movimento Feminino Pela Anistia. Ano 1, nº 1, julho de 1976, p. 2.

⁵⁴ Zerbine, T. Conferência realizada no auditório das Mercês, no dia 15 de Janeiro de 1977, Salvador, Bahia, p 80. In: *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo, 1977.

fundação dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, que foram importantes para a divulgação de ambas as causas⁵⁵.

Para compreender o sentido da anistia defendido pelo MFPA e sua relação com a composição social acima descrita é conveniente a análise do documento que lhe deu origem:

Eis porque, nós nos antepomos aos destinos da nação que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a Anistia Ampla e Geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a idéia da necessidade de Anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: A UNIÃO NACIONAL!⁵⁶ (destaque no original)

O manifesto destacava a relação da anistia com os destinos nacionais. Indicando a anistia como fundamental para o convívio de toda a população brasileira, ao remetê-la ao interesse da nação transcendia-se os indivíduos e grupos envolvidos no processo de luta colocando-a como um benefício para toda a comunidade⁵⁷. O objetivo da anistia seria assim a promoção da união nacional, alcançada, somente, com o esquecimento. A utilização do apelo à união nacional teve um aspecto tático importante; ao defender a nação o movimento procurava evitar ser desqualificado pela ditadura enquanto responsável por destruir a imagem do país e conspirar internacionalmente. Esse procedimento de desqualificação foi o tratamento padrão dado aos grupos que denunciavam internacionalmente as violações de direitos humanos.

Embora as fundadoras do MFPA fossem oriundas das camadas mais ricas da sociedade e familiares de pessoas perseguidas pela ditadura, elas identificam a bandeira defendida como fundamental para toda a política brasileira. Para elas, a existência de presos e perseguidos políticos impediria o progresso do país todo, portanto, o tema seria de interesse de toda mulher brasileira. Para DelPorto, a luta do MFPA inseria a mobilização das mulheres na luta por direitos humanos⁵⁸ como uma bandeira de oposição ao regime, pois denunciava o caráter arbitrário e repressor do

⁵⁵ Para uma análise mais detida do tema ver: LEITE, Rosalina Santa Cruz; TELES, Amelinha. *Da guerrilha à imprensa feminista*. São Paulo: Intermeios. 2013.

⁵⁶ Zerbine, T. Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia, 1975, p. 27. In: *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo, 1977.

⁵⁷ Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

⁵⁸ DelPorto, F. B. *A luta pela Anistia no regime militar brasileiro: a construção da sociedade civil no Brasil e a construção da cidadania*. Dissertação (mestrado). Campinas: Unicamp, 2002. p. 88.

regime, ao mesmo tempo em que permitia um empoderamento das mulheres, inserindo-as na vida política do país em prol do interesse nacional. A anistia era vista como o primeiro passo em direção ao restabelecimento e consolidação do Estado Democrático de Direito. As militantes do MFPA consideravam que o país estava dividido por conta de cassações, prisões políticas e exílios cometidos sob a égide dos atos de exceção. A criação de tais atos pela ditadura cindiu a nação, pois teria instaurado espaços de discórdia e excluído da política uma série de cidadãos. As militantes denunciavam a permanência da discriminação expressa na prisão política que mantinha a existência da divisão do país. Em contraposição a esse estado de coisas, consideravam que o caminho para o progresso da nação passaria pela anistia como um instrumento jurídico para a concórdia e união, não se tratando de mera concessão governamental vinculada ao imaginário de perdão do Estado, mas de anistia como um direito a ser conquistado com a luta política⁵⁹.

A anistia seria um consenso a partir do qual se poderia continuar a vida nacional com a superação das tensões e as discórdias causadas pela existência de prisioneiros políticos, o que impedia o desenvolvimento da nação. A valoração da anistia como ato de união e de concórdia esteve presente na fala de Therezinha Zerbine no México, na ocasião do Congresso Internacional das Mulheres patrocinado pela ONU em meio às comemorações do ano internacional da mulher:

A Anistia virá fortalecer a união e desarmar os espíritos nas nações aonde existir sua aplicação. [...] Estabelecerá a paz e a concórdia em cada nação, será um princípio que levará à meta final, ou seja, a paz mundial.⁶⁰

A fala e a atuação de Therezinha Zerbine nesse congresso buscaram inserir a campanha pela anistia como parte do eixo da Paz do ano internacional da mulher; ela participou da reunião de mulheres da América Latina que elaborou um documento acerca dos problemas em comum enfrentados por elas, conseguindo a inserção da reivindicação da anistia a todos os presos políticos no ponto XV. Tendo em vista a ascensão das ditaduras no Cone Sul, a reivindicação ganhava força por ser possível articular uma campanha comum aos diversos países; a defesa da anistia tinha força também nos EUA

⁵⁹ DelPorto, F. B. *A luta pela Anistia no regime militar brasileiro: a construção da sociedade civil no Brasil e a construção da cidadania*. Dissertação (mestrado). Campinas: Unicamp, 2002. p. 84.

⁶⁰ Zerbine, T. Fala no México, Junho 1975. In: *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo, 1977, p. 28.

onde se lutava para que fossem anistiados os que se recusaram ir para a Guerra do Vietnã. Havia uma ampla receptividade da temática no âmbito internacional, que colaborou com o fortalecimento da mobilização no Brasil. A inserção no eixo da Paz foi reveladora da concepção do MFPA da anistia como único caminho possível para alcançar a paz no Brasil; portanto, consideravam a aplicação desse instrumento jurídico como um meio para o fim maior. A defesa e busca da paz se apresentavam como uma oposição ao estado das coisas; seguindo esse raciocínio, o país estaria em uma guerra interna e precisava criar meios para acabar com ela, possibilitando a reunião nacional.

A qualificação do Brasil como um país em guerra trazia consigo a ideia da existência de dois polos antagonistas em combate que precisavam “desarmar os espíritos”. Tal classificação colocava de um lado os militares e do outro os presos políticos, sendo o processo de pacificação dependente da construção de um pacto que estabelecesse que ambos se desarmassem pondo fim ao estado de “guerra revolucionária”⁶¹. Pode-se relacionar a defesa da paz como uma escolha tática de remeter a mobilização a um valor considerado como universal – por isso adotado como eixo pela ONU – e de fácil aceitação para o público; assim a afirmação da anistia como o único caminho possível para a paz pretendia dotá-la de um caráter consensual e inquestionável. Dessa maneira abria-se a possibilidade de inserção nos meios da grande imprensa e setores médios da sociedade que, embora avessos às mobilizações radicais, não seriam contra a paz⁶². Nesse mesmo sentido, foi trabalhada a construção imagética do movimento: com a adoção da pomba como símbolo reforçava-se a pretendida simbiose entre as duas bandeiras. O imaginário da anistia como um ato de pacificação visava à aproximação de um número maior de pessoas, pois não precisava ser socialista, ou participante de alguma agremiação política, para participar; bastava querer a pacificação do país. Construía-se uma imagem do movimento como uma defesa da reconciliação, negando qualquer papel subversivo⁶³ da medida que apenas estabeleceria a concórdia e o retorno do direito.

⁶¹ Zerbine, Therezinha. Palestra realizada em Campinas, SP, no salão vermelho da Câmara Municipal em 28 de maio de 1979, por convite do IEPES. Temática “Anistia e Direitos Humanos”. In: *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo. 1977 p. 252.

⁶² Tarrow, Sidney. *O poder em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p. 218-223.

⁶³ Zerbine, T. Palestra realizada na Câmara de deputados de Florianópolis, Santa Catarina, novembro de 1977. p. 121- 126. In: *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo. 1977

A anistia era proposta como um ato de esquecimento do passado, uma esponja para superar as inimizades causadas pela guerra. Neste sentido, retomava a ideia grega de anistia no processo de pacificação, um esquecimento dos excessos cometidos durante a guerra para permitir a paz e o desenvolvimento⁶⁴. O sentido atribuído, nesse momento, para a anistia – associado a um caráter pacificador – passava por um caráter recíproco desse ato; os dois lados estariam anistiados. Em 1978 os participantes da luta pela anistia promoveram uma série de palestras e conferências com o General Pery Bevilacqua como parte da mobilização de fundação dos CBAs; nessas conferências defendeu-se a anistia como um meio de reconciliação para a democracia, o que só seria possível caso atingisse ambos os lados, portanto, uma anistia recíproca.⁶⁵ Posteriormente – segundo Heloísa Greco⁶⁶ – o MFPA irá incorporar-se à luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, abandonando a ideia de anistia recíproca. Contudo, as tensões em favor da anistia recíproca continuaram presentes dentro do movimento, pois permanecia a defesa da anistia como processo de conciliação e pacificação⁶⁷ reafirmadas por Therezinha Zerbine quando questionada sobre a reciprocidade⁶⁸. Entretanto, não se pode afirmar que o MFPA defende a “teoria dos dois demônios”⁶⁹ para o Brasil, pois para o Movimento a razão dessa discórdia estava nos atos de exceção. Portanto, a situação por que passava o Brasil era de responsabilidade direta da ditadura, por isso a necessidade de se opor aos atos de exceção. Essa opção política do MFPA colocou-o abertamente contra o Estado Ditatorial, denunciando as estruturas de um regime baseado

⁶⁴ Zerbine, T. Palestra realizada na Câmara de deputados de Florianópolis, Santa Catarina, novembro de 1977. p. 121- 126.

⁶⁵ Rodeghero, C.S.; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Florianópolis: Edunisc. p. 119-121.

⁶⁶ Greco, Heloisa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutorado). UFMG, Belo Horizonte, 2003. p. 317-330.

⁶⁷ Zerbine, T. Vivemos em um país do medo, Julho 1977, p. 22-25. Fala no México, Junho de 1975, p. 29. Entrevista à Revista Ecos Direitos Humanos, Ano 1, nº 3, setembro 1975, p. 43; Conferência na Câmara Municipal de São Paulo, a convite do IEPES. Dia 3 de junho de 1977, p. 95; Intervenção feita na Assembléia Legislativa de São Paulo no dia 24 de outubro de 1977, p. 110; Palestra realizada na Câmara dos Deputados de Florianópolis, Santa Catarina, novembro de 1977, p. 121- 126. In: Zerbine, T. *A anistia: sementes da liberdade*. São Paulo, 1977

⁶⁸ Idem, Therezinha Zerbine. Mulheres Lutam pela Anistia, 19 de março de 1978, op cit, p 160.

⁶⁹ A teoria dos dois demônios foi marcante na interpretação da ditadura argentina; segundo essa teoria as mobilizações de esquerda eram uma ameaça à democracia e tão violentas quanto as mobilizações dos militares. A sociedade teria que escolher entre uma ditadura de esquerda e uma de direita. Essa vertente interpretativa buscava desresponsabilizar os militares pelas torturas praticadas e os setores da sociedade que apoiaram a ditadura. No Brasil uma espécie de teoria dos dois demônios pode ser encontrada na produção recente sobre o período na tetralogia de Elio Gaspari; nas produções de Marco Antônio Villa e de Argelina Figueiredo.

na Doutrina de Segurança Nacional⁷⁰. O MFPA conseguiu assim organizar-se como o primeiro movimento legalizado de oposição direta ao regime⁷¹.

A organização do MFPA, assim como de quaisquer outros movimentos sociais, teve como base a experiência já vivenciada⁷² pelas militantes, bem como se baseou em instrumentos e estruturas já conhecidas às quais as militantes tinham acesso. A adoção da bandeira da anistia foi apresentada como uma retomada da história política do Brasil, considerado como um país tradicionalmente pacífico e cordial, que sabia o momento de apagar as tensões do passado. O ano internacional da mulher era uma data oportuna para a mobilização em torno da tradição da anistia brasileira, pois se completavam 30 anos desde a anistia política decretada em 1945⁷³ com o fim do governo de Getúlio Vargas. Construiu-se uma articulação simbólica direta entre o passado e o presente, retomando os discursos, cartazes e panfletos da mobilização feita 30 anos antes. Foi colocada em prática uma estratégia política de retomada simbólica da temática, pretendendo situar a anistia em um local comum à história do Brasil; ao remetê-la à tradição nacional pretendia-se ganhar um maior número de simpatizantes, pois se apresentava como algo não extraordinário e de ampla aceitação⁷⁴.

O destaque dado à anistia na história do Brasil não se resumiu a 1945; foi destacada a ação de grandes heróis nacionais que em sua sabedoria e parcimônia teriam utilizado esse instrumento jurídico. É emblemática a constante menção do patrono do exército brasileiro Duque de Caxias⁷⁵, que teria concedido a anistia como uma forma de passar a esponja nas tensões. O peso simbólico dele dentro das forças armadas é muito grande, por ser uma figura representativa para oficiais cassados e familiares como também para os oficiais na ativa e para a ditadura militar; ao associar a anistia à

⁷⁰ Comblin, Pe. Joseph. *A ideologia de segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

⁷¹ DelPorto, F. *A luta pela Anistia no regime militar brasileiro: a construção da sociedade civil no Brasil e a construção da cidadania*. Dissertação (mestrado). Campinas: Unicamp, 2002. p. 36-37.

⁷² Koseleck, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora. 2006. p. 310-313.

⁷³ Interessante notar que essa anistia foi retomada de forma emocionada pelo General Figueiredo no momento em que anuncia a Lei de Anistia, pois seu pai havia sido anistiado em 1945. Skidmore, Thomas. *De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 423-424.

⁷⁴ Sidney Tarrow ao analisar os movimentos de direitos civis norte-americanos destaca a importância de partir de valores aceites pela sociedade para a construção do novo enquadramento político pretendido pelos movimentos sociais. Tarrow, Sidney. *O poder em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes. 2009, p. 218-223.

⁷⁵ Ver Therezinha Zerbine. No dia da Anistia mais de 400 acadêmicos estão em greve; Eu que já fui presa e condenada sei porque lutamos tanto pela anistia. In: *Anistia: semente da liberdade*, São Paulo, 1977. p. 195.

memória do próprio exército pretendia-se colocar o governo como um usurpador da própria tradição militar brasileira, já que o patrono do exército teria concedido anistia. A construção discursiva empreendida pelo MFPA colocava aquelas que se mobilizavam pela anistia como as verdadeiras portadoras da vontade nacional, enquanto a ditadura era considerada a usurpadora dessa vontade, pois era um governo que não escutava seu povo. Interessante notar que essa disputa simbólica se apropriava e invertia elementos presentes na Doutrina de Segurança Nacional, que pressupunha uma vontade única da nação representada pelo governo, sendo aqueles que se opunham considerados subversivos. As militantes em luta pela anistia utilizaram-se da oportunidade política⁷⁶ aberta, por um sentimento incentivado pela propaganda do regime, para fortalecer a sua bandeira. Essa estratégia política colocava o movimento em um campo de possível adesão de novos simpatizantes, ao mesmo tempo que situava o movimento dentro dos valores políticos de fortalecimento nacional e avanço do país. A contraposição, feita no plano simbólico com a ditadura, buscava afirmar uma vontade da nação diferente; a verdadeira vontade da nação estaria fora do governo. A associação da anistia a essa vontade nacional carregava consigo a valorização da ideia de nacionalidade, pressupondo a indistinção interna de classes e a apresentação dos diferentes interesses presentes nos movimentos de oposição como algo uniforme⁷⁷.

Outro elemento valorizado pelo MFPA que contribuiu para o discurso de união⁷⁸, foi o da família, cindida por conta da existência de presos políticos, sendo necessária a anistia para a reconstituição familiar. O movimento apresentava os presos políticos, exilados e cassados, como filhos, irmãos e maridos, portanto, como elementos retirados do núcleo familiar que precisavam ser reincorporados a ele. Buscava-se situar a luta pela anistia como algo de ampla aceitação, pois fortalecia o que se considerava núcleo básico da sociedade: a família. Ademais, não era uma família qualquer que estava sendo atingida pela existência dos atos de exceção, e sim “a família brasileira”. Esse discurso retomava o elemento nacionalista e, ao mesmo tempo, colocava a anistia como a verdadeira defensora da família. A disputa terminológica passava para outro termo caro à ditadura,

⁷⁶ Tarrow, Sidney. *O poder em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p. 197-198.

⁷⁷ João Bernardo afirma que “O nacionalismo unifica os diferentes estratos sociais e as classes sociais antagônicas que se encontram dentro de dadas fronteiras”. *Labirintos do Fascismo*. Porto: Edições Afrontamento. 2003, p. 213.

⁷⁸ Zerbine, T. Vivemos em um país do medo. Julho 1977, p. 22, 25. Fala no México, Junho de 1975, p. 29. In: *Anistia: sementes da liberdade*. São Paulo, 1977.

pois a defesa da família foi utilizada pelos militares como justificativa do próprio golpe, que foi precedido pela Marcha da Família. Propunha-se uma inversão na qual quem estava atentando contra a família, não eram os opositores, e sim os militares. Embora, para DelPorto, a anistia enquanto “pacificação da família brasileira”⁷⁹ tenha sido adotada enquanto uma tática discursiva e seja necessário reconhecer que não era apenas esta a motivação das militantes do movimento, parece-me fundamental reconhecer a forte influência do elemento familiar na constituição do movimento, reiterado ao longo da atuação da presidente da seção paulista⁸⁰.

A valorização do elemento familiar, articulado por Therezinha Zerbine, esteve carregada de um forte apelo moralista. Buscava-se um distanciamento das pautas consideradas feministas⁸¹ atribuídas à influência estrangeira e uma aproximação “da história de luta da mulher no Brasil”, expressa pela escolha de *Maria Quitéria* para o nome do jornal do movimento. Havia uma forte referência da mulher como a responsável por cuidar da casa, dos familiares e ainda como provedora da vida⁸². Neste sentido, a sociedade machista brasileira – na medida em que cobrava da mulher a proteção e guarda da família⁸³ – possibilitava que as mulheres se mobilizassem em defesa de seus filhos. O MFPA estabeleceu um diálogo com a função socialmente atribuída à mulher para, assim, blindar o movimento perante a repressão⁸⁴. A figura da mãe ainda possuía certa mística a ser preservada, e, ao mesmo tempo, possibilitava diálogo com mulheres que se identificavam como mães de atingidos pela repressão política, mas não com uma transformação radical da sociedade, ampliando os possíveis aderentes ao movimento. Contudo, deve-se ter em conta que a participação no movimento foi um caminho para uma politização mais ampla, ao construir uma oposição consistente à ditadura e uma recolocação da mulher no espaço político que extrapolava a atuação no âmbito

⁷⁹ DelPorto, F.B. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a construção da sociedade civil no Brasil e a construção da cidadania*. Campinas: Unicamp. 2002, p. 105.

⁸⁰ Zerbine, T. Palestra realizada na Câmara dos Deputados de Florianópolis, Santa Catarina, novembro de 1977. In: *A anistia: sementes da liberdade*, p. 121- 126.

⁸¹ Therezinha Zerbine. Combateremos pela anistia do povo brasileiro, *A capital*, Lisboa, 20 de novembro de 1978. In: Zerbine, T. *A anistia: sementes da liberdade*. São Paulo, 1977, p. 230.

⁸² Therezinha Zerbine: É hora de varrer o medo deste país, *Folha de Londrina*, 28 de janeiro de 1979. In: Zerbine, T. *Anistia: sementes da liberdade*. São Paulo, 1977, p. 244.

⁸³ BLAY, Eva. *Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches*. IV Encontro Anual da ANPOCS, 1980, Rio de Janeiro. p. 3.

⁸⁴ Abramo, Zilah Wendel, Mulheres na luta pela anistia: um exemplo, a Comissão de Mães em defesa dos direitos humanos. In: Silva, Haiké R. Kleber da (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora Unesp/ Arquivo Público do Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 104.

privado⁸⁵. Tampouco devemos considerar o afastamento do feminismo como algo consensual dentro do MFPA; muitas mulheres consideravam fundamental a prática feminista e a partir dela conseguiram estabelecer novas formas de organização e politização no meio da esquerda. Destacou-se a atuação de Helena Greco, no MFPA-MG, que buscava estabelecer uma ponte entre as mobilizações feministas e luta pela Anistia, afirmando o caráter feminista da luta do MFPA na medida em que estas mulheres mobilizavam-se politicamente, sendo, por exemplo, pioneiras na comemoração do 8 de março⁸⁶ no Brasil.

A formação do MFPA a partir da reafirmação de valores de ampla aceitação, mesmo dentre os apoiadores da ditadura, aponta para uma escolha tática de um setor da oposição que procurou se legitimar enquanto moderado e não subversivo⁸⁷. Essa opção pode ser explicada, em parte, pelo ambiente repressivo vivido em 1975 e por conta disso a preocupação em estabelecer um estatuto claro, eleger presidentas locais e registrar publicamente suas ações. Dessa maneira o MFPA se diferenciava da perspectiva de oposição à ditadura pela luta armada, que era condenada pela imprensa, por setores liberais e mesmo por algumas organizações de esquerda; afastava-se também de projetos radicais de transformação da sociedade. Essa perspectiva não era a única presente nas mobilizações em favor da anistia, por exemplo, as militantes da Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos optaram por declarar publicamente a concordância com os ideais defendidos pelas filhas e filhos atingidos pela repressão⁸⁸, procurando – ao construir novas mobilizações – retomar os projetos de transformação social da década anterior. Entretanto, foi predominante a construção da legitimidade do MFPA, perante a sociedade, como um movimento conciliatório em busca da paz. A apresentação da reivindicação da anistia como um projeto de “reconciliação da nação” consigo mesma, deu à luta uma perspectiva menos ameaçadora para a ditadura⁸⁹, pois, apesar de se tratar

⁸⁵ BLAY, Eva. *Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches*. In: IV Encontro Anual da ANPOCS, 1980, Rio de Janeiro. p. 3.

⁸⁶ DelPorto, F.B. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a construção da sociedade civil no Brasil e a construção da cidadania*. Campinas: Unicamp. 2002. p. 104.

⁸⁷ DelPorto, F. B., op. cit., p. 84.

⁸⁸ Leite, Rosalina de Santa Cruz. *Elas se revelam na cena pública: as mulheres na luta pela anistia*. In: Silva, Haíke R. Kleber da (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora Unesp/ Arquivo Público do Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2009. p. 114.

⁸⁹ Idem, ibidem, p. 115.

de uma responsabilização direta do regime pela situação de discórdia instaurada na nação, afastava-se do ideário comunista e não propunha a punição dos torturadores.

A retomada do instrumento jurídico grego da anistia, feita pelo MFPA⁹⁰, incluiu um retorno ao sentido atribuído a ele na Grécia Clássica, bem como de sua relação com a democracia. Etimologicamente anistia remete a *amnésia*, ou seja, ao esquecimento e à perda da memória, que foram considerados instituintes de uma nova etapa da vida social: a democracia. Depois da vitória do *demo* (povo) na guerra civil, o *kratos* (poder) pertencia ao povo que estabeleceu a necessidade de esquecer as violências a que tinha sido submetido no passado, apagando as tensões e conflitos em nome de um bem maior⁹¹. A construção desse esquecimento foi incorporada por Therezinha Zerbine, que propunha que se passasse uma “esponja”⁹² para “apagar” as tensões em nome da construção do Estado Democrático de Direito. A anistia grega, de 403 a.C., propunha ao povo que fossem esquecidos os desmandos do poder, conquistado perante a oligarquia, em nome da manutenção de uma unidade calcada no bem comum⁹³. A retomada dessa característica fez-se presente no MFPA enquanto proponente da anistia como unificação de um país cindido⁹⁴; era preciso esquecer as discórdias, presentes em ambos os lados, para que o “desenvolvimento nacional”⁹⁵ seguisse adiante. Neste sentido, inseria-se dentro da tradição democrática a necessidade do esquecimento para que a República seguisse forte e propunha-se um pacto, entre oposição e governo⁹⁶, para a consolidação do Estado Democrático.

⁹⁰ Zerbine, T. Vivemos em um país do medo, Julho 1977. In: Zerbine, T. *A anistia: sementes da liberdade*. São Paulo, 1977, p. 22, 25; Zerbine, T. Anistia e Direitos Humanos. Palestra realizada em Campinas, São Paulo, no salão vermelho da Câmara Municipal em 28 de maio de 1979, por convite do IEPES. p. 250. In: Zerbine, T. *A anistia: sementes da liberdade*. São Paulo, 1977

⁹¹ GALLERANO, Nicola. Histoire et usage public de l'histoire, Dossier La responsabilité sociale de l'historien, *Diogenes*, n. 168, 1994, octobre-décembre, p. 101. Apud Greco, Heloisa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutoramento). Belo Horizonte: UFMG. 2003p. 320-321.

⁹² Zerbine, T. Vivemos no país do medo. Julho 1977, p. 22-25. Palestra realizada em Campinas, São Paulo, no salão vermelho da Câmara Municipal em 28 de maio de 1979, por convite do IEPES. Temática “Anistia e Direitos Humanos”, p. 250. In: Zerbine, T. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo. 1977

⁹³ Loraux, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras. 1992. p. 57-70.

⁹⁴ Ramos, Andressa Maria Villar. *As sensibilidades coletivas nas ações políticas: a dimensão afetiva no movimento pela anistia (1975-1980)*. São Paulo: PUC-SP. 2008. p. 140.

⁹⁵ Zerbine, Therezinha. Conferência na Câmara Municipal de São Paulo, a convite do IEPES – 3 de junho de 1977, p. 95. In: Zerbine, T. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo. 1977

⁹⁶ Greco, Heloisa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutorado). UFMG, Belo Horizonte. p. 209.

Apesar de ser fundamental destacar a continuidade dessa tradição dentro do movimento, faz-se necessário lembrar que tal posição não era consensual⁹⁷. Conforme analisarei mais adiante, a atuação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos orientou-se por pautar Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; ao exigir a apuração e a investigação das violações de Direitos Humanos, construía-se uma prática de rememoração, evitando que as torturas e desaparecimentos caíssem no esquecimento⁹⁸.

1.2 Anistia como o retorno para casa

Os números sobre o exílio de brasileiros durante a ditadura militar não são precisos; estima-se que algo entre 2 e 10 mil pessoas encontravam-se afastadas do Brasil por conta de perseguições políticas, incluindo uma grande miríade de posições, gerações e práticas políticas⁹⁹. Para aqueles que atuavam politicamente no Brasil o exílio foi uma ruptura de projeto político; as perspectivas de transformação nacional, a construção de um novo Brasil, as ilusões dos militantes foram frustradas e precisavam ser reelaboradas¹⁰⁰.

Os caminhos percorridos para essa elaboração foram diversos e variaram enormemente de acordo com a época do exílio. Neste sentido, a primeira geração de exilados – de uma maneira geral aqueles diretamente envolvidos no Governo Goulart, ou dirigentes já consolidados de partidos e movimentos sociais – consideravam que o retorno seria rápido. O relato do deputado federal cassado, Almino Afonso, ajuda na reflexão sobre o assunto:

No dia em que decidi asilar-me na embaixada da Iugoslávia, logo após o Ato I, em 9 de Abril de 1964, quando fui cassado, procurei fazer uma análise da situação com Santiago Dantas, e ele previu que poderia se estender até dois anos o novo regime, o que me pareceu um absurdo total [...]. Todas estas previsões me pareciam pessimistas, próprias de pessoas que viam pela frente a catástrofe, pois

⁹⁷ A tensão entre os significados da palavra *anistia* tem origem etimológica. Enquanto a *amnésia* seria uma negação da memória, a *anámnese* seria o ato de recordar e rememorar. Para uma discussão sobre o assunto, v. Greco, Heloisa, op. cit. p. 317-330.

⁹⁸ Para uma análise mais detalhada da anistia como um ato de contramemória remeto a Greco, Heloisa. op. cit., e Teles, Janaína de Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação (mestrado). USP, São Paulo, 2005.

⁹⁹ Uma excelente caracterização do exílio brasileiro em suas diversas fases e especificidades pode ser encontrada em Rollemberg, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

¹⁰⁰ O processo de reelaboração dos projetos políticos não foi uma exclusividade dos exilados; aqueles que ficaram dentro do país também precisaram repensar as práticas e atuações políticas.

o que eu e outro advogávamos, como bom senso, nos levava quando muito a imaginar a excepcionalidade como não superior a seis meses de duração.¹⁰¹

Neste primeiro momento, mesmo os mais pessimistas consideravam que o regime se estenderia por no máximo dois anos, analisavam o golpe de acordo com a tradição latino- americana de rearranjo de forças intra-elites e pensavam a tomada do poder pelos militares como algo temporário, portanto, esperava-se uma passagem rápida para um governo civil. Para os que possuíam essa perspectiva a tarefa no exílio era reorganizar as forças progressistas e pensar em como organizar sua reinserção política no país. As discussões davam-se em torno das possibilidades de reconquista do Estado, acreditava-se na possibilidade de aliança com setores nacionalistas das Forças Armadas para deter o movimento golpista. Foi emblemático, deste momento do exílio, o apoio e incentivo de Leonel Brizola à guerrilha do Caparaó, na qual ex-militares pretendiam – a partir de um foco guerrilheiro no Rio Grande do Sul – derrubar a ditadura. Via-se o exílio como algo de curtíssima duração pela perspectiva de rápida retomada da democracia no Brasil.

O exílio foi de difícil aceitação para o militante, pois implicava no afastamento da vida política do país; aqueles que ficaram tinham a visão dos exilados como desistentes, fracos por terem saído do país e não ter continuado a luta contra a ditadura dentro das fronteiras. Nas palavras de Carlos Lamarca era “a morte da ideologia”¹⁰², portanto, aquele que se exilava perdia o caráter de ativista político. Operava-se uma ruptura identitária: além de ser forçado a sair de sua casa, muitas vezes deixando família e amigos, o exilado deixava de se enxergar como um ser atuante politicamente, pois o espaço em que atuava já não era mais acessível para ele.

O prolongamento do exílio indicava a continuidade da ditadura, reforçando a necessidade de reavaliação e readequação do projeto político; era necessário repensar o Brasil e a atuação política possível na conjuntura nacional. O depoimento de Herbert de Souza ajuda a elucidar essa linha de pensamento:

Eu fui fazendo várias opções em diversos tempos, que são cumulativas. Primeiro, decidi reassumir a minha responsabilidade de intelectual. Voltei a fazer cursos e escrever. Eu acho que a maior conquista que fiz, principalmente com a experiência do Chile, foi de recolocar como foco da minha reflexão a

¹⁰¹ Depoimento cedido a Cristina Pinheiro Machado. MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia*. São Paulo: Ed. Alfa Ômega, 1979. p. 22.

¹⁰² Carlos Lamarca. Citado em Patarra, Judith Liebllich. *Iara*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p. 461.

questão democrática. Até um certo momento o estudo do capital ainda era o centro da minha atenção: multinacionais, internacionalização etc. O meu pensamento girava muito em torno da economia política. A partir de um determinado momento eu disse: "não é a economia política, é a política, e dentro da política, é a questão democrática, por onde passa tudo".¹⁰³

A revisão do projeto de militância trata de alterar o foco da contradição entre o capital e o trabalho para a conquista da democracia; essa mudança pode ser compreendida a partir da experiência política na América Latina dos anos 1970. A Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai viviam ditaduras militares, milhares de pessoas encontravam-se exiladas na Europa e América do Norte, outras milhares estavam mortas e desaparecidas por efeito da repressão, além dos prisioneiros políticos. A luta por democracia ganha força por simbolizar uma oposição concreta à opressão sofrida e apontar para uma perspectiva de contraposição direta e ampla aos militares. Essa desistência de uma discussão sobre a economia política estava relacionada com o fim de uma perspectiva revolucionária de transformação e a adoção da defesa da democracia como forma máxima de atuação. Segundo Herbert de Souza¹⁰⁴, já estava claro no exílio a necessidade de construir uma perspectiva de militância dentro da democracia, pois, a chave de compreensão da sociedade não era a contradição entre classes e sim a possibilidade de participação democrática. Essa perspectiva era particularmente interessante em relação à luta pela anistia – na medida em que se colocavam do mesmo lado: liberais, ex-presos políticos, OAB, ABI, familiares, ex-guerrilheiros e sindicatos – e ao mesmo tempo anunciava a atuação pela via institucional construída depois da aprovação da lei.

Em sentido distinto Heloisa Greco afirmou que a oposição ao regime ditatorial foi construída a partir de uma gramática de direitos humanos elaborada ao longo das mobilizações contra a ditadura. Greco aponta o sequestro dos embaixadores como a primeira ação prática de direitos humanos no Brasil, pois – apesar de não estar de maneira alguma inserido na gramática de direitos humanos e não pautar a democracia – denunciava a tortura e exigia a libertação de presos políticos. Esses militantes teriam

¹⁰³ Entrevista de Herbert de Souza concedida à revista *Teoria e Debate*, nº 16, 1991. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-entrevista-betinho>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

¹⁰⁴ Interessante destacar que a figura de Herbert de Souza teve um papel de destaque na construção do imaginário sobre a anistia, devido à referência direta a ele na canção O bêbado e o equilibrista, considerada um hino das mobilizações.

escancarado os porões da ditadura e mostraram essa realidade para o mundo, na medida em que os libertados chegavam ao exterior e relatavam a experiência nesses porões, dando forças às denúncias de violações aos direitos humanos. Cabe ressaltar a grande importância da Igreja Católica na elaboração dessa gramática de direitos humanos; a influência da religião no Brasil permitiu a bispos e padres terem um espaço privilegiado nas denúncias sobre torturas, mortes e desaparecimentos, tanto nacional como internacionalmente.

A formação da esquerda brasileira no exílio foi influenciada pelo Chile de Allende, mas também pelo contato direto com a esquerda europeia. Estas experiências e a sensação de derrota do projeto revolucionário levaram os exilados a assumirem a questão da democracia¹⁰⁵, pautou-se a defesa dos direitos humanos e na sequência a anistia. A partir daí desconstruiu-se um quadro de desolação com a articulação de uma luta concreta, em oposição aos sentimentos de derrota e a dor sofrida; os exilados pretenderam-se afirmar enquanto militantes e conseguiram refazer sua luta política.

Nos Estados Unidos da América, a mobilização pela anistia também se inseriu na perspectiva de denúncia às violações de direitos humanos organizadas por exilados, acadêmicos norte-americanos e estudantes de pós-graduação vindos do Brasil. Esse pequeno grupo buscou relacionar diretamente a ditadura brasileira à violação dos direitos humanos, buscando isolar o governo brasileiro perante a opinião pública norte-americana, ação especialmente desafiadora tendo em vista o consenso nos EUA de que em 1964 o golpe havia impedido a ascensão comunista¹⁰⁶. Esses pequenos grupos nos EUA procuraram criar uma rede de ativistas que buscava documentar as torturas e outras violações de direitos humanos cometidas pela ditadura¹⁰⁷. Para tanto, diversas ações foram realizadas, dentre as quais: a organização de livros com denúncias às arbitrariedades do regime, como o que reuniu as experiências de brasileiros no exílio, a construção de seminários e debates com exilados de grande relevo político e a articulação com congressistas liberais¹⁰⁸. Segundo James Green, essa atividade

¹⁰⁵ LOPES, Rosalba. Luzes à esquerda: partidos e organizações marxistas brasileiras e a democracia . In: ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa, p. 1-4.

¹⁰⁶ Green, James, Green, James. Exilados e acadêmicos: a luta pela anistia nos Estados Unidos. In: SILVA, Haiké R. Kleber (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Edunesp. 2009. p. 141-143.

¹⁰⁷ Idem, ibidem. p. 144.

¹⁰⁸ Idem, ibidem. p. 147.

política foi pioneira em relação ao projeto do presidente Jimmy Carter de pautar as relações externas norte-americanas a partir dos direitos humanos¹⁰⁹; cabe lembrar que a política adotada por Carter foi utilizada pelo movimento de anistia no Brasil quando a então primeira-dama, Rosalyn Carter, veio ao país.

A anistia como caminho para a democracia apresentou-se como um projeto de mobilização, uma reivindicação que agregasse os diversos setores e os colocasse em movimento. Fernando Gabeira afirmava:

Faltava uma palavra que sintetizasse todas as aspirações de luta, num determinado momento, uma palavra que fosse aquilo que as pessoas chamam, de forma empolada, de centro tático, aquilo para onde iam convergir os pedidos e os apoios internacionais.¹¹⁰

A luta pela anistia foi construída como esse espaço articulador de demandas e permitiu a unificação dos milhares de exilados em torno de um ponto comum, serviu para a reconstrução de uma identidade militante. Certamente, não era a mesma perspectiva que a rompida pela ditadura. Tratava-se da reivindicação do uso de um instrumento jurídico inserido dentro da chamada questão democrática e não de uma tentativa revolucionária de tomada do poder. A mobilização pela anistia no exílio tomou grandes proporções em parte porque afetava diretamente os exilados, pois significava a possibilidade de retorno ao país com retomada de projetos políticos e pessoais forçosamente abandonados e do reencontro com os amigos e com a família. A construção política em torno da anistia inseriu a luta contra a ditadura dentro de um imaginário pacifista e com forte apelo internacional. Possibilitou uma maior interação entre os exilados e as esquerdas, setores progressistas, entidades de direitos humanos dos países que os acolheram, pois era uma campanha a ser feita de maneira conjunta. Ao mesmo tempo possibilitava a união entre as mobilizações dos exilados e as articulações internas ao país.

A campanha no exterior apresentou uma ampla variedade de formas de denúncia do governo militar: publicaram livros com denúncias de violações de direitos humanos no Brasil, editaram de maneira regular boletins e informativos; realizaram conferências; bateram as portas da ONU; organizaram o Tribunal Bertrand Russel II. Todas essas ações

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*. p. 147.

¹¹⁰ Gabeira, Fernando Nagle. *Carta sobre a Anistia*: a entrevista do Pasquim; conversa sobre 1968. Rio de Janeiro: Codecri. 1979.

demonstraram que a bandeira da anistia conseguiu superar a fragmentação da esquerda brasileira. O processo organizativo, da luta no exílio, teve como marco fundador a realização do Tribunal Bertrand Russel II¹¹¹. Organizado em 1974, por iniciativa do senador italiano Lelio Basso, tinha o objetivo de julgar as ditaduras militares latino-americanas pelas graves violações aos direitos do homem e às liberdades fundamentais. O processo contou com o engajamento da intelectualidade europeia e abriu um grande espaço para a denúncia das ações da ditadura junto à comunidade internacional. Vale destacar que nesse momento a luta no Brasil foi tratada como “resistência à ditadura”, evitava-se a discussão sobre a luta armada e a perspectiva de derrubada do capitalismo, e ao mesmo tempo construía e reforçava o processo de mudança da perspectiva da esquerda brasileira, focada no engajamento na temática dos direitos humanos¹¹² e na criação dos Comitês de Anistia.

Dentre os trinta Comitês formados no exterior entre os anos 1975 e 1979, quando ocorreu a Conferência de Roma¹¹³, um dos mais ativos era o Comitê pró Amnistia Geral no Brasil (CAB) organizado em Portugal. Os militantes portugueses e brasileiros lançaram, em 1976, o jornal Amnistia – com tiragem de 5 mil exemplares – contendo um grande número de informações acerca da repressão política no Brasil. O CAB manteve uma ampla publicação de panfletos e boletins informativos constituindo-se em um espaço de divulgação dos relatos de tortura privilegiado, uma vez que no Brasil essa veiculação era impedida pela censura. Entre os dias 13 e 19 de abril de 1977, o núcleo de Lisboa realizou uma semana cultural e política para marcar os 13 anos de resistência à ditadura no Brasil, que serviu como espaço de denúncia às violações de direitos humanos cometidas e de articulação da luta em favor da anistia no exterior. O CAB promoveu também a reunião de grupos de exilados residentes na França, Holanda, Guiné Bissau, Alemanha, Suécia, Dinamarca, Polônia e Angola, com o intuito de avaliar as ações já feitas, incentivar a formação de comitês, articular campanhas e materiais conjuntos e

¹¹¹ O primeiro Tribunal Bertrand Russell foi organizado em 1967 com o objetivo de julgar os EUA pelos crimes cometidos na Guerra do Vietnã.

¹¹² Rollemberg, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Ed Record, 1999. p. 232-233.

¹¹³ Segundo Heloisa Greco, os seguintes comitês estavam ativos na ocasião da Conferência de Roma- Itália, Estocolmo-Suécia, Gotemburgo-Suécia, Lund-Suécia, Malmö-Suécia, Ulm-Suécia, Upsala- Suécia, Noruega, Dinamarca, Amsterdam-Holanda, Rotterdam-Holanda, Genebra-Suíça, Lausanne-Suíça, Londres-Inglaterra, Paris-França, Berlim-RFA, Berlim-RDA, Colônia-RFA, Lisboa-Portugal, Coimbra- Portugal, Funchal-Madeira, Bélgica, União Soviética, Hungria, Argélia, Polônia, Nova York-EUA, Costa Rica, Ontario-Canadá e México.

pensar em passos organizativos da luta¹¹⁴. Pautava-se a denúncia das violações de direitos humanos representadas pelas prisões e assassinatos políticos. Conseguiu-se estabelecer um programa de oposição que defendia a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e o fim das leis de exceção, como a Lei de Segurança Nacional; com isso, ambicionava-se o desmonte do aparato repressivo e a respectiva punição dos torturadores. Estavam também presentes reivindicações que concerniam à condição material mais direta dos exilados, buscava-se garantir o direito ao retorno e o fim dos processos políticos, bem como a reintegração aos postos de trabalho, a emissão dos documentos dos exilados e seus familiares¹¹⁵. A ação do governo militar brasileiro de – diferentemente das demais ditaduras latino-americanas – negar o registro dos filhos dos exilados pelas embaixadas ganhou força na ação do MFPA, especialmente a partir de 1977. A recusa tocava em dois pontos sensíveis do discurso do movimento, pois, ao mesmo tempo em que aquelas crianças se tornavam apátridas impedidas de participar da nação brasileira, atacava-se a unidade familiar e o direito da mãe registrar seus filhos, reforçando a construção simbólica da anistia como pacificação da família nacional.

A ação do movimento no exterior foi pautada pelo desgaste da imagem internacional do regime militar. Nesse sentido, orientou-se pela constante criação de fatos políticos, com ações que visavam a inserção da pauta de anistia na agenda midiática europeia. Para tanto, foram aproveitadas as visitas do primeiro-ministro de Portugal Mário Soares, em 1976, do general Geisel, em 1977, e do presidente francês Giscard d'Estaing, em 1978. Nesses momentos os militantes brasileiros conseguiram grande publicidade em suas campanhas e foram acusados pelos militares de denegrir a “imagem do Brasil no exterior”. A primeira vez em que conseguiram coordenar uma ação conjunta, entre os movimentos internos ao Brasil e as mobilizações no exterior, foi na Conferência de Roma¹¹⁶ – 28, 29 e 30 de junho e 1º de julho de 1979. A Conferência de Roma teve como característica a participação de pessoas de diferentes grupos políticos, gerações e classes sociais. Participaram parlamentares cassados, lideranças do MDB no Congresso, representantes dos sindicatos rurais e urbanos, familiares de mortos e desaparecidos, membros do movimento negro e indígena,

¹¹⁴ Comitê Pró Amnistia Geral no Brasil (CAB). Correspondência expedida, Lisboa, setembro/77.

¹¹⁵ Informe de criação do Comitê Brasil pela Anistia, Paris-França, setembro de 1975, p. 1-2.

¹¹⁶ Greco, Heloisa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 165-167.

milитantes do movimento feminista, associações de profissionais liberais, igrejas e o movimento estudantil. Essa diversidade foi indicativa da criação de uma variedade temática de mobilização desenvolvida ao longo do exílio, no qual se iniciou a discussão sobre o feminismo e a homossexualidade, temas antes relegados ao segundo plano na esquerda brasileira que passam a ter maior importância com a reformulação de projetos políticos¹¹⁷.

A relevância política da Conferência tornou-se ainda maior por conta do momento conjuntural; ela dava continuidade ao terceiro Congresso Nacional pela Anistia (junho de 1979) e teve início um dia após a apresentação do projeto de anistia governamental. Com o envio do projeto para o Congresso aproximava-se do fim o processo de luta pela anistia, pelo menos no que se referia à aprovação da lei. Essa conjuntura ajuda a compreender o porquê da ampla cobertura midiática do evento.

Os exilados optaram por levar uma posição conjunta a Roma. O Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) de Paris e o CBA de Lund-Malmö/Suécia apresentaram diferentes propostas para o texto. Como era de se esperar, ambos afirmavam a necessidade de Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, em oposição ao projeto de anistia parcial do governo, defendiam o desmantelamento do aparato repressivo e a punição dos responsáveis pelas violações de direitos humanos. Segundo Heloisa Greco, o texto do CBA sueco era mais extenso e destacava o papel da classe revolucionária na libertação nacional, propunha a convocação da Assembleia Constituinte; já o do CBA francês era mais curto e atinha-se mais às questões referentes à luta pela anistia e aos direitos humanos; o segundo foi o escolhido como posição dos exilados na Conferência¹¹⁸. A escolha reforçava a reconstrução da identidade militante em torno de um novo projeto político, a defesa explícita da transformação revolucionária – central no projeto político das organizações atuantes nas décadas de 1960 e 1970 – não foi considerada fundamental, provavelmente, por conta do sentimento de derrota deste projeto pelas ditaduras em toda a América Latina. Optou-se pelo foco na construção de um

¹¹⁷ Rollemberg, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Ed Record. . 1999.p. 223-226. Entretanto, não foi apenas no exílio que essa revisão passou a ser feita. No território nacional foram diversas as experiências de repensar a organização e a pauta da esquerda.

¹¹⁸ Carta dos Exilados, Roma, 28 de junho de 1979.

programa de atuação que levasse em conta a questão da democracia, a partir do qual se construiria uma oposição direta à ditadura.

A oposição ao projeto governamental e os caminhos apontados a partir deles também estiveram presentes nos discursos de abertura da conferência:

Neste quadro o regime militar tenta empurrar pela garganta do povo brasileiro o embuste denominado “anistia parcial”, [...] tentando fazer desta sua “anistia” uma outorga e não uma conquista popular. Apropriando-se de uma legítima reivindicação das oposições, retirando-lhe o conteúdo e procurando uma aproximação formal com a nossa bandeira, pretende fazer seu projeto algo como uma “conciliação nacional”, na tentativa de agregar áreas sociais significativas sob o mesmo ideário. Não podemos concordar com a tentativa de classificar os exilados, os ex-banidos e presos políticos como “terroristas” e “não-terroristas”, como “culpados” ou “não-culpados” de “crimes de sangue”. Todos os opositores do regime, perseguidos, presos, torturados e mortos merecem o mesmo respeito. Lutaram e lutam ao lado do povo por melhores condições de vida e trabalho, por uma sociedade justa e humana. Denunciaremos vigorosamente qualquer medida discriminatória, qualquer arremedo de anistia que se tente impingir. Seguiremos a nossa luta que é a de todo o povo brasileiro pela ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA e pelas liberdades democráticas.¹¹⁹

Estavam presentes as perspectivas colocadas para o movimento em torno da anistia. Alertavam para a necessidade de não deixar-se dividir pela proposta governamental, ou pelos apelos de “conciliação nacional”. Ao buscarem situar a luta pelas liberdades democráticas e pela anistia no escopo das lutas por melhores condições de vida e trabalho travadas anteriormente, procuraram estabelecer um nexos narrativo de continuidade das lutas, apesar da clara reformulação do projeto. O trecho “pretende fazer seu projeto algo como uma ‘conciliação nacional’, na tentativa de agregar áreas sociais significativas sob o mesmo ideário” me parece emblemático das tensões enfrentadas no momento; temia-se que a apropriação por parte do governo da temática da anistia causasse fissuras no movimento, uma vez que mesmo o projeto autoritário e restrito do governo respondia a algumas demandas levantadas e dialogava com o imaginário construído pelo MFPA em torno da anistia. A Conferência teve como resultado consensual a recusa ao projeto do governo e a necessidade de luta pelo desmonte do aparato repressivo.

¹¹⁹ Greco, Helena. Discurso de Roma, 28 de junho de 1979; Greenhlagh, Luís Eduardo. Discurso de Roma, 28 de junho de 1979.

Durante a Conferência de Roma o tema do retorno foi debatido em seus aspectos políticos e práticos. Os militantes colocaram a necessidade de pressionar as embaixadas brasileiras em relação à emissão de passaportes e documentos; procuraram também organizar estruturas no Brasil e na Europa de maneira interligada de forma a garantir a acolha dos exilados em seu retorno. Todavia, a organização da volta mostrou-se um tanto mais complexa do que o esperado pelos Comitês de Anistia; desde 1978 o MFPA e os CBAs debatiam o retorno; enquanto alguns pretendiam que o retorno fosse uma forma de aprofundar e fortalecer a luta pela anistia e democracia, outros, como Therezinha Zerbine, pediam calma aos exilados, pois acreditavam que a volta só poderia ocorrer após a conquista da anistia¹²⁰. Havia, ainda, aqueles que consideravam a volta individual de cada um dos militantes uma vitória, devendo ser comemorada como um passo na luta contra a ditadura¹²¹. O movimento no Brasil procurou orientar e coordenar esse retorno, a Secretaria Nacional de Exilados do CBA elaborou, em fevereiro de 1979, a *Cartilha do exilado brasileiro*. O objetivo era esclarecer algumas normas e procedimentos a serem adotados, alguns considerados vitais, uma vez que o aparato repressivo não tinha sido desmontado¹²². Foram organizadas amplas comitivas para a recepção dos exilados, tanto com o objetivo de garantir a segurança dos mesmos, quanto de construir uma imagem simbólica positiva de retorno; construiu-se assim uma ideia de avanço na luta contra a ditadura, pois as pessoas expulsas retornavam e retomavam as lutas políticas.

Como já foi discutido nesta dissertação, inicialmente se acreditava em um golpe de curta duração e em um rápido retorno. Posteriormente, pensava-se na derrota da ditadura por um processo revolucionário; com a derrota deste projeto, começou a se desenhar, dentro das mobilizações por direitos humanos, a ideia de retorno junto com a construção da democracia com uma Anistia Ampla Geral e Irrestrita. Contudo, o retorno se deu com uma anistia parcial outorgada pelo governo e ainda recíproca – garantindo a impunidade dos violadores de direitos humanos – algo muito aquém do projeto dos opositoristas. O retorno recebeu uma ampla cobertura midiática, as imagens da chegada

¹²⁰ Subsídios para discussão sobre a questão dos exilados, membros do CBA e MFPA-MG, novembro/1978.

¹²¹ Gabeira, Fernando Nagle. *Carta sobre a Anistia*: a entrevista do Pasquim; conversa sobre 1968. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

¹²² Folha de São Paulo, 16 de fevereiro de 1979, “Cartilha vai orientar os exilados” (matéria de Pedro del Picchia).

ao aeroporto foram transmitidas pela TV Globo, tanto no Jornal Nacional quanto no Fantástico. Gabeira, Betinho, Miguel Arraes, Brizola, Dulce Maia, Marcio Moreira Alves, Vladimir Palmeira, Francisco Julião, Prestes, entre outros tiveram suas chegadas televisionadas; a frase proferida por Betinho em meio a lágrimas é sintomática, “*gente que eu nunca pensei em ver mais*”. As reportagens davam a ideia de reencontro de amigos, da reconstrução de laços perdidos por longos anos de exílio, produziu-se assim uma forte carga simbólica e emocional, um momento de comoção com efeito catártico naqueles envolvidos na luta pela anistia¹²³. O retorno dos exilados permitia a reconfiguração política e a atuação de mais agentes no processo de transição, por isso os discursos apresentados pelos militantes inseriam sua volta como parte da luta por liberdades democráticas, pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e a necessidade de organização dos partidos políticos. A emotividade, explorada midiaticamente, e a grande expectativa de retorno às atividades políticas, teriam contribuído para que se ocultasse, simbolicamente, o caráter autoritário e excludente do projeto governamental.

1.3 Anistia Ampla, Geral e Irrestrita

Entre os presos políticos o tema da anistia era visto inicialmente com desconfiança, como mostra o depoimento de Criméia de Almeida:

Eu não participei de nenhum congresso da anistia, até julho de 1979 eu morava na Paraíba. Eu participava do CBA de lá e as discussões eram muito truncadas e havia pouca informação. O que eu sabia é que uma parcela considerável dos presos políticos era contra a anistia, porque a consideravam um perdão e eles não estavam pedindo perdão pelo o que haviam feito. Se orgulhavam do que fizeram. Era muito difícil discutir essas duas posições dentro do comitê. Os dirigentes apresentavam a posição contrária à anistia dizendo que esta representava a opinião do coletivo dos presos de São Paulo, Rio de Janeiro ou Pernambuco. Eu, pessoalmente, sabia que havia divergências, pois meu cunhado estivera preso vários anos em São Paulo e acompanhava as discussões feitas no Presídio Romão Gomes. Havia muita dificuldade para saber o que estava acontecendo.¹²⁴

¹²³ Como se pode observar no projeto Memória Globo: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0.27723.GYN0-5273-246934.00.html>. Acesso em: 12 jul. 2012.

¹²⁴ Entrevista feita por Janaína Teles com Criméia A. S. de Almeida, ex-guerrilheira da Guerrilha do Araguaia, companheira de André Graboïs e nora de Maurício Graboïs, desaparecidos na Guerrilha do Araguaia desde 1973. SP, 27/07/2000, 28 e 30/11/2001, e 20/10/2004.

A recusa dos presos políticos à anistia como uma forma de perdão indicava que o processo de reelaboração do projeto político e de reavaliação da experiência histórica da oposição à ditadura tinha entendimentos diferentes, que implicavam em ações práticas diferentes. Os presos orgulhavam-se da luta revolucionária que motivaram suas prisões. Por isso, reafirmavam as ações feitas e as ideias defendidas, pretendiam inserir a luta pela anistia como uma continuidade das mobilizações anteriores e não como um esquecimento. Isso contrastava com os apelos pela pacificação, pelo fim das tensões e da discórdia, presentes na estratégia defendida pelo MFPA. Contudo, o depoimento indica que a postura dos presos políticos de questionar a bandeira da anistia e enaltecer a oposição à ditadura, tampouco era aceita pelo CBA, que procurou desqualificar este posicionamento como minoritário, procurando afirmar a hegemonia da luta pela anistia em meio aos presos políticos. A declaração indica ainda a permanência da ideia da anistia enquanto perdão mesmo dentro dos movimentos opositores à ditadura. Para os CBAs, não se tratava de reivindicar um perdão do governo e sim de impor a anistia como fruto da luta permitindo a reintegração plena à vida política. Todavia, a ideia de perdão e dádiva – posteriormente utilizada pelo governo – era marcante no imaginário brasileiro.

Ainda assim, a anistia apresentava-se como um tema caro aos presos políticos, pois significava a saída do cárcere e a possibilidade de retorno às atividades políticas. Embora a liberdade plena só fosse possível com o fim da ditadura, era importante deixar claro qual era a anistia pretendida. A resposta à carta da CNBB¹²⁵ que reivindicava a anistia para “os verdadeiros presos políticos” evidenciou a preocupação com projetos de anistia parcial, que não consideravam a ação de guerrilha como legítima. A ação dos presos políticos opunha-se à possibilidade da elaboração de uma anistia excludente, pois esta reconheceria o sistema jurídico ditatorial como legítimo, ao mesmo tempo que reintegraria os opositores considerados aceitáveis e manteria fora da participação política os considerados perigosos. Importante notar que a carta data de 1975, evidenciando as tensões existentes dentro da luta pela anistia desde seu início, mas também a presença de um referencial simbólico comum; assim como o MFPA, os presos reivindicavam

¹²⁵ Carta ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça do Brasil e Carta à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Os presos políticos. Itamaracá, 03/04/75. Pasta Sigilosos, Comissão Justiça e Paz/SP, pp.11-12. Apud Teles, Janaína de Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação (mestrado), USP, São Paulo, 2005. p. 110-112.

que a tradição da anistia no Brasil não diferenciava se as ações tinham sido armadas¹²⁶.

A mobilização dos presos políticos ganhou muito destaque na luta pela anistia a partir de 22 de julho de 1979, quando se iniciou a Greve de Fome Nacional pela anistia ampla, geral e irrestrita; dos 53 presos políticos, 35 aderiram à greve, caracterizando-a como nacional¹²⁷.

A intenção dos presos políticos era contrapor-se ao caráter excludente do projeto de anistia apresentado pelo governo e reivindicar a legitimidade da resistência armada contra a ditadura; ao mesmo tempo, denunciavam a exclusão da questão dos mortos e desaparecidos do projeto governamental¹²⁸. A greve de fome possibilitou uma maior inserção em jornais e revistas que antes os tratavam como terroristas. Nesse momento, ficou evidente a discrepância de concepções de mobilização no interior da esquerda, pois o grupo de presos políticos ligados ao MR-8 acusou os que faziam greve de fome de esquerdistas, divisionistas e vanguardistas, já que essa ação estaria isolando as mobilizações pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, e não conseguiria sensibilizar os parlamentares em favor da causa. Ainda assim, a maior parte dos presos políticos – pertencentes a outros agrupamentos políticos – aderiu à greve de fome. A posição dos presos políticos do MR-8 evidenciava uma tensão vivida internamente na luta pela anistia quanto às prioridades do movimento. Se, em primeiro plano, deveria estar a construção de ações diretas e mobilizações de rua (como a greve de fome); ou se deveria se priorizar a articulação parlamentar capaz de fazer a negociação política. Embora, nesse momento, tenha sido hegemônica a posição em favor da mobilização direta, poderemos ver que isso nem sempre aconteceu. Se, quatro anos antes, os presos políticos atentaram para a necessidade de não criar dentro da oposição uma categoria de anistiáveis e uma de não anistiáveis, em 1979, se colocavam em ação contra essa divisão presente no projeto do governo. Diferentemente dos exilados, que eram em parte contemplados, aos presos políticos era mantido o *status* de indesejáveis, por isso sua disposição a uma ação que implicava em um maior sofrimento e ao mesmo tempo despertava a solidariedade de

¹²⁶ Teles, Janaína. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação (mestrado), USP, São Paulo, 2005. p. 111.

¹²⁷ VIANNA, Gilney Amorim e CIPRIANO, Perly. *Fome de liberdade: relato dos presos políticos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel e Almeida. 1992. p. 45.

¹²⁸ Teles, Janaína, op. cit. p. 118.

parte da população. Embora não tenham derrotado o projeto do governo, conseguiram, segundo Janaína Teles¹²⁹, reduzir a propaganda positiva pretendida com o projeto, e ao mesmo tempo, evidenciavam novamente os diferentes interesses dentro da luta pela anistia.

O momento de maior amplitude do movimento de luta pela anistia se deu a partir da formação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs). Estiveram articulados expostos políticos, familiares de desaparecidos, militantes de partidos ilegais, membros do MDB, participantes de movimentos sociais, enfim, opositores de organizações diversas. A bandeira que agrupava todas essas pessoas era a da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; por trás dessa palavra de ordem estavam articulados diversos interesses, ora convergentes, ora divergentes. O mesmo pode ser dito sobre a relação estabelecida entre os CBAs e o MFPA; eram organizações diferentes e independentes entre si¹³⁰ e, embora ambas defendessem a anistia, o sentido político atribuído a essa luta nem sempre foi consensual.

O discurso de abertura do primeiro Congresso Nacional da Anistia¹³¹ colocava uma questão que seria muito cara aos CBAs, a busca por popularização do movimento com a interligação com movimentos sindicais e de bairros. O fim dos anos de 1970 foi cenário de uma forte ascensão das mobilizações populares no Brasil; os novos personagens¹³² políticos protagonizaram uma série de manifestações que contestavam a economia do país e chocavam-se diretamente com o aparato repressivo da ditadura. Constituiu-se um ciclo de confrontos que foi central para a transição e será analisado no terceiro capítulo desta dissertação; por ora, é importante ter claro que era esse o momento em que os CBAs pretendiam aproximar das classes populares que estavam inserindo-se na política. Essa aproximação estabeleceu uma relação de solidariedade entre lutas; os

¹²⁹ Teles, Janaína de Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação (mestrado), USP, São Paulo, 2005. p. 141.

¹³⁰ Blay, Eva. *Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches*. IV Encontro Anual da ANPOCS, Rio de Janeiro, 1980. p. 4.

¹³¹ Abertura do I Congresso Nacional da Anistia – discurso Luiz Eduardo Greenhalgh. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/abertura-do-i-congresso>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

¹³² Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 50.

participantes dos CBAs consideravam que fortaleciam os movimentos operários¹³³ quando expressavam seu apoio às greves. Colaboravam com a organização dos operários, pois denunciavam a estrutura sindical da ditadura e o caráter excludente do regime. Ao mesmo tempo, a presença das mobilizações populares no discurso de abertura do Congresso procurava dar um caráter combativo à luta pela anistia e situá-la como parte de um conjunto maior de lutas em oposição à ditadura. A preocupação com o apoio às camadas populares esteve presente na Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação do CBA.

III. LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO, AUTONOMIA SINDICAL, DIREITO DE GREVE: Um dos principais alvos do regime repressivo cujo fim se reivindica tem sido as associações profissionais e culturais, científicas e gremiais. Os sindicatos de trabalhadores, principalmente, permaneceram atrelados a uma tradicional legislação paternalista e coercitiva, e, nestes últimos 14 anos, foram submetidos a vários tipos de intervenção, de maneira a desestimular a sindicalização, a banalizar a vida sindical e a impedir as legítimas manifestações dos assalariados na defesa dos seus direitos. A greve foi regulamentada de maneira a ser sempre considerada ilegal. Todavia, a imperiosa necessidade, que os trabalhadores vem sentindo, de escapar ao arrocho salarial e à desumana exploração de que são vítimas, tem conseguido romper em alguns casos com os estreitos limites legais a que se viam coagidos, constituir oposições sindicais e tentar reconquistar seus sindicatos como instrumentos de reivindicações, obter a formação de comissões de fábrica e de empresa, e exercer o direito de greve como arma de luta. Os estudantes, igualmente, apesar de todas as proibições têm conseguido, à custa de imensos sacrifícios, reconstituir sua vida associativa e suas entidades representativas. Donas de casa e setores das classes médias também tem procurado articular suas associações e suas campanhas reivindicativas. Imensas faixas da população, porém, permanecem atomizadas e isoladas na luta cotidiana contra as péssimas condições de trabalho e de vida, sem emprego, ou submetidos às mais desumanas formas de alimentação, habitação, transporte, educação e saúde. O CBA/SP afirma o direito de todos à inalienável.¹³⁴

Os CBAs inseriam na luta pela anistia a necessidade de reorganização do operariado brasileiro, bem como a ampliação da participação popular na política. Tal postura relacionava-se com o contexto histórico vivido – de ascensão de mobilizações – e expressava uma concepção política que considera fundamental a organização dos setores populares, especialmente o de trabalhadores. O sentido atribuído à luta por anistia nesse momento esteve relacionado com garantir a possibilidade de organização e mobilização das classes médias e baixas, pois considerava-se que a ação da ditadura visava impedir a

¹³³ Abertura do I Congresso Nacional da Anistia – discurso Luiz Eduardo Greenhalgh. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/abertura-do-i-congresso/>, Acesso em: 03 mar. 2013.

¹³⁴ Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação – CBA, Julho de 1978, p. 3.

organização dessas manifestações. A defesa das mobilizações operárias era reveladora das “duas faces da anistia”¹³⁵, uma primeira como a defesa dos que lutaram contra a ditadura e sofreram a repressão estatal – tratava-se de defender sua liberdade e a investigação das violações dos direitos humanos – e a segunda, como a defesa dos que estavam em luta naquele momento e por isso enfrentavam o aparato repressivo montado com base na DSN – inserindo-se, assim, em um ciclo de mobilizações que protagonizavam confrontos sustentados com a ditadura.

A Carta de Belém do Pará elaborada em janeiro de 1979 explicita esse caráter duplo da anistia:

A anistia tem dois significados fundamentais: primeiro – permitir que retornem à vida social e política todos, presos, condenados, cassados, exilados, demitidos, aposentados, enfim, perseguidos que lutaram contra o regime de arbítrio instalado no país em 1964; segundo – permitir que o povo brasileiro tenha o direito de se organizar, de se expressar, de se manifestar, sem ser vítima de violências e repressões.¹³⁶

A luta pela anistia, na perspectiva adotada pelos CBAs, incluía a contraposição ao sistema de repressão montado pela ditadura, que se voltava contra as mobilizações populares em ascensão no fim da década de 1970. Com essa estratégia de popularização os CBAs inseriam-se na retomada de mobilizações contestatórias questionadoras das condições sociais no país, relacionando-se, assim, a estrutura repressiva com um modelo econômico que gerava o arrocho salarial, a alta da inflação, o aumento do custo de vida e a precariedade dos serviços urbanos na periferia. A organização dos CBAs para construir redes imediatas de solidariedade entre as lutas resultou na colaboração com o fundo nacional de greve em apoio aos metalúrgicos do ABC¹³⁷, procurando assim subsidiar a continuidade da luta dos trabalhadores; em consonância com isso, denunciavam a intervenção militar no sindicato, o que evidenciava o uso do aparato repressivo contra as mobilizações de trabalhadores, e, portanto, reforçava a necessidade de se lutar pela anistia.

¹³⁵ Greco, Heloisa, *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutoramento). Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 98-99.

¹³⁶ 2a Reunião da Comissão Executiva Nacional, Carta de Belém – Repúdio à mais nova farsa da ditadura, Belém do Pará, 28 de janeiro de 1979, apud Greco, Heloisa, op. cit., p. 99.

¹³⁷ Greco, Heloisa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutoramento). Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 99.

A política de popularização e aproximação com outras lutas sociais resultou em algumas ações e trabalhos de base organizados pelos CBAs locais. Na Bahia conseguiram a atuação conjunta com os movimentos de bairro, tentando levar a reivindicação da anistia para o cotidiano dos setores populares¹³⁸. No Rio de Janeiro os militantes pela anistia procuraram a articulação com entidades representativas dos trabalhadores, como a CONTAG. A articulação com o novo sindicalismo foi marcada pela aprovação de uma tese em defesa da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita no X Congresso Nacional de Metalúrgicos e ainda pela presença da anistia na Carta de Princípios do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, a Carta de Gragoatá, que denunciou o projeto de anistia governamental:

[...] Pressionado pelo povo brasileiro, o governo é forçado a recuar, enviando ao Congresso Nacional um projeto de anistia. Embora parcial e restrito, o projeto é resultado do avanço das forças democráticas e populares e devolve a cidadania política a milhares de brasileiros. Mais uma vez, porém, a ação governamental discrimina social e politicamente, colocando à margem dos benefícios da anistia muitos milhares de trabalhadores afastados de seus empregos pela brutal repressão que se abateu, nos últimos quinze anos sobre a classe operária. Comprometidos com a luta por anistia ampla, geral e irrestrita, que liberte todos os presos políticos e restitua às suas ocupações todos os brasileiros dela afastados por motivos políticos, esperam os representantes dos trabalhadores da cidade e do campo que o Congresso Nacional saiba refletir na discussão e votação do projeto do governo o desejo do conjunto da sociedade: desmantelamento dos aparelhos de repressão, revogação das leis e medidas de exceção, em suma, a abolição do regime de exceção em todos os planos.¹³⁹

A carta explicitava o caráter excludente do projeto de anistia governamental que não garantia a reinserção dos trabalhadores demitidos em função das atividades políticas, evidenciando que o projeto não contemplava o interesse do movimento operário. Esteve presente na Carta a incorporação do duplo caráter da anistia proposto pelos CBAs. A libertação dos presos políticos e a sua reinserção na sociedade deveriam ser acompanhadas pelo fim do aparato repressivo e das leis de exceção. Heloisa Greco destacou, ainda, a convocação realizada pelo CBA-ABCD do encontro dos trabalhadores pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, que contou com a presença de 900 pessoas entre trabalhadores, personalidades políticas e ex-presos políticos.

¹³⁸ Idem, *ibidem*. p. 102.

¹³⁹ Carta de Gragoatá, Documentos do Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais, Encarte Especial do Brasil Democrático. Rio de Janeiro, agosto de 1979, apud Greco, Heloisa *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutoramento). Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 103.

Como tentativa de popularização da perspectiva de direitos humanos inserida na luta pela anistia, os CBAs procuraram destacar que não apenas os presos políticos sofriam os abusos perpetrados pela ditadura, mas também os presos comuns e a população pobre vítima da violência policial.¹⁴⁰

No entanto é importante constatar os limites da política de popularização intentada pelos CBAs em parte detectados pelo próprio movimento em suas avaliações realizadas pela Comissão Executiva Nacional acerca da popularização:

- 1- Estando boa parte das organizações populares no nível de lutas reivindicatórias é difícil fazê-las assumir bandeiras mais explicitamente políticas;
- 2- Uma dificuldade para o avanço dos movimentos de anistia é a de relacionar a anistia com reivindicações populares;
- 3- A questão é política e não técnica; divulgação é um meio, mas o fundamental é que setores populares tomem a luta como sua;
- 4- Anistia deve ser vista como luta pelos direitos humanos e contra a repressão, inclusive ao nível cotidiano. A população precisaria perceber a função política da repressão policial – manter o povo no seu “lugar”;
- 5- A importância de apoiar a luta operária evitando o seu isolamento;
- 6- A importância de, além das vanguardas atingidas e incorporar massas de setores médios;
- 7- Deve-se manter a especificidade da luta, mas ter consciência de que o crescimento da luta pela anistia depende do crescimento do movimento popular.¹⁴¹

A avaliação dos CBAs tem um ponto em comum com o discurso de Therezinha Zerbine, já analisado nesta dissertação, na medida em que considerava os populares apegados a questões reivindicatórias imediatas tendo dificuldades de se mobilizar por questões “explicitamente políticas”; avaliava-se que esses setores não percebiam a importância da luta em torno da anistia para a continuidade das próprias lutas populares, pois não assumiam a bandeira como “sua”. Contudo, diferentemente da posição expressa pela fundadora do MFPA, os CBAs pretendiam reverter essa resistência por parte dos movimentos populares, pois consideravam estratégica a adesão desses setores para o crescimento da luta pela anistia. Baseados nessa avaliação propõem a denúncia às violações dos direitos humanos como algo inserido no cotidiano dos trabalhadores, pois

¹⁴⁰ Essa tentativa de articulação entre movimentos de familiares de desaparecidos políticos e a luta contra a violência policial é ainda hoje uma temática cara aos setores da esquerda, segundo os quais a montagem da estrutura da Polícia Militar se deu durante a ditadura, bem como a impunidade das torturas e a não investigação dos desaparecimentos mantêm a tortura como prática sistemática contra a população pobre.

¹⁴¹ Relatório da 4ª. Reunião da Comissão Executiva Nacional, Campo Grande-MS, 5 e 6 de maio de 1979, p. 2. Apud Greco, Heloisa, *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutoramento). Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 100.

a repressão policial estava inserida na DSN como uma maneira de impedir a participação política popular.

Entretanto, a popularização esbarrou nas contradições internas do próprio movimento. A formação da Comissão Executiva Nacional responsável pela “direção permanente dos movimentos de anistia”¹⁴² não priorizou a inserção de representantes das organizações populares em sua composição, restringindo-se aos próprios núcleos dos CBAs. Já o Conselho Nacional de Entidades, “a maior instância deliberativa no intervalo entre os congressos”, foi formado por associações de profissionais liberais ou com formação superior, por entidades consideradas representantes da sociedade civil, além do MDB¹⁴³, sendo mínima a participação de organizações de movimentos populares. A ausência desses movimentos nas instâncias deliberativas da luta pela anistia contrastava com a tentativa de popularização da luta, pois colocava a anistia como algo que estava fora dos movimentos.

As “duas faces da anistia” eram unificadas pela ênfase na denúncia ao aparato repressor montado pela ditadura.

A própria "legalidade" então gerada traz assim a marca indelével da sua ilegitimidade. No afã de submeter toda a realidade social a uma única vontade, prepotente, arrogante e inquestionável, o regime legislou, coercitivamente sobre todos e sobre tudo. Tudo foi proibido, e, por sê-lo, por tudo todos foram punidos. Não contente, o regime extravasou as próprias leis ilegítimas e coercitivas, e se espojou furiosamente na compulsão punitiva, freqüentemente sanguinária: perseguiu, suspendeu, expulsou, aposentou, cassou, exilou, banuiu, prendeu, torturou, mutilou, e matou. Organizou-se para tal. Recrutou e adestrou agentes, criou repartições, destinou verbas, imaginou aparelhos e instrumentos, fiscalizou a perfeita execução dos serviços, premiou seus mais eficientes executores, obstruiu e impediu a limitada ação da precária justiça que tentou às vezes, opor-se ao arbítrio.¹⁴⁴

O documento afirmava que todas as prisões eram ilegítimas, pois foram orientadas pelo pressuposto da vontade única da nação; dessa maneira a ditadura teria interditado qualquer divergência política. Em nome da defesa da nação contra seus inimigos, foi

¹⁴² Deliberações do II Congresso Nacional de Anistia, p. 4.

¹⁴³ Compunham o Conselho Nacional de Entidades: União Nacional de Estudantes (UNE); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Associação Nacional de Cientistas Sociais (ANCS), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Movimento Negro Unificado (MNU), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR) Associação dos Sociólogos do Brasil (ASB) Comissão Executiva Nacional dos Movimentos de Defesa da Amazônia.

¹⁴⁴ Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação – CBA, Julho de 1978, p. 1.

autorizada a utilização de qualquer método para combater a ameaça comunista; este pressuposto organizativo tornou todo o sistema jurídico viciado, pois era subordinado a esses atos de exceção. A ação política dos opositores da ditadura teria sido condenada, porque “tudo era proibido”, por vigorar no país um conjunto de leis coercitivas, cujo objetivo era controlar e intimidar a todos. Os CBAs denunciavam assim a tortura e a repressão política como uma prática institucionalizada pela ditadura, sendo necessária a denúncia dessas arbitrariedades e a contraposição ao aparato repressivo montado pelos militares que era utilizado contra a população. Esta oposição constituída pelos CBAs afirmava a necessidade de retorno dos exilados e presos políticos, mas avançava para a necessidade de desmontar as instituições criadas pela ditadura para controlar a população; os militantes envolvidos na luta pela anistia afirmavam a necessidade de responsabilizar os torturadores por seus atos e investigar as mortes e desaparecimentos políticos.

Os CBAs protagonizaram um amplo trabalho de investigação e publicização da questão dos mortos e desaparecidos políticos, lançando no meio de janeiro de 1979 uma campanha específica sobre o tema¹⁴⁵. Foi elaborada em março desse ano a primeira versão do *Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos*, sendo entregue para o Congresso Nacional com o objetivo de denunciar e exigir uma investigação oficial. Essa investigação deveria ser levada a cabo por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) acerca das violações de direitos humanos¹⁴⁶. A campanha era considerada de alta prioridade para o movimento, porém encontrou resistência entre os deputados do MDB que consideravam esta proposição uma provocação à ditadura que poderia pôr em risco a transição. Coube aos familiares de mortos e desaparecidos pressionar persistentemente o partido para que assumisse a defesa da CPI e consequentemente a defesa da investigação das violações de direitos humanos. O MDB termina assumindo o projeto, mas foi derrotado pela ARENA.

A defesa da investigação das violações de direitos humanos era tratada como uma ação feita por revanchistas e ingênuos, que, ainda que avaliassem não ser possível levar os torturadores a julgamento, pretendiam que os casos fossem esclarecidos e tornados

¹⁴⁵ CBA lança campanha por mortos e desaparecidos. *Folha de S. Paulo*, 10/01/79.

¹⁴⁶ Teles, Janaína de Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação (mestrado), USP, São Paulo, 2005. p. 120.

públicos; com essa ação pretendiam contemplar as demandas das famílias e também enfraquecer o aparato repressivo montado pela ditadura. Rosalina Santa Cruz assim descrevia essa mobilização: “[...] é fácil dizer que devemos esquecer tudo em nome da conciliação nacional, enquanto existem tantas famílias procurando seus filhos, sem saberem se estão vivos e onde, se estão mortos e em quais cemitérios. Não queremos vingança, queremos justiça”¹⁴⁷. O sentido construído da luta pela anistia por esses familiares distanciava-se das perspectivas de conciliação e pacificação nacional, pois propunha-se a explicitar os crimes cometidos pela ditadura buscando justiça. Ao mesmo tempo, se constituía uma mobilização de vizibilização, em oposição à tentativa da ditadura de apagar a luta dos militantes com a figura do desaparecimento político. Os familiares procuravam dar continuidade à luta com a investigação dos crimes.

Segundo Heloisa Greco, o sentido de anistia construído pelos CBAs remete ao grego “*Anámenesis* – ação de trazer à memória ou à lembrança; lembrança; recordação; *Mnemosyne*: reminiscência”¹⁴⁸. Trata-se de uma defesa da memória dos militantes que se opuseram à ditadura, pela reafirmação de suas mobilizações e lutas. A denúncia das mortes, violações e desaparecimentos não era uma demanda somente individual ou familiar, mas um ato de mobilização política e de enfrentamento com o projeto político da ditadura. Vê-se então um dissenso interno à luta pela anistia. O sentido inicial e fundador do movimento remetia à paz, conciliação e esquecimento¹⁴⁹; enquanto a participação dos familiares nos CBAs enfatizava a rememoração, o dissenso e a busca por justiça; as duas posições colocaram-se em disputa dentro do movimento na medida em que representavam interesses e estratégias de mobilização distintas.

¹⁴⁷ Assis, Chico de. et al. Para que nunca mais aconteça. In: *Onde está meu filho?* São Paulo: Paz e Terra. 1985, p. 56.

¹⁴⁸ “Na prática médica, o momento em que o paciente auxilia o médico no diagnóstico, lembrando-se de todos os acontecimentos que antecederam a doença e todos os sintomas do início da doença. [...] *Mnemosyne* ou *Mnéme* – memória, lembrança, recordação, faculdade de memória ou de lembrar. Personificada, *Mnemosyne* ou *Mnése* é a mãe das musas [entre elas *Clio*, a da História], protetora dos poetas e dos videntes.” Chauí, Marilena. *Introdução à história da filosofia, dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p. 494 e 506. Apud Teles, Janaína de Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação (mestrado), USP, São Paulo, 2005, p. 108.

¹⁴⁹ Blay, Eva. *Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches*. IV Encontro Anual da ANPOCS, Rio de Janeiro, 1980. p. 4.

Durante o Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia foi debatida a perspectiva de anistia restrita, considerada como algo injustificado¹⁵⁰, pois todos os atos contra um governo ilegítimo eram considerados legítimos. O documento final do Encontro afirmava ainda a necessidade de responsabilizar os torturadores, contrapondo-se também à perspectiva de anistia recíproca. A negação do caráter parcial e recíproco da anistia no documento final do encontro indicava uma tensão pela aceitação dessa perspectiva de anistia; não por outro motivo o tema foi retomado por Luiz Eduardo Greenhalgh na abertura do I Congresso Nacional pela Anistia.

Desta forma, são bem amadurecidos e ponderados os pontos de vista a que os movimentos de Anistia já chegaram.

Pronunciando-se pela necessidade imperiosa de uma Anistia política, ampla, geral e irrestrita a todas as vítimas dos atos e leis de exceção.

Rejeitando as proposições de anistia parcial e de revisão de processos, que pretendiam excluir do alcance da Anistia os que participaram de movimentos armados contra o atual regime.

Recusando o ponto de vista de uma anistia "recíproca", por julgarmos inteiramente imprópria, sem precedentes e extemporânea a utilização do instituto da Anistia para quem não foi identificado oficialmente, não sofreu qualquer sanção punitiva, não foi condenado, nem mesmo julgado.¹⁵¹ (grifos meus)

Aparecia de maneira explícita a negativa de projetos parciais e recíprocos, porém não poderia se referir ao projeto do governo, pois esse só seria lançado meses depois; seriam então tensões internas ao movimento que precisavam ser colocadas como superadas em favor da perspectiva de punição aos torturadores e de defesa dos que optaram pela luta armada. A negação da parcialidade feita dessa maneira colocava-se como um discurso de contra-memória, reafirmavam-se as mobilizações protagonizadas nas décadas de 1960 e 1970, atribuindo a elas um valor positivo de oposição a um regime contrário à vontade popular. Essa memória instituinte, segundo Heloisa Greco¹⁵², implicava em olhar para o passado com intuito de responsabilizar os perpetradores de violações dos direitos humanos, para o que seria fundamental o julgamento dos torturadores e a investigação acerca dos desaparecimentos políticos. A afirmação pública

¹⁵⁰ Carta de Salvador – Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia. Salvador, 9 de setembro de 1978, p. 1.

¹⁵¹ Abertura do I Congresso Nacional pela Anistia. Discurso de Luis Eduardo Greenhalgh. 2 de novembro de 1978. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/abertura-do-i-congresso>. Acesso em: 03 mar. 2013.

¹⁵² Greco, Heloisa, *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutoramento). Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 6-7.

desse sentido atribuído à anistia como resultado do amadurecimento e ponderação do movimento contrapõe-se à defesa da anistia como paz e concórdia que foi marcante no início da luta pela anistia, ao mesmo tempo que indica a permanência dessa visão dentro de setores do movimento. A permanência do discurso fundador de pacificação e reunificação nacional não aparece na abertura do encontro apenas pela negativa, como se pode ver na frase: “A anistia que hoje reivindicamos brota dessa base objetiva que mostra a Nação dividida, prejudicada pela dispensa compulsória da contribuição de tantos filhos capacitados em diversos campos da atividade humana.”¹⁵³ Ainda se considerava uma reunificação nacional, embora ela não implicasse no esquecimento. A resolução final do I Congresso foi explícita na necessidade de reunificação nacional¹⁵⁴ com o advento da anistia, remetendo a um imaginário de pacificação e união que tinha na ditadura seu único impeditivo. Esse discurso foi reforçado pela caracterização da ditadura com um regime que “A tudo e a todos, por todos os meios, tentou impor sua vontade”; ocultando a existência de setores sociais que apoiaram e se beneficiaram do regime.

A atuação dos CBAs buscou sempre uma interlocução com os parlamentares do MDB, pois consideravam o Parlamento um espaço importante na luta pela anistia, apesar de não ser o único. No sentido de influenciar a disputa parlamentar em torno do tema, as discussões do II Congresso Nacional pela Anistia tiveram como tema central o projeto enviado pelo governo e a elaboração de um anteprojeto a ser enviado pelo movimento. Priorizou-se a articulação parlamentar colocando-a em lugar de destaque na luta pela anistia, pois, uma vez elaborado, o anteprojeto deveria ser utilizado como instrumento de luta do CBA tanto para pressionar o parlamento quanto para denunciar os problemas da proposta de anistia do regime.

[...] Num momento destes, ato de sabedoria será eliminar ressentimentos, cicatrizar feridas, apagar agravos e hostilidades, reparar erros e excessos, extinguir paixões e repor cada injustiçado no convívio social, como se o período de lutas internas do povo brasileiro não houvesse existido. Assim, todas as sanções impostas por pensamentos ou ações políticas devem desaparecer de maneira a não deixar vestígio ou resíduo de qualquer espécie. Sem essa retomada de posições e atitudes não poderá surgir uma atmosfera de congregação

¹⁵³ Abertura do I Congresso Nacional pela Anistia. Discurso de Luis Eduardo Greenhalg. 2 de novembro de 1978, p. 2. [grifos meus]. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/abertura-do-i-congresso>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

¹⁵⁴ Encerramento do I Congresso Nacional pela Anistia. Manifesto à Nação. 5 de novembro de 1978, p.1.

de esforços destinados a solucionar as mais candentes questões nacionais em que todos acabam vítimas – governantes e governados. Isto tornou-se consenso geral. [...] A anistia, entretanto, deverá atender a todos, para que ninguém possa alimentar pretextos propícios a cultivar animosidades, revanchismos e sentimentos divisionistas na luta pela eliminação dos males sociais no País, males que exigem um ato pacífico, mas profundo, franco e sem preconceitos. [...] A presente emenda insere-se numa visualização ampla, dentro dos melhores sentimentos brasileiros e do mais alto espírito público, procurando retratar a aspiração da concórdia e de nova etapa da história.¹⁵⁵ (grifos meus).

Reapareceram nessa justificativa temas centrais do início da mobilização pela anistia, como a concórdia e a necessidade de esquecer os ressentimentos, portanto, a anistia como uma amnésia social. O movimento propôs, nesse momento, que as lutas contra a ditadura e a repressão sofrida por elas fossem consideradas como algo que “não houvesse existido”, pois apenas assim as sanções desapareceriam. A justificativa elevava essa posição a um “consenso geral” que abarcaria os variados setores da oposição, a imprensa, os trabalhadores, os setores médios; esse esquecimento beneficiaria os “governantes e governados”, ambos vítimas da discórdia instaurada no país. O projeto não previa em seus artigos a anistia recíproca, porém sua justificativa estava claramente inserida nesse imaginário ao incorporar a negação ao revanchismo e à manutenção das animosidades. Segundo Heloisa Greco, esse projeto serviu para consolidar a aliança com os “setores liberais enormemente moderados”¹⁵⁶ presentes no MDB, que era considerado a porta de entrada para o Parlamento e, portanto, para a disputa do projeto de anistia. Essa aliança possibilitaria a continuidade da luta no momento em que o governo tentava impor seu projeto de anistia. Contudo, a atribuição da justificativa a uma postura tática do movimento joga para o segundo plano as tensões existentes dentro do movimento de anistia e releva as aproximações de alguns setores do movimento com a ideia de anistia recíproca e da defesa do esquecimento presente desde o início das mobilizações. Apesar da denúncia colocada em relação à anistia parcial presente no projeto do governo é forçoso reconhecer que se estabeleceu um diálogo com o imaginário de conciliação e esquecimento presente na sociedade.

¹⁵⁵ Justificação Anteprojeto Anistia Ampla Geral e Irrestrita. Apud Teles, Janaína de Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação (mestrado), USP, São Paulo, 2005. p. 136.

¹⁵⁶ Greco, Heloisa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutoramento). Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 139.

Capítulo 2 – As mobilizações parlamentares em torno da Anistia.

O ano de 1979 foi marcado pela apresentação do projeto de lei 6.683 ao Congresso e pelo acirramento do debate acerca da anistia. Durante a disputa eleitoral que levou Figueiredo ao poder, alterou-se a postura dos militares acerca do assunto com a sinalização da anistia como uma etapa para a conciliação e para a democracia¹⁵⁷. Uma vez enviado o projeto de lei ao Congresso, esse se tornou um espaço privilegiado de discussão acerca do tema, sendo uma importante fonte para a compreensão das dinâmicas de mobilização, das tensões e do sentido da anistia formulado na época; foi a compreensão dessas tensões que orientou a escrita deste capítulo.

Após a posse do novo presidente, a responsabilidade da formulação do projeto e de sua condução no Congresso ficou a cargo do Ministro da Justiça, Petrônio Portela. Uma vez formulado, o projeto foi enviado ao Congresso, onde deveria ser discutido pelos parlamentares em uma Comissão Mista (com integrantes do Senado e da Câmara). A Comissão foi composta, proporcionalmente, por membros do MDB e da Arena, tendo como presidente Teotônio Vilela e como relator Ernani Satyro. O trâmite parlamentar incluiu reuniões da Comissão, a elaboração de emendas, a elaboração do relatório e a votação no plenário. As emendas ao projeto podem ser divididas entre as de caráter pontual – para alterar artigos específicos – e as substitutivas – para alterar o projeto de maneira integral. As emendas foram apreciadas pelo relator, que descartou a maioria delas de maneira integral e elaborou um relatório com poucas mudanças em relação ao projeto original.

Dentre as emendas, cumpre destacar duas que tomaram maior vulto: o substitutivo elaborado pelo MDB e a emenda do deputado arenista Djalma Marinho. O substitutivo do MDB foi construído conjuntamente com setores do movimento em favor da anistia e oficialmente apoiado tanto pelo CBA quanto pelo MFPA; já a emenda Djalma Marinho foi encarada pelo MDB como maneira de garantir a anistia aos presos políticos. Como o MDB considerava importante a aprovação da lei mesmo com todas as suas limitações, a estratégia adotada pelo partido foi aprovar o relatório de Satyro com um

¹⁵⁷ Ciambarella, Alessandra. *"Anistia ampla, geral e irrestrita"*: a campanha pela anistia política no Brasil (1977-1979). Dissertação (mestrado em História). UFF, Niterói, 2002, p. 113.

acordo de lideranças e levar a votação nominal as duas emendas supracitadas. A derrota por um placar apertado em ambas indica a fragmentação da Arena e a necessidade dos mandatos biônicos para o controle do Congresso.

As emendas permitiram concluir a centralidade, para a oposição, da ampliação do escopo da anistia com a inclusão de todos os perseguidos pelo regime. Para tanto, foi elaborado um grande número de emendas, feitos muitos discursos parlamentares e enviadas diversas contribuições de entidades. Essa posição indica uma significativa mudança na formulação do MDB acerca do assunto durante o ano de 1979. Em março o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) lançou uma pesquisa que indicava que 1/3 da bancada do MDB era contrária à “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, acreditando que apenas os crimes políticos cometidos sem violência deveriam ser anistiados¹⁵⁸. Na análise das emendas destaca-se o baixo número em relação às violações de direitos humanos. Duas interpretações são possíveis sobre essa ausência: a primeira, de que não estava clara a intenção de se anistiar torturadores; a segunda, de que essa não foi a prioridade dos movimentos. A análise da documentação disponível permitiu concluir que estava clara a anistia aos torturadores prevista no projeto de lei, e o esforço para a alteração desse ponto se centrou nos familiares de mortos e desaparecidos, não por coincidência os mesmos atores políticos que continuaram nessa luta pelas décadas seguintes.

Neste capítulo, utilizei como fonte o material produzido a partir das discussões acerca da anistia no Congresso Nacional. Isso incluiu: a mensagem presidencial; o projeto de lei; as emendas ao projeto; as justificativas escritas pelos parlamentares; os pronunciamentos no plenário; as atas da Comissão Mista e as contribuições enviadas por movimentos sociais ou entidades de classe. Com essa análise pode-se constatar as aceções da anistia presentes no Congresso e sua relação com as formulações apresentadas pelos movimentos, em especial no que tange à ideia de esquecimento e conciliação nacional. Os debates serviram para evidenciar a inserção da anistia em um projeto transicional, no qual estava estabelecido quais pessoas não estariam aptas a participar da conciliação democrática proposta. Para além da manutenção das pessoas

¹⁵⁸ Greco, Heloisa, *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 109-111.

encarceradas, o objetivo do governo passava pela demarcação clara de qual conduta política era inaceitável. A relação com esse projeto transicional foi analisada no capítulo terceiro da presente dissertação.

2.1 Quem foi o pai da anistia?

As disputas parlamentares em torno da anistia não estiveram restritas ao ano de 1979: elas se iniciaram durante o governo de Castelo Branco e mantiveram-se na agenda do Congresso ao longo de quinze anos, nos quais foram propostos 23 diferentes projetos de lei. O parlamento apresentou-se como um espaço de debate acerca desse tema, no qual foram formuladas interpretações sobre o assunto, ao mesmo tempo em que se apontavam caminhos para formas de oposição à ditadura. Em sua dissertação de mestrado, Sandro Héverton Silva analisou os diferentes projetos no Congresso em favor da anistia entre os anos de 1964 e 1979. Silva considerou o Parlamento “uma das principais esferas da resistência democrática contra o regime militar”¹⁵⁹, no qual se produziu um espaço de dissenso onde estiveram evidentes as tensões em torno da anistia. Embora nesta dissertação se analise o papel da articulação parlamentar como uma das formas de oposição à ditadura, faz-se necessário problematizar o conceito de resistência democrática; o guarda-chuva da ideia de resistência coloca toda a sociedade como vítima da ditadura que teria sido imposta e enfrentado o repúdio popular. Esse guarda-chuva encobre as divergências e os diferentes projetos políticos presentes na oposição ao Governo – que nem sempre era uma oposição ao regime – e essa conceituação dificulta a análise das aproximações entre setores oposicionistas e a agenda política da ditadura¹⁶⁰.

A tentativa de construção da identidade do MDB¹⁶¹ enquanto expressão da vontade oposicionista esteve presente desde sua gênese. Dentre os setores do partido

¹⁵⁹ Silva, Sandro Heverton Câmara da. *Anistia Política: conflito e conciliação no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro (1964-1979)*. Dissertação (mestrado), UERJ, 2007, p. 6-10.

¹⁶⁰ Napolitano, Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)*. Livre-Docência. Ano de obtenção: 2011.

¹⁶¹ O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi criado em 1965, no contexto de fechamento dos partidos políticos e imposição do bipartidarismo; coube ao MDB o papel de oposição consentida. Esse papel distanciou o partido dos demais grupos oposicionistas que o viam com desconfiança; com o decorrer dos anos o MDB, em especial com a atuação do chamado grupo “autêntico”, passou a representar parte dos setores da

empenhados nessa tarefa estavam os parlamentares oriundos do trabalhismo e do reformismo anterior a 1964¹⁶², que pretendiam ampliar a base eleitoral do partido, rompendo com uma imagem de oposição consentida e apresentando-se como um partido que dava voz às demandas da sociedade; com esse objetivo apresentaram os primeiros projetos de anistia política, comumente voltados para algum setor específico. Juntamente com a anistia, os parlamentares do MDB propunham as eleições diretas e revisão dos atos institucionais. Coube ao deputado Mario Covas a defesa de uma dessas propostas:

Ao optarmos por uma definição política que representa os verdadeiros objetivos nacionais permanentes, estamos convencidos de que ela só será viável com a pacificação da sociedade brasileira. A imensa tarefa de paz que temos pela frente exige a extinção dos ódios. No Brasil a paz também se chama anistia. Assumimos o compromisso de lutar pela anistia de todos os que, em virtude do movimento armado de 1964, foram expatriados, presos ou condenados por crimes políticos.¹⁶³

A anistia estava associada ao cumprimento dos verdadeiros objetivos nacionais permanentes e se apresentava como uma medida de pacificação nacional; tratava-se de um reforço da ideia de unidade nacional, que precisava ser colocada novamente em harmonia. No primeiro capítulo desta dissertação, analisou-se a construção desse discurso pelos movimentos em favor da anistia a partir de 1975. Pode-se observar que a concepção de uma medida de conciliação e uma maneira de extirpar os ódios já estava presente no imaginário oposicionista em 1967. Segundo Silva, os governadores Magalhães Pinto – Minas Gerais – e Abreu Sodré – São Paulo – defendiam a necessidade da pacificação nacional e do desarmamento dos espíritos, o que dependeria de uma atuação consequente das forças oposicionistas que não deveriam cometer excessos para tornar possível a reincorporação dos proscritos¹⁶⁴. Majoritariamente as pressões em torno da anistia – expressas em projetos de leis e discursos parlamentares – focavam-se na revisão das punições afirmando sua arbitrariedade, seu excesso, ou sua injustiça; pode-se notar que entre esses primeiros projetos e os movimentos da década de 1970 ocorreu uma transformação, passando a se rejeitar a revisão específica de punições em favor da

oposição mais radical. Seu crescimento eleitoral, em especial após 1974, obrigou a ditadura a considerá-lo um ator político importante, para além da fachada liberal do regime.

¹⁶² Silva, Sandro Heverton Câmara da, op. cit. p. 47.

¹⁶³ *Jornal do Brasil*, 14/04/1967.

¹⁶⁴ Silva, Sandro Heverton Câmara da. *Anistia Política: conflito e conciliação no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro (1964-1979)*. Dissertação (mestrado), UERJ, 2007. p. 54.

anistia ampla e irrestrita. Contudo, já se apresentava a necessidade de uma demanda mais abrangente, como expressou o deputado Martins Rodrigues:

A anistia, ampla, completa, irrestrita e sem limitações é a bandeira da Oposição, fiel às tradições liberais e generosas do país. Se a medida há de vir hoje, ou se há de retardar-se, esse é outro aspecto do problema político que a anistia envolve. O certo é que ela virá mais cedo ou mais tarde, quando a consciência nacional o exigir, como imperativo da recuperação democrática.¹⁶⁵

A anistia apresentava-se então já como uma condição e uma etapa para o retorno à normalidade democrática, não sendo uma medida de contestação ao regime, mas uma lei inserida na tradição liberal e necessária para a democracia. Contudo, não era pretendida uma aplicação imediata, porque isso era considerado impossível para o momento, provavelmente pela força atribuída à ditadura. Essa temporalidade foi confirmada no parecer do relator – senador Aluisio de Carvalho (ARENA/BA) – no qual o projeto foi recusado por ser considerado inconstitucional e antijurídico, além de profundamente inconveniente. Entretanto, Carvalho afirmou ser defensor de uma anistia ampla, desde que se excluíssem os comunistas, pois esses teriam sido corretamente punidos¹⁶⁶ por seus atos subversivos; interessante notar como essa argumentação já prefigurava os debates acerca dos anistiáveis e não anistiáveis que marcaram a discussão parlamentar acerca da lei 6683/79.

O MDB continuou com a defesa da anistia inserida em um programa de luta pelas liberdades democráticas, como deixou claro o posicionamento da comissão executiva do Partido, em 1968, ao afirmar a necessidade da anistia para o retorno à vida ativa daqueles que haviam sido injustamente proscritos. Este seria o primeiro passo para o retorno da normalidade democrática, seguido da pluralidade partidária. Estava evidente uma agenda de transição proposta pelo MDB; esses elementos da agenda serão, posteriormente, apropriados pelo regime e incorporados à transição lenta, gradual e segura.

Em agosto de 1968 foi votado um projeto com o intuito de anistiar estudantes e trabalhadores punidos em decorrência dos protestos relacionados ao assassinato de Edson Luis. Os deputados e senadores oposicionistas alegavam que era necessário

¹⁶⁵ *Jornal do Brasil*, 14/04/1967, p. 3.

¹⁶⁶ Silva, Sandro Heverton Câmara da. *Anistia política: conflito e conciliação no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro (1964-1979)*. Dissertação (mestrado), UERJ, 2007. p. 59.

relevar a ação daqueles jovens¹⁶⁷ e era necessária a anistia para se alcançar a pacificação nacional. Entretanto, o projeto foi considerado inconstitucional por criar diferenças entre pessoas punidas pelo mesmo ato. O substitutivo, apresentado ao plenário, buscou resolver a questão retirando a exclusividade da anistia para estudantes e trabalhadores. A discussão do projeto foi marcada por divergências internas na ARENA; o deputado Último de Carvalho (ARENA- MG), alegava não ver mal nenhum em anistiar os estudantes que já sofreram aborrecimentos de serem presos, sendo essa uma medida necessária para pacificar os espíritos. O então deputado recordava aos seus correligionários da ARENA que estes haviam sido amplamente beneficiados por anistias quando eram integrantes da UDN¹⁶⁸. Contudo, Ernani Satyro¹⁶⁹ (ARENA-PB) afirmava ser o projeto algo concernente à segurança nacional, e portanto não restrito à esfera política e jurídica. Somou-se a essa defesa o deputado Agostinho Rodriguez (ARENA-PR), ressaltando a inconveniência do projeto por incentivar novas ações revolucionárias, sendo um atentado à paz social e uma forma de promover a desordem¹⁷⁰. A grande preocupação da direção arenista era impedir novas manifestações de estudantes e desarticular a contestação que havia ganhado grandes proporções em 1968. Ainda assim, reconheciam a importância da anistia para o processo de pacificação nacional e desarmamento dos espíritos, mas não consideravam o momento adequado para a aprovação da lei, que naquele momento geraria desordem e baderna¹⁷¹. Apesar desse pronunciamento da liderança, 35 parlamentares da ARENA votaram favoravelmente ao projeto, evidenciando a divergência no interior do partido governista.

Os debates acerca da anistia perderam espaço no Congresso partir de 1969, pois a nova Constituição atribuía ao Presidente da República a exclusividade da iniciativa de leis sobre o assunto. Todavia, isso não impediu os parlamentares do MDB de continuarem a elaborar proposições, mas elas não chegavam a ser discutidas pelo plenário, uma vez que, quando contrapostas à norma constitucional, eram vetadas pela Comissão de Constituição e Justiça. Os parlamentares Ulysses Guimarães e Nelson Carneiro elaboraram uma Proposta de Emenda Constitucional com o objetivo de passar

¹⁶⁷ Idem, ibidem, p. 67.

¹⁶⁸ *Correio da Manhã*, 08/08/1968, p. 1-3.

¹⁶⁹ Posteriormente seria o relator do projeto de lei 6683/79.

¹⁷⁰ *Jornal do Brasil*, 14/08/1968, p. 4.

¹⁷¹ *DCN*, 21/08/1968, p. 24.

ao Congresso a prerrogativa de propor a anistia. A análise da PEC foi feita por Ernani Satyro, que posteriormente retomou a mesma argumentação em seu relatório acerca da lei 6683/79. O relator afirmava que não existiam na América Latina exemplos de anistias concedidas pelo Congresso contra a orientação do governo¹⁷² e procurou situar ao longo da história do Brasil a alternância dessa prerrogativa: com isso, ele buscava legitimar a iniciativa governamental na proposição da lei. Nessa argumentação, Satyro construía a imagem de Figueiredo como um legítimo representante da vontade do povo, reforçando a construção de uma vontade única da Nação que demandaria a anistia, incorporando uma ideia advinda da oposição ao ideário da Segurança Nacional. A íntegra da rejeição à emenda já prenunciava a posição adotada posteriormente pelo relator quanto ao projeto de anistia, pois considerava uma ameaça à abertura democrática a contestação da prerrogativa do executivo, já que ele saberia fazer a melhor proposta de anistia¹⁷³ para estabelecer “a paz e a concórdia do povo brasileiro”. Para o relator, Figueiredo tinha o espírito propício ao diálogo e às transformações, sendo o MDB responsável pela indisposição de construir conjuntamente, procurando de maneira unilateral resolver tudo sozinho. Observe-se que – para além de construir um “imaginário democrático” acerca da ditadura e disputar a iniciativa em prol da anistia – o parecer de Satyro indica um campo comum entre a Arena e os setores do movimento em favor da anistia que a propunham como um instrumento jurídico de paz e concórdia.

Embora derrotado em sua PEC, o MDB continuou a questionar a prerrogativa presidencial. Para a oposição, tratava-se de um vício de origem do projeto de lei 6683/79, na medida em que este deveria ser elaborado pelos parlamentares por serem os legítimos representantes do povo. Dessa forma, denunciavam o projeto de lei vindo do executivo como uma tentativa de apropriação e transformação de uma demanda legítima da sociedade.

Quando foi enviada a proposição de anistia, assinada pelo General Figueiredo, o MDB – na tentativa de reafirmar seu protagonismo em relação à bandeira – reagiu com a declaração de Roberto Saturnino, líder do partido:

¹⁷²

Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, p. 345.

¹⁷³

Idem, ibidem, p. 364.

Como sabe toda a Nação, a causa da anistia que nós, da Oposição, queremos ampla, geral e irrestrita, tem sido e continua a ser uma das principais bandeiras de nossa luta, um dos principais pontos do temário de nossa ação política.¹⁷⁴

O discurso apresentava ao menos duas funções. Primeiramente, em relação à amplitude da anistia, que pretendiam que fosse irrestrita; ao contrário da proposta do governo, que deixaria os participantes da luta armada excluídos, a oposição pretendia anistiar todos os que lutaram contra o regime. A disputa da extensão da anistia foi o tema central do debate parlamentar e da mobilização popular em torno do tema. Nesse primeiro momento tratou-se de afirmar a integração dessa defesa ao conteúdo programático do MDB, na medida em que essa teria sido uma das principais bandeiras do partido durante toda a ditadura. Com esse discurso, o MDB objetivava se afirmar perante o eleitorado – nas palavras de Saturnino “a Nação” – como os verdadeiros pais da ideia de anistia, negando à ARENA e ao governo Figueiredo esse protagonismo. Procurando reafirmar a importância dada à temática pelo MDB, foi proposta na mesma ocasião a convocação extraordinária do Congresso durante o mês de julho para que fosse discutida a lei com a devida profundidade; o MDB procurava se apresentar à população como o verdadeiro defensor e batalhador em prol da anistia.

No entanto, o líder da ARENA, Nelson Marchezin, procurou disputar o protagonismo político em prol da anistia:

O ilustre líder da Oposição, Senador Roberto Saturnino, apresentou, aqui, a posição de seu Partido, favorável à anistia ampla, total e irrestrita, o que contraria a posição oficial do partido expressa pelo projeto de lei assinado pelo Presidente da Oposição e pelos líderes no Senado e na Câmara Federal.¹⁷⁵

O discurso do líder da ARENA cumpria a função de criticar o projeto de lei anteriormente enviado pelo MDB, assinado por Ulysses Guimarães. Segundo Marchezin, estariam excluídos, no projeto emedebista, lideranças da oposição no exílio como Miguel Arraes, Francisco Julião e Leonel Brizola. Seria “o projeto mais restrito já aprovado por aquela casa”, pois a ideia de “total e irrestrita” ficaria relegada apenas ao nome. Para ele, a proposta apresentada pelo governo era muito mais generosa e próxima aos verdadeiros anseios populares. Essa desqualificação dos esforços oposicionistas em favor da anistia procurava criar uma imagem da ARENA como defensora da melhor

¹⁷⁴

Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982. p. 30.

¹⁷⁵

Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982. p.31.

proposta possível e protagonista na aprovação da anistia; ao mesmo tempo, estabelecia um diálogo com a fala da liderança do MDB acerca da necessidade de aprovar o tema rapidamente, bem como da disposição de ambos os partidos para isso.

Durante os debates acerca do projeto de lei na comissão mista, o MDB procurou reafirmar seu compromisso histórico com a proposta: para tanto, colocava-se como um partido sintonizado com as demandas populares e exigia que a anistia a ser aprovada deveria ser feita a partir dos grupos que estiveram à frente desse processo de luta. Nesse sentido, o MDB referencia a discussão sobre o assunto como algo anterior a qualquer iniciativa congressual, colocando a iniciativa política em entidades setoriais como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Confederação Nacional de Bispos Brasileiros; além das entidades estudantis, entidades de trabalhadores e movimentos de anistia¹⁷⁶. Foram essas as entidades que fizeram brotar a luta pela anistia na consciência nacional. Ao reforçar esses agentes, o MDB buscava se fortalecer politicamente, pois caberia ao partido de oposição, presente nesses movimentos e entidades, pautar a anistia. Em consonância a isso, criticava o posicionamento da ARENA, qualificando como oportunista a tentativa de que aqueles “que eram contra a anistia até ontem se apresentassem agora como os padrinhos dessa ideia”. Contudo, ao defender essa escuta aos movimentos que lutaram pela anistia, identificava isso com a vontade uníssona da Nação, mantendo a disputa nos termos colocados pela Doutrina de Segurança Nacional com uma inversão de papéis; ao invés da ditadura seria o MDB o intérprete dessa vontade.

Em resposta à tentativa do MDB de focar as mobilizações extraparlamentares no debate, o arenista Francisco Benjamin afirmava:

[...] o projeto de anistia com essa configuração prática: a mão estendida do Presidente João Figueiredo, o gesto tão criticado de que ela vinha vazia, aí está, plena, cheia, carregada de oportunidades, [...] está dito pelas próprias palavras dos homens que comandam a política do Governo, que esta foi a anistia possível de ser proposta.¹⁷⁷

A primazia da ação política para Benjamin estava na autoridade presidencial que concedia a anistia como uma dádiva. O gesto generoso de Figueiredo abriria a possibilidade de pacificação e daria oportunidade aos seus opositores de retornarem à

¹⁷⁶

Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982. p. 477.

¹⁷⁷

Idem, ibidem, p. 609.

vida política. A anistia era o símbolo de um novo momento do país, no qual Figueiredo era o patriota responsável por construir uma democracia forte, pois oferecia um esquecimento para viabilizar a transição. Entretanto, Benjamin atentava para a necessidade de se condenar igualmente os terroristas e os torturadores, pois essa era a verdadeira vontade popular da Nação, e tal condenação era imperiosa para a verdadeira pacificação nacional. O parlamentar voltou ao ataque em relação às posições do MDB, acusando os opositoristas de não contribuir com a verdadeira união nacional ao insistirem em apenas rejeitar frontalmente as posições governamentais. Para ele, o momento exigiria a busca pela pacificação dos espíritos, por isso era necessária a participação do partido de oposição na construção de um novo consenso para a organização da política nacional. A posição do parlamentar foi peculiar: em suas intervenções expressava a busca pela pacificação nacional e destacava a necessidade do esforço conjunto de ambos os partidos para apresentar melhorias ao projeto que permitissem a construção de uma anistia coincidente com objetivo de ambos: pacificar o país. Para essa pacificação, considerava fundamental a condenação de determinadas condutas, as quais não poderiam ser passíveis de anistia. Primeiramente a luta armada – considerada por ele terrorismo – no que fazia coro com os demais arenistas; em segundo lugar, julgava ser necessário condenar a prática da tortura, não podendo esta ser anistiada como pretendia o projeto. Tal posição indica uma tentativa de mediação alinhavada com uma versão brasileira da teoria dos dois demônios¹⁷⁸. Essa perspectiva qualificava a prática da tortura como um excesso de alguns militares, e não algo estrutural, e ao mesmo tempo buscava equipará-la à ação guerrilheira. Contudo, ao invés de considerá-las mutuamente justificadas, e por isso passíveis de anistia, Benjamin as considerava igualmente condenáveis e portanto era crítico tanto ao projeto governamental quanto ao substitutivo da oposição.

É possível identificar nos discursos dos diferentes parlamentares arenistas um esforço focado para atribuir ao General Figueiredo o papel de grande estadista responsável pela elaboração do projeto, apresentado como uma tentativa generosa de conciliação nacional. Os pronunciamentos em plenário afirmavam a presença da anistia no programa de governo do general, sendo ele o verdadeiro patrono dessa iniciativa,

¹⁷⁸

Calveiro, Pilar. *Política y/o violencia*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno. 2013.

cabendo ao MDB o papel de oposição irresponsável que procurava deslegitimar¹⁷⁹ esse projeto. O deputado Nílson Gibson¹⁸⁰ (ARENA-PE) afirmava categoricamente a disposição de Figueiredo para com a anistia, mesmo antes da posse presidencial. Para ele, esse projeto estava inserido em uma distensão vivenciada por todos e permitiria, por meio da conciliação, o desenvolvimento do povo brasileiro. O parlamentar indicava em seu discurso um caminho para o projeto de transição: este teria início com o retorno à vida política de setores aliados dela a partir dos quais deveria haver a formação de novos partidos¹⁸¹ que expressassem os anseios da população. Esse caminho apontava para a futura dispersão da oposição como uma parte integrante do projeto de distensão.

O MDB também procurou explorar a história de vida de João Baptista Figueiredo em favor de seu projeto de anistia, utilizando-se assim da construção personalista em torno do general proposta pela Arena. O pai de João Baptista, o Coronel Euclides Figueiredo, foi anistiado por pegar em armas durante o levante constitucionalista de 1932; o MDB exigia coerência de Figueiredo – que utilizou a memória desse anistiamiento ao longo dos debates acerca do tema – para garantir um projeto que anistiasse ações como as feitas por seu pai¹⁸².

As estratégias da oposição para reafirmar sua iniciativa em relação ao projeto foram variadas: João Gilberto (MDB-RS) relembra os discursos anteriores da Arena para desqualificar a bandeira da anistia como oriunda de uma política do PCB, sendo apenas após uma intensa luta do MFPA e dos CBAs uma pauta do Congresso. Para Gilberto, o governo havia percebido um intenso movimento da sociedade e pretendia aparecer como padrinho de uma lei que era filha da luta, pois o povo não aguentava mais o arbítrio. Contudo, identificava a persistência daqueles que antes se opunham à anistia em deturpar o seu sentido, pois pretendiam qualificar como terroristas “a flor da

¹⁷⁹ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. p. 627, v. 2, Brasília, 1982, p. 26, 52, 160, 170.

¹⁸⁰ Interessante observar a trajetória deste parlamentar que começou sua vida política no MDB em 1966 e migrou para a ARENA em 1974, pela qual foi eleito deputado federal em 1978. Após o fim do bipartidarismo filiou-se ao PDS e posteriormente ao PMDB, continuou na Câmara Federal até 1999, passando pelo PMN e pelo PSB. Cf. <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

¹⁸¹ Congresso Nacional, Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982. p. 626.

¹⁸² Congresso Nacional, Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982. p. 172.

juventude que lutou para democratizar o país”¹⁸³. A questão da abrangência do projeto será trabalhada em uma sessão posterior deste capítulo, mas é interessante notar como ela marcou os debates acerca da iniciativa política em torno da anistia. João Linhares (ARENA-SC) afirmava ser a anistia de Figueiredo a mais ampla possível e acusava o MDB de tentar roubar essa iniciativa do presidente¹⁸⁴, ao mesmo tempo que retomava a ideia de um projeto gradual de abertura para a qual a aprovação da anistia seria o primeiro passo ao garantir a conciliação entre os dois lados. Para Linhares¹⁸⁵, o projeto apresentado pelo relator Ernani Satyro era o único capaz de promover a verdadeira conciliação nacional, pois era mais amplo que o substitutivo do MDB. Essa afirmação se baseava no fato de o substitutivo excluir explicitamente a anistia aos torturadores, beneficiando apenas um lado e sendo, portanto, um projeto restrito. Evidentemente, o parlamentar da Arena fazia uma provocação ao MDB com essa afirmação, mas indicava a clareza da abrangência da lei 6683/1979 em relação a garantir a não investigação dos crimes contra os direitos humanos e colocava isso como condição para uma conciliação. A contraposição do MDB também se fazia de forma clara. Para os oposicionistas, a rejeição ao substitutivo se dava por ele avançar demais e não de menos¹⁸⁶, ainda assim, consideravam a existência de parlamentares dignos na Arena que gostariam de ver uma anistia ampla e irrestrita, e que, no entanto, eram sufocados por uma maioria autoritária e restritiva. Essa maioria era possibilitada apenas por conta da votação da lei ocorrer durante uma ditadura. Para os emedebistas, esse regime não tinha como característica conceder anistias, pois esse era um instrumento das democracias. Pode-se observar a associação, por parte do MDB, dos termos democracia e anistia, colocando uma como condição para a outra; essa associação estava integrada à tática de construir a imagem de que a anistia proposta pelo governo não seria a verdadeira.

Para o parlamentar Fernando Coelho (MDB-PE)¹⁸⁷, a aprovação da anistia se aproximava e vinha sendo gestada há anos, e portanto deveria ser acompanhada de uma grande festa. Entretanto, seria uma festa incompleta por conta de um projeto incapaz de honrar a verdadeira tradição da nação. Esse discurso evidenciava o projeto emedebista de se arrogar o verdadeiro intérprete da vontade nacional, e que para tanto

¹⁸³ Idem, *ibidem*, v. 2, p. 29.

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 55.

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 160.

¹⁸⁶ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, p. 626. , p. 41 e 52.

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*, v. 2, p. 41.

retomava a figura do patrono do exército – Duque de Caxias – como um defensor incansável da anistia. Para Caxias, a anistia era a melhor forma de esquecimento do passado para permitir a construção do futuro: nesse sentido, era retomada pelo MDB para defender um esquecimento pleno, que não poderia tratar as pessoas de maneira diferente, sendo necessário anistiar todos os presos políticos. O MDB, ao posicionar-se como o legítimo defensor da anistia, revelava sua concepção acerca desse tema – ao menos a concepção de parte dos seus parlamentares – como Florim Coutinho (MDB-RJ) que arrogou para si a iniciativa primeira de propor a anistia, novamente reivindicando a tradição de Caxias para defender o esquecimento irrestrito e recíproco. Coutinho ainda vaticinava que deveria cair uma “maldição eterna a quem ousar recordar das nossas dissensões passadas”¹⁸⁸; dessa maneira o emedebista propunha a anistia como um esquecimento pleno.

A disputa dentro do Congresso acerca da iniciativa política em torno da anistia se inseria na de construção de um imaginário social¹⁸⁹ acerca do tema e do projeto de distensão. Uma vez identificada como uma demanda nacional, situação e oposição arrogaram para si o papel de verdadeiros intérpretes dos “legítimos interesses da nação”. Essa disputa incluiu o significado e a abrangência da anistia, o que será analisado mais para frente neste capítulo. Para o momento, faz-se importante recordar a análise de Danielle Forget,¹⁹⁰ para a qual as noções de democracia e anistia foram inseridas no discurso oficial como uma tentativa de produzir uma representação específica sobre o regime, em que os discursos sobre os projetos de abertura e distensão elaborados – tanto no governo de Geisel quanto no de Figueiredo – seriam uma continuidade dos princípios da “Revolução de 1964”. Essa preocupação esteve presente ao longo de toda a ditadura militar, inserida na construção de um imaginário de vida democrática na qual os valores¹⁹¹ estavam salvaguardados. A oposição semântica não se dava entre democracia e ditadura, mas entre democracia e comunismo. A reafirmação da imagem democrática foi

¹⁸⁸ Idem, ibidem, v. 2, Brasília, 1982, p. 139.

¹⁸⁹ Bacsko, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

¹⁹⁰ Forget, Danielle, *Conquistas e resistências do poder*. São Paulo: Edusp. 1994. p. 127-139.

¹⁹¹ Para uma análise mais detalhada da defesa do golpe enquanto uma maneira de preservar a democracia remeto a Chammas, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação (mestrado). São Paulo, USP, 2012.

marcante nos discursos produzidos pelo poder instituído sobre a agenda da distensão lenta, gradual e segura, tendo como objetivo o “aperfeiçoamento democrático”. O discurso de defesa da democracia esteve presente desde o golpe-civil militar de 1964 – para esses atores políticos a oposição se dava entre a democracia e o comunismo. Para esses setores da imprensa conservadora, o movimento de 1964 teria se desvirtuado em uma ditadura e por isso precisava ser reformado. A representação construída em relação aos opositores do projeto de transição controlada os colocava como os responsáveis por atrasar o aperfeiçoamento democrático e mesmo o colocava sob ameaça de não acontecer, pois acirravam os ânimos em um momento em que era necessário pacificar os espíritos. O tensionamento oposicionista negaria a essência da anistia enquanto forma de apagar as discórdias, e assim o projeto vindo do governo seria o único possível e uma dádiva concedida por Figueiredo aos seus opositores; como um poder democrático que dava o perdão àqueles que cometeram deslizes políticos. Enquanto a Arena procurava construir um imaginário de um governo conciliador e benevolente, que seria o responsável pela apresentação do projeto que permitiu o retorno de seus opositores, o MDB pretendia ocupar o papel de verdadeiro defensor da anistia, deturpada pelo governo. Não por acaso seus parlamentares apresentaram mais de 220¹⁹² emendas ao projeto, que terão seus sentidos analisados a seguir.

2.2 A paz familiar

Foi analisada – no primeiro capítulo desta dissertação – a inserção da temática da anistia como uma proposta para a pacificação nacional no discurso do MFPA. Para as militantes do movimento, tal pacificação era necessária, pois havia uma cisão no país causada pela ausência dos filhos e maridos, fossem eles presos políticos ou exilados. Também se argumentava sobre a impossibilidade da construção da democracia com perseguidos políticos¹⁹³. Embora existissem tensões internas ao movimento, pode-se afirmar que determinados setores consideravam fundamental um processo de

¹⁹² No total, considerando emendas de ambos os partidos, foram apresentadas 305 emendas.

¹⁹³ Considerar a democracia um regime no qual não há prisões políticas parece-me uma mistificação do sistema democrático. As prisões em si são um espaço político que revelam uma escolha da sociedade sobre como tratar as infrações cometidas contra suas leis.

esquecimento dos excessos cometidos, para que a harmonia retornasse à nação e permitisse seu pleno desenvolvimento. Nesta seção pretendo demonstrar como a temática da pacificação foi um campo discursivo comum à oposição e ao governo, ajudando a consolidar a ideia de anistia enquanto esquecimento. A própria mensagem presidencial enviada pelo General Figueiredo ao Congresso Nacional para justificar a proposição da anistia já expressava de maneira explícita o intuito pacificador.

Consideramos ser este o momento propício à pacificação que não importe na renúncia às lutas partidárias inseparáveis do processo democrático, mas nasça da compreensão patriótica e se traduza em atos de coragem e determinação, em favor das soluções dos problemas brasileiros.

As idéias e os caminhos separam, mas é preciso que a realidade registre e comprove que as causas da Nação são fatores de união dos brasileiros. Assim será mais fácil a superação das dificuldades emergenciais opostas ao nosso desenvolvimento.¹⁹⁴

A proposição da anistia por Figueiredo ressaltava a necessidade de união dos brasileiros nas causas comuns, para as quais era necessária a superação de divergências em favor de soluções patrióticas. O General retomava assim os princípios nacionalistas e centralizadores da Doutrina de Segurança Nacional, para a qual existiam as “causas da Nação” comuns a todos os brasileiros, e, dessa maneira, colocava também que os objetivos expressos por setores da oposição eram os mesmos dos do regime. Ao mesmo tempo, retirava dessa oposição a primazia da ação política, pois colocava como sua iniciativa de proposição da anistia. Figueiredo ainda afirmou o papel essencial da anistia para a democracia a ser construída, o que a colocava acima de qualquer posição partidária; em paralelo, indicava a necessidade da existência de partidos políticos com projetos distintos, já apontando para a reforma partidária anunciada em sequência. O general propunha anistia como um ato de coragem o qual deveria ser acatado por todos, por ser uma expressão da vontade única da nação, estava acima de qualquer disputa política e era a única forma possível de superar os problemas nacionais.

A solução da anistia como esquecimento seria superior à separação de caminhos e ideias, e, portanto, a melhor forma de construir o bem de todos os brasileiros. Dessa forma reconhecia, como denunciava a oposição¹⁹⁵, os problemas enfrentados pelo país em

¹⁹⁴ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre anistia. v. 1, Brasília, 1982, p. 21.

¹⁹⁵ Embora a oposição à ditadura tenha sido um campo amplo com posições variadas e conflitantes entendendo que no ano de 1979 o empresariado, os sindicalistas, os movimentos de direitos humanos e os parlamentares denunciavam o entrave político e econômico.

relação ao desenvolvimento, e qualificava-os como “dificuldades emergenciais” as quais necessitavam ser rapidamente superadas e, portanto, precisavam de uma ação saneadora célere. Entretanto, essas dificuldades – do ponto de vista governativo e econômico – estavam associadas à ascensão de novos personagens políticos¹⁹⁶ que resistiam ao arrocho salarial, exigiam melhores condições de trabalho e chocavam-se com o aparato repressivo. Esses trabalhadores e trabalhadoras realizaram 118 greves em 1978 e 246 no ano de 1979¹⁹⁷, colocando-se como um poderoso agente de oposição à ditadura. Convém recordar que, para os militares, a mobilização operária era um grande problema; já nos primeiros meses de ditadura foi utilizada toda a estrutura da CLT para desmontar a ação dos trabalhadores, além das prisões e torturas contra lideranças trabalhadoras¹⁹⁸ e da posterior repressão às mobilizações de Osasco e Contagem¹⁹⁹. Assim, a nova onda de mobilizações empurrava a ditadura para uma nova adequação política, na qual parte desse grande campo opositor precisava ser acomodado nas estruturas gestoriais do estado.

A mensagem presidencial inseria-se em uma perspectiva de apaziguamento dos espíritos, evidenciando a incorporação da ideia de que teria existido um momento de excessos e que esses precisavam ser superados:

A anistia é um ato unilateral de Poder, mas pressupõe, para cumprir sua destinação política, haja na divergência que não se desfaz, antes se reafirma pela liberdade, o desarmamento dos espíritos pela convicção da indispensabilidade da coexistência democrática.²⁰⁰

Interessante notar que Figueiredo reafirmou seu poder de iniciativa na proposição de anistia, e ao mesmo tempo colocou a necessidade de se superar as divergências em nome da democracia. Esse posicionamento pode denotar uma incorporação do discurso de pacificação, no qual os dois lados precisariam deixar o passado para trás em nome de uma nova etapa na qual o país deveria se inserir. A mensagem era explícita ao afirmar a coexistência dos divergentes em uma democracia desde que aparadas as arestas radicais, contribuindo para a construção de um país no qual existiria a liberdade de opiniões divergentes, apontando como caminho uma agenda de transição que possibilitasse os

¹⁹⁶ Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

¹⁹⁷ Codato, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*, nº 25, Curitiba, 2005. p. 14.

¹⁹⁸ Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis: Vozes, 1987. , p. 69-71.

¹⁹⁹ Idem, ibidem. p. 119-126.

²⁰⁰ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre anistia. v. 1. Brasília, 1982. p. 21.

diferentes posicionamentos políticos a serem organizados em diferentes partidos. Os termos utilizados nessa mensagem em muito se assemelhavam à linguagem oposicionista, pautada na defesa da construção da democracia, para a qual a anistia seria o primeiro passo. Figueiredo associava o projeto de lei enviado ao Congresso à garantia de liberdade para os opositores, que teriam alargado seu “horizonte político, cabendo neste contexto proporcionar oportunidades a todos os brasileiros que pretendam oferecer sua contribuição”.²⁰¹ O ditador-presidente indicava a reincorporação daqueles que estiveram afastados da vida política: poderiam retornar ao país e atuar nos esforços de construção da nação, uma vez que o general se apresentava como o presidente benevolente e capaz de interpretar as necessidades do país em nome da paz, fundamental para a construção do futuro construído a partir da congregação dos esforços, permitida apenas pelo desarmamento dos espíritos. A ação presidencial seria um ato de estender a mão para o Congresso, propondo um acordo de cavalheiros por uma conciliação representada pela anistia, e ao mesmo tempo possuía o intuito de retirar o protagonismo político do polo opositor na formulação da lei. O projeto sinalizava a disposição do governo em incorporar algumas demandas e setores da oposição, deixando à parte aqueles que não se dispunham a abrir mão dos radicalismos, excluindo-os da anistia e do pacto proposto.

A disputa estabelecida entre MDB e ARENA no Parlamento se dava em torno de qual projeto permitiria a verdadeira pacificação da família nacional. Enquanto os oposicionistas consideravam a libertação de todos os presos políticos ponto central para o retorno à normalidade da vida em família, o partido do governo considerava aqueles e aquelas envolvidos na luta armada como terroristas e, portanto, excluídos dessa família nacional. Essa temática da preservação da família íntegra sempre foi cara à ditadura, foi inclusive um dos pilares ideológicos da mobilização civil anterior ao golpe na *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*; sendo apropriada especialmente pelo MFPA a partir de 1975, continuou marcando os pronunciamentos oposicionistas no Parlamento.

Durante as discussões parlamentares, os movimentos de anistia e algumas entidades da sociedade civil²⁰², como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação

²⁰¹ Idem, ibidem, p. 21.

²⁰² Utilizo aqui o termo *sociedade civil* pois foi esta a maneira como referiam-se a essas entidades. Contudo é importante ressaltar que esse conceito costuma ser utilizado de uma maneira contraposta ao Estado, apresentando a sociedade como multifacetada e com diversas representações possíveis, por isso é

Brasileira de Imprensa, enviaram contribuições para o presidente da Comissão Mista – Senador Teotônio Vilela. A contribuição do MFPA estava em consonância com os discursos da maioria dos parlamentares do MDB e estabelecia um diálogo com setores parlamentares da ARENA ao defender o instrumento da anistia como uma maneira de pacificar a família brasileira; ao mesmo tempo, destacava que essa só seria possível com a anistia ampla, geral e irrestrita²⁰³. A carta de Edyla Mangabeira Unger, participante do MFPA, colocou-se de forma crítica ao projeto 6683/79, pois ele não garantia o anistiamiento de todos os presos políticos e mantinha as divisões que turbavam a paz da família nacional. Unger prosseguia argumentando em favor do esquecimento pleno, e para isso recorria à baixa quantidade de perdas sofridas pelos militares, que teriam pouco a esquecer mesmo em relação aos que optaram pela luta armada, enquanto as mães teriam que esquecer o sofrimento dos filhos, as torturas e as privações do exílio, em nome da reconciliação familiar. Essa argumentação chama especial atenção por admitir o esquecimento das torturas e mortes em prol de um bem maior, a saber, a liberdade dos presos políticos e o retorno integral dos exilados para suas famílias.

No pronunciamento oficial do MFPA, a saudação aos “companheiros parlamentares” indicava uma perspectiva institucional de transformação da sociedade. Nessa carta eram destacadas as conquistas de liberalização feitas a partir da atuação dos parlamentares da Frente Democrática, indicando uma agenda de transição na qual o norte político seriam os direitos humanos e a democracia. Para que fosse cumprida tal agenda, era necessária a pacificação da família a ser obtida pela anistia, que, diferente da defendida pelo governo, possibilitasse o esquecimento pleno. Essa deveria ser a primeira vitória²⁰⁴ rumo ao Estado Democrático de Direito, para o qual já estavam indicados os próximos passos: a convocação da Constituinte, o desmantelamento dos aparelhos repressivos, a liberdade sindical, estudantil e política e o fim da Lei de Segurança Nacional. Interessante notar a ausência da investigação acerca das mortes e dos desaparecimentos dessa agenda, como também a ausência do julgamento dos responsáveis pela tortura; pode-se inferir que – ao contrário do retorno dos milhares

comum na utilização desse termo a indiferenciação entre as posições de classe dentro da sociedade. Para um mapeamento do conceito de *sociedade civil* remeto a BUZZO, Ricardo Santos. *O conceito de sociedade civil na "American Historical Review" na segunda metade do século XX. 2011*. Dissertação (mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

²⁰³ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre anistia. v. 2, Brasília, 1982. p. 405.

²⁰⁴ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre anistia. v. 2, Brasília, 1982. p. 406.

de militantes exilados que iriam engrossar a luta democrática – a investigação dos crimes da ditadura não aparecia como parte do “imperativo da Pacificação Nacional”. A nota do MFPA integrava-se à defesa do MDB de um projeto que abrangesse todos os presos políticos, ao mesmo tempo em que alegava ser essa a verdadeira anistia em contraposição à proposta por Figueiredo; nesse mesmo sentido, Therezinha Zerbine considerava essa anistia como parcial e desigual, pois incluía os torturadores, mas não libertava a totalidade dos presos políticos, criando divisões entre os lutadores. Para a fundadora do MFPA, uma lei como essa não poderia ser chamada de anistia, pois não restauraria a paz na família brasileira. A maneira de defender uma anistia irrestrita passava por condenar a ação violenta e considerá-la um equívoco cometido de maneira impensada e irresponsável. Assim, a violência da luta armada seria um excesso cometido em um momento de paixões exacerbadas, porém tinha sido um erro cometido por jovens, para os quais não havia opções políticas, e por isso era necessário anistiá-los. Esse discurso, embora oposicionista, estabelecia uma comparação entre as violências do Estado e da luta armada, condenando ambas. Essa contraposição pode ser lida como uma versão brasileira da teoria dos dois demônios na qual se consideraria a ação guerrilheira como uma ameaça à família e à democracia. Entretanto, essa condenação era relativizada devido à idade dos participantes desses grupos e também à falta de opção de atuação política. Ainda assim desqualificava-se a validade da guerrilha como uma opção política, sendo atribuída apenas à imaturidade. Ademais, não se tratava de igualar a violência do Estado com a da oposição: era claro nos discursos a responsabilidade dos militares pela situação violenta que o país vivia, bem como a desproporcionalidade da força utilizada pelo aparato repressivo.

O deputado Marcos Freire – fundador do grupo dos autênticos do MDB – apresentou a primeira emenda ao projeto 6683/79, devido ao grande rechaço que a proposta do governo teve na sociedade, em especial nos movimentos em prol da anistia. Segundo o deputado, o projeto, tal qual se apresentava, seria incapaz de eliminar os ressentimentos e apagar os excessos e hostilidades. O substitutivo de Freire pretendia tornar possível superar as divergências entre extremistas de esquerda e direita²⁰⁵. Tal colocação condenava a atuação da esquerda radical mobilizada em prol de

²⁰⁵

Congresso Nacional. Comissão Mista sobre anistia. v. 1. Brasília, 1982. p. 55.

transformações profundas da sociedade e ao mesmo tempo apelava para o governo não ceder às pressões dos setores mais conservadores das forças armadas que se opunham a qualquer liberalização. A superação desses traumas só poderia ser alcançada caso se considerasse que "o período de lutas internas do povo brasileiro não houvesse existido"²⁰⁶. O deputado propunha um esquecimento completo da luta contra a ditadura para a obtenção da reconciliação nacional. Freire utilizava essa argumentação para afirmar a necessidade de anistiar aqueles participantes de ações condenáveis (como pegar em armas, roubar bancos e sequestrar embaixadores); apenas essa anistia honraria a tradição brasileira. O deputado utilizava a argumentação do líder da ARENA de terem vivido um período de Guerra Revolucionária, para defender que passada a guerra e em tempos de paz era necessária uma anistia ampla e irrestrita, portanto, o esquecimento pleno que superasse os excessos de parte a parte²⁰⁷. Retomava-se a ideia de excessos de ambos os lados com a aceitação – ainda que parcial – da qualificação do período no qual a luta armada esteve ativa como uma guerra. A partir de tais declarações, pode-se perceber a tentativa, vinda de dentro do grupo autêntico do MDB, de indicar como única ação política válida aquela moderada e sem radicalismo.

Entraram no coro da reconciliação nacional os 712 artistas²⁰⁸ assinantes da carta à Comissão Mista. O grito dos artistas pode ser considerado dúbio, pois dava destaque à denúncia de mortes, torturas e desaparecidos, mas, em contrapartida, colocava-se contrário a reacender as divergências, já que era necessário construir a anistia como uma proposta de união, contrária às tentativas de restringir e dividir. O ataque à anistia parcial foi reforçado pela Ordem dos Advogados do Brasil²⁰⁹: os advogados qualificaram o projeto como mesquinho, pois instituía uma exclusão no ordenamento jurídico, sendo apenas um indulto e não um apagamento real do crime. Era necessário esquecer o passado para que o ordenamento democrático voltasse a existir, por isso recorria-se ao instrumento jurídico com a função de passar uma borracha no passado. Estava indicada uma confluência entre oposicionistas dentro e fora do Parlamento, em um esforço para superar ódios e rancores em nome da construção da paz, o que só poderia ser feito com a ampliação do escopo da anistia proposta pelo governo.

²⁰⁶ Idem, ibidem, p. 55.

²⁰⁷ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre anistia. v. 2. Brasília, 1982 . p. 178.

²⁰⁸ Idem, ibidem, p. 411.

²⁰⁹ Idem, Ibidem, p. 431.

A referência à pacificação esteve marcada nos parlamentares do grupo autêntico do MDB. Nos debates finais feitos em plenário, o deputado Marcos Freire retomou a figura do Duque de Caxias, considerado o pacificador nacional por ter concedido uma anistia ampla²¹⁰. Como Caxias era o patrono do Exército Brasileiro, o projeto defendido pelos militares estaria em desacordo com a tradição da própria instituição; por isso seria necessário anistiar a todos. Ainda que se compreenda essa como uma escolha tática para conquistar mais adeptos para a causa, ou como forma de desgastar a imagem da instituição militar, essa linha de argumentação, já presente no material do MFPA analisado no primeiro capítulo desta dissertação, se insere em uma tentativa de disputa acerca dos símbolos cultuados pelo regime, ao mesmo tempo em que se reforça o papel desses heróis no imaginário nacional.

O sentido de pacificação pretendido com a anistia parece ter sido um ponto comum aos parlamentares do MDB. Ivandro Cunha Lima defendeu em seus pronunciamentos a conciliação da família brasileira como a aspiração mais importante do povo brasileiro, visto que este desejava o esquecimento para chegar à pacificação. A demanda pelo restabelecimento da família nacional aparecia também nas contribuições recebidas e lidas pelos parlamentares, como foi o caso dos funcionários demitidos da Rádio Nacional, cuja posição foi apresentada por José Frejat. Entretanto, não apenas os parlamentares do MDB tinham esse ponto de convergência, também os parlamentares da Arena se posicionaram em favor da pacificação da família nacional, a ser obtida pela anistia. Nesse sentido, foi emblemática a justificativa apresentada por Paulo Torres:

A conciliação que a sociedade aspira virá – estamos certos – pela fraternal união dos Poderes Executivo e Legislativo, a fim que a paz volte ao seio da família brasileira.²¹¹

A justificação da emenda, que pretendia ampliar os direitos patrimoniais dos servidores públicos, destacou-se por explicar o desejo de pacificação da família brasileira como uma forma de conciliação. Torres foi explícito em sua argumentação ao colocar a necessidade de se restabelecer os laços com a OAB e com a Igreja, indicando quais eram os atores políticos com os quais pretendia se reconciliar: eram os setores

²¹⁰

Congresso Nacional. Comissão Mista sobre anistia. v. 2, Brasília, 1982. p. 177.

²¹¹

Idem, ibidem, v. 1, p. 178.

considerados dialogáveis. A pacificação era um objetivo comum às emendas 114, 115, 121, 128, 129, 131. Todas incluíram na sua justificativa a busca pela reconciliação da família, considerada um pré-requisito para a união nacional, enquanto a manutenção dos prisioneiros políticos era um ponto de cisão do país, cuja superação passaria pelo esquecimento completo. Entretanto, arenistas e emedebistas divergiam acerca da concepção de esquecimento pleno: enquanto os primeiros consideravam – majoritariamente – fora do escopo da anistia os que praticaram crimes de sangue, os segundos consideravam esse o ponto essencial do esquecimento pleno.

Essa contraposição sobre qual seria a verdadeira pacificação da família brasileira marcou os pronunciamentos feitos em plenário. Esses termos conciliatórios e conservadores evidenciam alguns dos limites da luta pela anistia, marcada por um ambiente parlamentar controlado e por certa distância dos diversos movimentos sociais emergentes no período. O deputado Jader Barbalho (MDB-PA) defendia a necessidade de o presidente dar um exemplo de conciliação, pois não seriam as pessoas libertadas as verdadeiras beneficiadas da anistia, mas sim a nação. Barbalho qualificava a ação política feita pelos presos como a única possível para jovens naquele momento; tal postura inseriu-se na construção de uma memória acerca do projeto revolucionário como um idealismo da juventude que poderia ser relevado. Uma vez inserido na metáfora familiar e cristã o guerrilheiro poderia ser interpretado como filho pródigo que precisa retornar para sua casa. O parlamentar considerava importante o projeto não se pautar pelo revanchismo, mas sim pela reconciliação, pelo retorno dos exilados e presos políticos ao seio familiar; ainda assim se colocava de maneira crítica à anistia aos torturadores. Esse posicionamento indica a clareza com que o projeto em votação incluía, dentre os crimes conexos, as violações de direitos humanos. O parlamentar paraense não foi o único a apelar diretamente ao presidente Figueiredo em relação ao projeto: Paulo Torres (ARENA-RJ) declarou sua discordância em relação ao substitutivo apresentado pelo relator, uma vez que ele desrespeitava a aspiração nacional pela anistia ao não garantir o desarmamento dos espíritos, tarefa essencial para a convivência democrática. Nesse apelo, o deputado ressaltou a importância da anistia para a própria família de Figueiredo, que tivera seu pai anistiado e reincorporado às forças armadas²¹². O mesmo

²¹²

Congresso Nacional. Comissão Mista sobre anistia. v. 1. Brasília, 1982. p. 172.

sentido foi defendido pelo senador Pedro Simon (MDB-RS). Para ele, o presidente sabia o que era a anistia, pois teria vivido isso no seio familiar; portanto, tinha a experiência de uma anistia restauradora e capaz de curar as feridas, como havia sido a anistia de Caxias. Porém, o presidente não honrava essa tradição e defendia uma proposta que reabria velhas chagas. Esses apelos à história pessoal do presidente indicam mais que uma tentativa de convencimento, ou sensibilização, do chefe do poder executivo, contribuía para a disputa simbólica acerca da anistia e procuravam afirmar uma tradição nacional de anistias irrestritas como a que defendiam naquele momento.

A inserção da anistia no âmbito familiar procurava obter respaldo do tema perante setores do eleitorado que consideravam a família como o alicerce da sociedade, sendo sua manutenção fundamental para o desenvolvimento do país. Provavelmente partindo do mesmo princípio foi apresentada uma emenda substitutiva coletiva de parlamentares do MDB que consideraram a anistia a única pacificação possível da família brasileira²¹³. A transposição dos conflitos ocorridos durante a ditadura para o eixo familiar, colocada por esses parlamentares, pode ser interpretada como parte de um dos deslocamentos de sentido na memória nacional proposta por Daniel Aarão Reis²¹⁴. Segundo o historiador, os partidários da luta por anistia colocaram os revolucionários que pegaram em armas contra o regime como parte da resistência democrática, retirando o caráter contestatório e radical dessas ações. Embora seja necessário ressaltar que não podemos tratar os militantes que lutaram pela anistia como um todo homogêneo, portanto considerando a mobilização por anistia marcada por diversas nuances que foram analisadas no primeiro capítulo desta dissertação, parece ser inegável que a inserção da ação dos militantes políticos no âmbito familiar não apenas altera o sentido para uma luta por democracia, mas nega a política em si. Não seria mais uma ação para superar os problemas sociais e econômicos, ou mesmo uma luta para derrubar um regime autoritário e construir a democracia, e sim a ação de um filho rebelde contra seus pais, cabendo a estes colocar “uma pá de cal”²¹⁵ sobre o assunto, para acolher e compreender o filho que pretendia retornar ao seio familiar.

²¹³ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre anistia. v. 1. Brasília, 1982.. p. 77. O mesmo ponto é retomado pela liderança do MDB na página 408.

²¹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2014. p.70-1.

²¹⁵ Congresso Nacional, op. cit., tomo 2, p. 21.

Quando o Senador Teotônio Vilela foi nomeado presidente da Comissão Mista, tratou de remeter à sociedade a resolução do tema da anistia. Para ele, não caberia ao Estado essa resolução, pois se tratava de um meio de pacificação social²¹⁶. Essa paz só poderia ser alcançada pela escuta dos presos políticos; segundo o senador, os presos não eram rebeldes, apenas se sentiam injustiçados pelo projeto de lei. No intuito de legitimar essa posição, afirmou o apoio dado pela OAB, que considerava a iniciativa governamental mesquinha, por criar uma divisão arbitrária entre os condenados e não condenados por um mesmo crime. Novamente, nota-se a tática de qualificar os presos políticos como jovens idealistas e injustiçados; faz-se necessário compreender esse esforço como uma contraposição à campanha feita pelos militares e pela Arena de atribuir aos presos políticos a imagem de terroristas. Vilela prosseguia na argumentação com a afirmação da importância de anistiar os líderes e os liderados, enquanto no projeto apresentado apenas se garantia o retorno das lideranças e se mantinha a nova geração, que havia optado – erroneamente – pela via violenta, condenada. O senador atribuía então ao Congresso, enquanto um espelho da Nação, o papel de aperfeiçoar o projeto para garantir o apagamento da memória oficial dos fatos nos quais esses jovens se envolveram. Apenas dessa maneira chegar-se-ia a uma verdadeira pacificação, na qual a nação seria vitoriosa e ninguém seria derrotado²¹⁷. A proposta do presidente da comissão era a de propiciar um grande consenso, caminhando no sentido de estabelecer um pacto pela paz nacional em oposição ao período de guerra anterior; para o bem do país e a garantia de progresso da pátria, esse pacto deveria incluir os presos políticos. Nesse sentido, o presidente da comissão estava plenamente inserido no paradigma de anistia enquanto esquecimento, um ato para apagar o passado. Ao se defender tal esquecimento, permite-se que as causas envolvidas na luta contra a ditadura, bem como os apoios à ditadura, não sejam objetos de rememoração e análise em nome do pacto pela construção da democracia.

O relator do projeto de lei, Ernani Satyro, também se pronunciou quando da instalação da comissão mista, afirmou que seria sensível às emendas apresentadas e destacou a impossibilidade de uma lei perfeita, já que era elaborada por seres humanos imperfeitos. A fala de Satyro era um contraponto ao exposto por Teotônio Vilela, por

²¹⁶ Idem, *ibidem* p. 448.

²¹⁷ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre anistia. v. 1. Brasília, 1982. p. 451.

isso tratava de afirmar a concordância com as linhas gerais do projeto e destacava a variedade de anistias proclamadas no Brasil. Segundo o parlamentar, existiram noventa e três anistias diferentes na história do país, e a maioria delas não foi ampla, geral e irrestrita. Contudo, é interessante notar a permanência de objetivos em comum nessa contraposição. Para Satyro, era fundamental conceder – como disse Figueiredo – a melhor anistia possível para alcançar a verdadeira pacificação da família brasileira²¹⁸. Pode-se inferir uma incorporação dos temas oposicionistas no discurso arenista, ou ainda, a construção de um campo comum entre a situação e a oposição; ambas pretendiam promover um acordo que garantisse a paz da nação e preservasse a unidade da família brasileira; por suposto, em plena ditadura militar as forças desse acordo eram desproporcionais e o partido do governo tinha melhores condições de estabelecer qual seria a paz alcançada.

2.3 Quais filhos merecem perdão?

O Parlamento foi encarado como um campo de disputa pelos movimentos em favor da anistia, que se utilizaram dos parlamentares do MDB para levar adiante suas posições. Com intuito de influenciar a lei em debate, os movimentos buscaram essa aproximação da esfera institucional; embora essa não tenha sido sua origem, pode-se constatar que se tornou uma prioridade no momento em que Figueiredo propôs a lei 6.683/79. Faz-se necessário notar a ação dos deputados e senadores por vezes como parte integrante dos movimentos, mas também como representantes de outros setores da chamada sociedade civil: portanto, como agentes com interesses próprios na abrangência da lei de anistia. O MDB procurou ampliar o alcance da anistia em relação a setores específicos, pois considerava o projeto de Figueiredo genérico e pouco abrangente. Dentre as categorias que contaram com propostas de emenda específica destacam-se os policiais militares, operários, estudantes, professores e funcionários de autarquias.

O General Figueiredo argumentou, na mensagem presidencial, sobre a necessidade de cautela em relação às readmissões, para garantir tanto o interesse da Administração Pública, quanto não causar inconvenientes aos funcionários que tivessem

²¹⁸ Idem, *ibidem*, p; 453.

assumido outros compromissos pessoais. Contudo, essa restrição foi denunciada como uma forma de reabrir as chagas de milhares de funcionários civis e militares que estavam fechadas; ao invés de permitir a reconciliação submetiam os funcionários a uma nova humilhação, pois seu pedido de reincorporação seria avaliado de acordo com a necessidade da Administração. A situação era mais grave em relação aos trabalhadores da iniciativa privada, na medida em que o projeto não previa sua readmissão no emprego, nem tampouco nenhuma reparação material, deixando-os em uma situação similar à anterior. Benedito Marcílio (MDB-SP) afirmava ser necessário dar à anistia um caráter de libertação da classe trabalhadora, por isso deveria combater o arrocho salarial e permitir o retorno ao trabalho dos dirigentes sindicais perseguidos²¹⁹. Ao mesmo tempo, reforçava a imagem da anistia enquanto esquecimento e qualificava a proposta do governo como uma farsa, incapaz de passar uma esponja no passado e de garantir a conciliação nacional. As emendas emedebistas procuravam melhorias pontuais no projeto em relação à garantia de condições materiais para os anistiados. A análise delas permite compreender a abrangência dos atingidos pelas medidas ditatoriais. Essas pessoas – que tiveram sua vida profissional interrompida e bloqueada – ainda que anistiadas estariam submetidas ao interesse da Administração e não teriam sua progressão na carreira garantida.

Todavia, a reparação material, apesar de ser o assunto da maioria das emendas, não foi o objeto de debate central no Congresso. As discussões centraram-se na abrangência da anistia em relação aos presos condenados pela participação na luta armada. O governo pretendeu definir claramente o escopo do projeto na mensagem do ditador-presidente enviada ao Congresso:

Não é abrangido quem foi condenado pela Justiça por crime que não é estritamente político: assim o terrorista, pois ele não se volta contra o Governo, o regime, ou mesmo contra o Estado. Sua ação é contra a humanidade e, por isso, repelida pela comunidade universal, que sanciona, como indispensáveis, leis repressivas de que se valem países da mais alta formação democrática.

A anistia tem o sentido de reintegrar o cidadão na militância política, e o terrorista não foi e não é um político, a menos que se subvertam conceitos em nome de um falso liberalismo.²²⁰

Essa passagem reconhece a Justiça da ditadura como protetora da sociedade, reforçando a autoimagem de defensores dos valores ocidentais e cristãos presente desde o

²¹⁹ Segundo o deputado estes não seriam beneficiados pela anistia pois seus mandatos já estariam vencidos.

²²⁰ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre anistia. v. 1. Brasília, 1982. p. 22.

golpe civil-militar. Para os golpistas, o governo João Goulart era considerado uma ameaça à civilização, pois era um governante produto da infiltração comunista; foi no combate à subversão que estava estruturada a Doutrina de Segurança Nacional, na qual todo questionamento ao governo era fruto do comunismo internacional. Contudo, quinze anos depois não apareceu a imagem do comunista como ameaça a ser combatida, podendo se notar um deslocamento do inimigo da sociedade, daquele com o qual seria impossível uma convivência democrática e do qual a sociedade precisaria ser protegida: em 1979, quem deveria ser deixado à margem era o terrorista. Embora se saiba que os considerados terroristas pelo General Figueiredo eram militantes políticos engajados no combate às desigualdades sociais e à ditadura, não se pode ignorar essa mudança nos termos propostos pelo regime. Tal mudança foi resultado da alteração na configuração de forças internas e externas ao país; a ditadura já não contava com o mesmo apoio vivenciado em seus anos iniciais, tanto por conta do abandono de setores da burguesia na chamada “rebelião empresarial”²²¹ quanto pelas denúncias de violações de direitos humanos feitas por militantes e pela Igreja Católica no Brasil e no exterior; setores que tinham apoiado o golpe, ou silenciado diante dele, não mais legitimavam as torturas e desaparecimentos. Não bastava assim qualificar os presos como comunistas para justificar seu não anistiamiento, por isso carregaram a alcunha de terrorista. Essa ação se dava em um momento do cenário internacional no qual o terrorismo aparecia como inimigo das democracias; sob esse epíteto estavam englobados movimentos armados de diferentes matizes. Incluía-se nessa qualificação movimentos da esquerda revolucionária como as Brigadas Vermelhas e os Proletários Armados pelo Comunismo, na Itália; movimentos separatistas nacionalistas como o IRA, na Irlanda, e o ETA, no País Basco; além de grupos em luta pela criação de um Estado Palestino como a Fatah, entre outros agrupamentos. Os grupos enquadrados como parte do terrorismo internacional eram considerados inimigos da democracia em si, pois realizavam ações e atentados que aterrorizavam a população; por isso precisavam ser combatidos por qualquer governo. Figueiredo buscava assim justificar a manutenção das prisões dos que

²²¹ Codato, Adriano N. *A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e rumos da transição*. Disponível em: http://www.academia.edu/193806/CODATO_Adrino_A_burguesia_contra_o_Estado_Crise_politica_acao_de_classe_e_os_rumos_da_transicao, Acesso em: 05 jul. 2014.

participaram da luta armada como normal em uma democracia, pois aqueles seriam inimigos da nação e não pessoas que cometeram crimes políticos.

Para os Comitês Brasileiros pela Anistia, o governo procurava estabelecer uma divisão dentro da oposição com um projeto de anistia restrita, na medida em que acenava com a perspectiva de reinserção política para parte dela enquanto mantinha a criminalização de outra parte²²². Como já analisado nesta dissertação, a luta pela anistia serviu – na percepção dos próprios envolvidos – como uma maneira de unir as oposições, e isso deu força para a reivindicação e para a luta política; para os CBAs era com essa força que o governo pretendia acabar, pois, com a divisão entre os anistiados e não anistiados, o movimento se enfraqueceria. Os Comitês procuraram deixar clara a intencionalidade de Figueiredo em cindir a luta oposicionista. Para tanto, retomaram a reforma da Lei de Segurança Nacional, na qual estaria reconhecido o caráter político da guerrilha: a partir dessa argumentação se concluía que a comparação da guerrilha com terrorismo – presente na mensagem presidencial – tinha o claro objetivo de isolar parte dos militantes. Para os militantes em prol da anistia, a lei 6683/79 estaria – nesse ponto – aquém da própria reformulação da LSN, uma vez que, se essa fosse aplicada, a grande maioria dos presos já teria direito à liberdade²²³. Por esses motivos, caberia aos CBAs – no Brasil e no exterior – repudiar esse projeto como restritivo e incompleto. Evidenciou-se nesse momento a inserção da anistia em um projeto transicional, no qual estava estabelecido quais pessoas não estariam aptas a participar da conciliação democrática proposta. Para além da manutenção das pessoas encarceradas, o objetivo do governo passava pela demarcação clara de qual conduta política era inaceitável, bem como procurava estabelecer uma demonstração de poder perante a ascensão oposicionista.

Os parlamentares do MDB procuraram se opor à divisão colocada pelos militares entre os opositores da ditadura. Para tanto, enviaram diversas emendas ao projeto de lei com o intuito de abranger aqueles considerados presos políticos. Essas iniciativas legislativas foram acompanhadas de pronunciamentos no plenário e na Comissão Mista, e procuravam criticar a criminalização dos envolvidos com a luta armada. Um dos

²²²

Congresso Nacional, Comissão Mista sobre anistia. v. 1. Brasília, 1982. tomo 2, p. 379.

²²³

Congresso Nacional. Comissão Mista sobre anistia. v. 1. Brasília, 1982. tomo 2. p. 381.

principais argumentos destacava o fato das ações armadas terem começado após 1964²²⁴; elas seriam, portanto, uma reação à ditadura que utilizava a violência contra a população.

O mesmo argumento foi retomado por Vladimir Safatle,²²⁵ para quem a utilização das armas e da força contra um governo tirânico era uma opção legítima dentro da própria tradição liberal: para isso, retomou o inglês John Locke para quem era dever do cidadão pegar em armas para efetuar a defesa contra a tirania imposta por um governo ilegal. Nesse sentido, a opção pela luta armada seria um direito dos povos e, portanto, enquadrada como forma legítima de resistência. A defesa, empreendida por Safatle, da ação armada como inserida dentro de uma resistência democrática à ditadura recoloca uma questão: quais eram as motivações dos grupos armados? Ao mesmo tempo contrapunham-se ao governo ilegítimo, empreendiam uma denúncia às violações dos direitos humanos²²⁶ e pretendiam fazer uma revolução no Brasil²²⁷? De fato, toda ação política não está baseada em uma motivação única e a prática contém em si contradições diversas, sendo cabível compreender que a luta contra um governo ilegítimo e a construção de um Brasil socialista estavam juntas no projeto da luta armada. Ao utilizar de armas para combater a ditadura, os militantes denunciavam a arbitrariedade do Estado e os limites claros colocados para a ação política. Ao mesmo tempo, denunciavam as violações de direitos humanos feitas nas prisões – que ganharam especial relevo após a libertação dos presos em troca dos embaixadores. Contudo, não era apenas a democracia que estava colocada como pauta, mas sim a construção de uma pátria socialista dos trabalhadores que, no momento da luta por anistia, já não estava mais em primeiro plano. No entanto, o que interessa analisar, nesta dissertação, são as reinterpretações dessas motivações e sua utilização no processo de aprovação da lei 6683/79.

Embora os parlamentares do MDB tenham também defendido a luta armada como uma reação à ditadura, não a consideravam legítima, e sim um erro cometido por uma juventude deixada sem opções políticas pelo regime. Ainda que apareça de maneira minoritária, cumpre registrar a existência de pronunciamentos do MDB que utilizam a

²²⁴ Congresso Nacional, tomo 2, p.75.

²²⁵ Safatle, Vladimir, O uso da violência contra o Estado ilegal. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 237-245.

²²⁶ Greco, Heloisa, *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutoramento). Belo Horizonte: UFMG, 2003..

²²⁷ Reis Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

própria terminologia militar para classificar essas ações, alegando que o terrorismo²²⁸ passou a existir após 1964. Entretanto, o esforço majoritário do MDB era o de diferenciar a atitude da juventude brasileira das ações tomadas na Itália. Para Pedro Simon²²⁹, a vitória do movimento pela anistia se dava na própria apresentação do projeto governamental, pois a anistia passava a ser considerada um objetivo da nação e não mais era vista como sinônimo de subversão. Essa vitória seria contra os que se encastelaram no poder e pretendiam dividir a nação para se perpetuar, sendo essa divisão continuada com a discriminação dos participantes da luta armada. Simon destaca que, diferentemente do terrorismo, a luta armada brasileira teria agido fora da normalidade democrática, enquanto a ação na Itália era terrorista, pois se opunha à própria democracia.²³⁰ Para o emedebista goiano, Adhemar Santillo, o governo pretendia colocar a população contra aqueles que pegaram em armas para defender seus direitos comparando-os aos terroristas italianos, e para tanto utilizava-se da mídia para dividir a oposição, não permitindo a realização do verdadeiro objetivo da anistia: a reintegração dos punidos na família brasileira. Santillo ainda avançava e, ao listar os desaparecidos políticos de Goiás, atribuiu a pecha de terrorista ao Estado, pois era este o responsável pelas torturas, mortes e desaparecimentos; essa situação só poderia ser sanada com a aprovação da anistia ampla geral e irrestrita.

Os deputados Marcos Freire²³¹ e João Gilberto²³² defendiam a anistia como uma forma de reconciliação alcançada apenas com o “olvido perpétuo” das ações armadas. Para os parlamentares emedebistas, a violência dos militantes políticos teria sido uma resposta à violência estatal, ou ainda “uma reação a um regime autoritário que não teria se voltado contra o conjunto da população”²³³. O projeto de lei enviado para o Congresso e o relatório de Ernani Satyro – que pouco alterava o projeto inicial – eram considerados passos muito tímidos e limitados no caminho da reconciliação²³⁴, pois mantinham a condenação aos participantes da luta armada, que de fato teriam

²²⁸ Congresso Nacional, Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, tomo 2, p.75.

²²⁹ Idem, ibidem, tomo 1, p. 632.

²³⁰ Cumpre destacar que a ação armada italiana se opunha a um estado com fortes ligações com grupos paramilitares de extrema-direita e com a máfia italiana. Para uma análise mais detalhada do contexto italiano consultar GINSBORG, Paul. *A history of contemporary Italy: society and politics 1943-1988*. London: Penguin, 1990.

²³¹ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, tomo 1, p. 112.

²³² Idem, ibidem, tomo 1, p. 611.

²³³ Idem, ibidem, tomo 1, p. 611.

²³⁴ Idem, ibidem, tomo 1, p. 448.

cometido erros e ações violentas, porém muito menores do que as torturas e assassinatos cometidos pelos militares. O desejo nacional era de esquecimento desses atos. Embora não pretendessem garantir o anistiamiento dos torturadores, tal linha argumentativa pode ser interpretada como um diálogo com os defensores da teoria dos dois demônios, na qual haveria dois polos de violência que deveriam ser repudiados. Fazia parte da estratégia dos parlamentares do MDB mostrar seu repúdio a ações violentas para reforçar a escolha por uma oposição moderada e dialogada; ao mesmo tempo, colocavam a necessidade de reincorporar aqueles que fizeram a opção política equivocada, cujo erro seria fruto do voluntarismo característico da juventude.

O presidente da Comissão Mista, Teotônio Vilela (MDB-AL), defendia²³⁵ os presos não anistiados pelo projeto governamental. Para ele, a proposição defendida pelo relator pagava apenas 5% da dívida do Estado com a sociedade. Isso tornaria o substitutivo ilegal e imoral, pois não propiciava a anistia como forma da nação se reencontrar e esquecer para voltar ao convívio. Para o restabelecimento desse convívio, era necessário dizer aos familiares dos desaparecidos onde estavam seus parentes que pegaram em armas para combater a situação dominante. Cumpre notar a defesa que fez Vilela dos familiares de mortos e desaparecidos, exigindo a apuração desses crimes. Para além disso, se observa a defesa da luta armada como alternativa deixada à juventude, que era impedida de participar politicamente por outras vias, com destaque para a violência maior cometida pelo estado na repressão e no desaparecimento de militantes políticos. Não se abandonava, no entanto, a ideia de conciliação e pacificação nacional. Posicionamento semelhante ao exposto pelo parlamentar Marcelo Cerqueira²³⁶, para quem o legislativo deveria atuar pelas próprias forças em prol da pacificação nacional, desfazendo as oposições anteriores; por isso se opunha ao projeto do relator, por colocar velhos contra jovens, implementando uma vingança contra a juventude que tinha lutado em oposição à ditadura.

Interessante notar na defesa empreendida dos presos a descaracterização de seu projeto político como um arroubo de juventude, uma ação não pensada corretamente e que precisava ser relevada pelo Parlamento. Entretanto, não se pode resumir a argumentação de Cerqueira a esse ponto. O parlamentar fazia questão de dar destaque

²³⁵ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, p. 172.

²³⁶ Idem, *ibidem*, tomo 1, p. 648-649.

à greve de fome²³⁷ empreendida pelos presos como forma de protesto e de pressão por uma anistia irrestrita. O protesto dos presos teria a função de evidenciar a divisão proposta no projeto, que separava réus em um mesmo processo, anistiando só os que ainda não tinham sido condenados. O período²³⁸ prolongado de greve de fome servia como forma de sensibilização dos parlamentares e denúncia da insensibilidade do governo para com os direitos humanos²³⁹. Os deputados e senadores, em visita aos grevistas, teriam solicitado a interrupção da greve, o que foi recusado, pois ela seria a única arma dos presos. Tratava-se de uma estratégia política consciente, utilizada como forma de sensibilizar e constranger os parlamentares e levar o debate acerca do alcance da anistia para a esfera pública²⁴⁰. Com isso, chamavam a atenção para sua demanda específica e também procuravam defender os direitos dos operários e dirigentes sindicais.

Além disso, o relato da visita pontuava três informações relevantes para o que está agora em análise. Primeiramente, em relação às denúncias das torturas sofridas pelos presos, que não deveriam ser o assunto do Congresso no momento, evidenciando a perspectiva central de garantir a libertação dos militantes presos em detrimento das demais temáticas. Ainda que tal opção possa ser interpretada como uma tática para aprovar – em plena ditadura – uma anistia o mais ampla possível, não se pode desconsiderar a relevância dessa menção. Em segundo lugar, cabe destacar a diferenciação feita pelos próprios presos entre a ação armada no Brasil e os grupos revolucionários na Itália, diferenciando-se novamente do que se considerava na época o terrorismo internacional. Por fim, o relato do senador Pedro Simon indicava o desejo dos presos políticos de aperfeiçoar o projeto para que este olhasse para o futuro e não para o passado, com o intuito de possibilitar o esquecimento desejado pela sociedade brasileira. Por isso, na opinião de Simon, dar “a oportunidade dessas pessoas reconstruírem a vida é um ato de grandeza por parte desse governo”²⁴¹. Para além do reforço do paradigma de esquecimento e de pacificação da família, cumpre notar o esforço de afastar dos militantes o caráter de terroristas e, por isso, qualificá-los como praticantes de ações políticas e merecedores de anistia, transferindo para outras pessoas o papel de inimigos da democracia. Esse discurso foi utilizado como recurso de defesa dos

²³⁷ Idem, ibidem, p. 12.

²³⁸ No momento já se estendia por 42 dias.

²³⁹ Idem, ibidem, tomo 2, p. 12.

²⁴⁰ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, tomo 2, p.525-527.

²⁴¹ Idem, ibidem, tomo 2, p. 527.

envolvidos na luta armada, destacando seus objetivos políticos e o contexto ditatorial contra o qual lutavam. No mesmo discurso se revela a transferência do papel do verdadeiro inimigo da ordem interna e a legitimação de uma determinada ação política como a adequada às democracias.

O arenista Nílson Gibson²⁴² defendeu a exclusão de determinados setores da possibilidade de participação na democracia, nomeadamente os participantes da luta armada – por ele qualificados de terroristas – já que não se podia anistiar o terror. O parlamentar, ao citar uma carta do preso político José Emilson da Silva, procurou demonstrar o caráter ideológico da luta armada em favor de uma ideologia marxista. Pretendia assim justificar a manutenção da condenação dessa prática na democracia, porque os participantes da luta armada a abandonaram apenas taticamente e pretendiam retornar a ela quando voltasse a democracia. Isso posto, considerava a anistia proposta por Figueiredo ampla, uma vez que apenas 186 terroristas marxistas estariam excluídos e 5 mil pessoas seriam beneficiadas. A mesma cantilena acerca do terrorismo foi repetida por Cantídio Sampaio (ARENA-SP), para quem era necessário combater esse fenômeno de maneira internacional. Para Sampaio, todas essas ações, assim como as da luta armada no Brasil, eram terroristas e precisavam ser combatidas, motivo pelo qual afirmava ser impossível anistiar àqueles que pegaram em armas²⁴³. Elogiava assim o caráter de estadista de Figueiredo ao elaborar um projeto na justa medida para a nação brasileira, que possibilitava o avanço do país longe dos atentados terroristas, garantindo o futuro próspero do país.

Para os parlamentares da Arena, o Congresso cumpria seu papel na busca da conciliação e da paz. O relator Ernani Satyro²⁴⁴ afirmava sua independência perante o governo, dizendo não ter recebido ordens e ter feito o parecer de forma independente. Satyro argumentava em favor do projeto enviado pelo presidente Figueiredo, por ser amplo e de acordo com as demandas da nação, portanto adequado para cumprir a vontade do povo brasileiro. Entre os deputados e senadores arenistas predominava a condenação aos participantes da luta armada, que tinham sua ação qualificada como crimes torpes²⁴⁵

²⁴² Idem, *ibidem*, tomo 1, p. 669.

²⁴³ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 2, Brasília, 1982. , p. 170.

²⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 113.

²⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 348.

ou crimes contra a humanidade²⁴⁶. Para eles, a luta armada era qualificada como terrorismo e, portanto, não eram crimes políticos, mas atentados contra toda a nação. O relator, junto com lideranças arenistas como João Linhares, afirmava ser esse o projeto mais amplo possível, pois deixava de fora apenas um pequeno número de pessoas. Isso não poderia ser um impeditivo à conciliação nacional²⁴⁷. Procurava-se atribuir a responsabilidade por impedir a conciliação à oposição que não cedia ao esforço pela paz e tampouco procurava as lideranças arenistas para negociar²⁴⁸.

Outra frente atacada pela Arena foi a dos defensores de uma anistia para um lado só²⁴⁹, pois investigar as torturas iria contra a pacificação dos espíritos e contra a essência da anistia. Essa seria uma forma da oposição usar como combustível para mais guerras, em uma tentativa do MDB de boicotar a iniciativa de abertura promovida pelo governo. Essa defesa tinha uma dupla função: ao mesmo tempo procurava garantir a impunidade e refrear a mobilização oposicionista, colocando a questão da investigação da tortura como ameaça para a continuidade da abertura. Assim, as oposições não deveriam encampar essa bandeira sob o risco de perder tudo. Entretanto, o anistiamento aos torturadores não era algo consensual entre os parlamentares da Arena. Leorne Belém, por exemplo, considerava a impossibilidade de anistiar os que cometeram torturas e defendia que o projeto enviado pelo governo não os contemplava, embora fosse uma mão estendida para a reconciliação²⁵⁰, e ia ao encontro do desejo nacional de abolir ressentimentos; ao mesmo tempo, também condenava as ações da luta armada como terroristas e não como atos políticos. Belém explicitava a incorporação do discurso oposicionista em setores da Arena ao defender que o projeto abria a possibilidade dos que haviam se exilado retornarem à vida política no país; entretanto, atribuía a necessidade da anistia aos deslizes cometidos pela “Revolução de 1964”, o que considerava inerente a toda revolução.

²⁴⁶ Idem, ibidem, p. 365.

²⁴⁷ Com o intuito de diminuir a importância dos presos não anistiados, procurou-se utilizar números que demonstrassem como eram poucos; em um primeiro momento foram citadas “apenas 200 pessoas”, posteriormente alegou-se que seriam apenas “60 condenados pela justiça”. Cf. Congresso Nacional, op. cit., tomo 1, p. 661; tomo 2, p. 164.

²⁴⁸ Idem, ibidem, tomo 2, p. 666-669.

²⁴⁹ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, p. 347.

²⁵⁰ Idem, ibidem, tomo 2, p. 31.

Cabe notar que não se pode atribuir ao partido governista uma postura única e fechada: como demonstrado acima, havia aqueles que defendiam os exilados, ao passo que o relator do projeto considerava desnecessário prever reparações específicas para os exilados, pois teriam saído voluntariamente do país²⁵¹. Mesmo no momento em que procurava reincorporar setores excluídos da política, permitindo o retorno dos exilados, a ditadura e seus apoiadores fizeram questão de demonstrar sua força e desqualificar aqueles que se exilaram.

O esforço arenista no Parlamento parecia atender ao objetivo de manter o projeto sem grandes alterações e afirmar a primazia política do partido do governo. A recusa do MDB se daria por não querer admitir o protagonismo político da Arena, que era a maioria e portanto legítimo representante do povo. Quanto a essa afirmação, vale lembrar sua parcialidade, uma vez que o Congresso ainda contava com senadores indicados pelo governo, e não era eleito em sua totalidade pelo voto direto. Esse limite era denunciado pelos parlamentares do MDB, que atribuíam a restrição da anistia à ausência de poder do Congresso, o que seria incompatível com um regime democrático e, portanto, evidenciaria a inexistência de uma abertura de fato²⁵². Com isso, o MDB procurava disputar uma agenda da transição política com o fortalecimento do Congresso, no qual acreditava poder aumentar sua influência política, e, com a defesa da necessidade do voto direto para que a verdadeira anistia chegasse à população, dava indícios dos próximos passos a ser adotados pela oposição.

Apesar das claras divergências entre emedebistas e arenistas em relação ao projeto de anistia, parece clara a utilização dos mesmos termos e objetivos. Ambos pretendiam uma reconciliação e a pacificação, disputando a maneira mais adequada de alcançá-la. Nesse sentido, pode-se perceber que o sentido mais radical da anistia, enquanto rememoração e continuidade da luta, encontrou uma menor reverberação no Parlamento, prevalecendo o sentido inicial de esquecimento e pacificação da família. A argumentação de Satyro revela outro ponto de contato discursivo: ao considerar a luta armada como terrorista, e, portanto, como um crime contra a humanidade, o senador invertia os argumentos utilizados por parte dos movimentos pela anistia que

²⁵¹ Idem, *ibidem*, tomo 1, p. 376.

²⁵² Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, p. 24.

consideravam a tortura e os desaparecimentos como não anistiáveis por serem crimes contra a humanidade. A declaração do parlamentar pode ser interpretada como uma demonstração de poder de quem poderia decidir o que era ou não condenado e tripudiava sobre os opositores; outra possível interpretação seria um posicionamento ideológico do relator, que considerava a verdadeira violência aquela cometida na luta armada, sendo as ações da ditadura necessárias para manter a ordem. Tal posicionamento estaria em acordo com a Doutrina de Segurança Nacional utilizada pelo regime.

2.4 As torturas e os desaparecimentos.

A figura do crime conexo presente no segundo parágrafo da lei 6683/79 é ainda hoje um objeto de polêmica. Segundo Hélio Bicudo²⁵³, os "crimes conexos" são os que têm a mesma finalidade do ato principal. Por exemplo, uma pessoa rouba um banco e, para evitar sua identificação, destrói as câmeras de segurança; ela teria cometido dois crimes conexos: o roubo e a destruição das câmeras. Existiria – nesse caso – uma identidade entre os fins; o objetivo era roubar o banco e não ser identificado. Contudo, se essa mesma pessoa fosse presa e assassinada pela polícia, não haveria nenhuma ligação de finalidades entre um fato e outro, portanto, não se poderia afirmar uma conexidade entre os dois casos, pois as finalidades de um e de outro crime são diferentes. Para Bicudo, a lei de anistia seria válida para os opositores do regime que cometeram crimes contra um Estado repressor. A finalidade dos crimes cometidos pelos agentes do Estado foi completamente diferente da dos que lutaram contra a ditadura, não podendo se estabelecer conexidade. Ademais, a tortura e o desaparecimento forçado são considerados, pelo jurista, crimes contra a humanidade e, portanto, não passíveis de anistia. No mesmo sentido argumentou a pesquisadora Lucia Bastos²⁵⁴: crimes conexos aos crimes políticos são apenas os que atingem bens jurídicos comuns; seria a finalidade da motivação política o determinante para a existência de um crime conexo ao político. Bastos ainda destacou

²⁵³ Bicudo, Hélio. "Luta contra tortura prossegue na OEA". Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=199&sid=5>. Acesso em: 22 jul. 2014.

²⁵⁴ Bastos, Lucia E.A.F. A Lei de Anistia brasileira: os crimes conexos, a dupla via e aos tratados de Direitos Humanos, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 103, p. 593–628, jan./dez. 2008.

que o uso da anistia em relação aos que cometeram violações de direitos humanos não era algo problemático apenas pela impunidade em si, mas por conta do entendimento no Direito Internacional de que o direito absoluto contra a tortura é algo não passível de derrogação. Essa argumentação serviu como base para a ação contra o Estado brasileiro movida pelos familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Os familiares exigiram a responsabilização do Estado pelo desaparecimento dos guerrilheiros, a investigação dos responsáveis pelos crimes e a localização dos corpos; essa demanda foi acatada pela Corte²⁵⁵, mas ainda não foi cumprida pelo Estado brasileiro.

Embora reconheça a relevância da discussão acima apresentada e considere a impossibilidade da Anistia aos violadores de direitos humanos importante para a luta política atual, em especial no que tange ao Direito à Verdade e no combate às continuidades da ditadura, centrarei a análise na maneira como a questão das torturas, mortes e desaparecimentos foi encarada em 1979. Dessa maneira, pretendo fornecer elementos para que se reflita sobre os propósitos da referida lei.

Diferentemente do que ocorreu em relação aos presos participantes da luta armada, chama a atenção o baixo número de emendas propostas em relação às violações de direitos humanos. Esse número poderia, inicialmente, ser interpretado de duas maneiras distintas: a primeira, de que não estaria claro – para os parlamentares e para o movimento de anistia – a inclusão dos torturadores no escopo da anistia; a segunda considera ter sido prioritária a inclusão de toda a oposição na anistia, deixando em segundo plano a investigação e punição das violações de direitos humanos. A análise da documentação disponível permitiu concluir que estava clara a anistia aos torturadores prevista no projeto de lei; também foi possível constatar a presença da reivindicação – por parte dos familiares de mortos e desaparecidos – de que fossem investigadas as violações de direitos humanos. Foram esses mesmos atores políticos que permaneceram na luta pela investigação da tortura, da localização dos corpos e da responsabilização do Estado e dos torturadores nas décadas posteriores à aprovação da lei, quando a grande frente unitária pela anistia já havia se desfeito.

²⁵⁵ A íntegra da decisão pode ser encontrada em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf. Acesso em: 22 jul. 2014.

Os CBAs tentaram influenciar, com o envio de cartas e manifestos, as discussões acerca da extensão da anistia. Essa estratégia explicitava a relação estabelecida com o MDB e um projeto de construção próximo à via institucional. Embora percebessem as contradições do partido da oposição, procuravam orientar suas ações, por isso defendiam a votação do substitutivo do MDB e o posterior abandono do plenário, para não referendar um projeto que anistiasse torturadores²⁵⁶. As torturas foram amplamente denunciadas pelas contribuições enviadas pelo movimentos em favor da anistia, com o intuito de escancarar o caráter violento e cruel do regime, bem como o de ressaltar a necessidade de se apurar e investigar essas violações²⁵⁷. Os presos do presídio Frei Caneca²⁵⁸ procuraram enquadrar a tortura e o desaparecimento como um eixo analítico acerca da ditadura. Para eles, os direitos humanos tinham um caráter central no combate à violência estatal. Com isso, procuraram identificar a prática da tortura como algo generalizado contra a população pobre, sendo necessária uma mobilização de massas para que os perpetradores de violações fossem responsabilizados por suas ações. O intuito dos ex-guerrilheiros parecia ser o de estabelecer conexões entre o ascenso da luta operária e das periferias urbanas com a violência estatal, apontando a tortura e a repressão como limitadores da ação política das massas. Nesse sentido, buscaram demonstrar a efetividade e a racionalidade do aparato repressivo com o levantamento dos responsáveis pela tortura, tanto aqueles que presenciaram quanto os que comandaram as diferentes torturas sofridas.

Segundo os familiares, a Justiça Militar seria corresponsável pela tortura por não ter investigado as denúncias, além de ter acolhido depoimentos coletados dessa forma como prova. A tortura possuía um caráter sistêmico no qual era levado em conta o custo social da mesma²⁵⁹: quanto maior o custo, menor era a eficiência política dessa prática, por isso as denúncias feitas nacional e internacionalmente acerca das torturas levaram a ditadura a se modernizar e sofisticar. Nesse sentido, Geisel teria sido diretamente responsável por ampliar uma prática antes restrita: o desaparecimento. Com os militantes desaparecidos não haveria torturas a serem relatadas, marcas a serem

²⁵⁶ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, tomo 2, p. 399.

²⁵⁷ Idem, ibidem, p. 381.

²⁵⁸ Idem, ibidem, p. 249.

²⁵⁹ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, p. 256.

mostradas, pois se transferia o militante para um não lugar, na medida em que se alegava não saber o seu paradeiro. Em contraponto, os familiares de mortos e desaparecidos organizaram uma lista com os mortos e desaparecidos em cada ano, procurando detalhar as circunstâncias e as fontes das informações, de maneira a já iniciar a apuração e as investigações das violações de direitos humanos e, ao mesmo tempo, almejando pressionar o Estado a fazer o mesmo. A investigação se inseria em um projeto de transição, uma vez que a consideravam inevitável para a construção da democracia²⁶⁰. O grande esforço das familiares dos mortos e desaparecidos políticos em reunir materiais e depoimentos nos dossiês buscava – além de dar base para a investigação dos desaparecimentos e das circunstâncias das mortes – colocar o tema como uma necessidade política, retirando a morte e o desaparecimento da esfera do luto familiar. As cartas enviadas pelos presos com uma extensa descrição das torturas sofridas e a relação de torturadores já identificados tinham esse mesmo significado. A pressão contra a reciprocidade e pela localização dos desaparecidos encontrou algum eco no Parlamento com a leitura da carta dos familiares exigindo a responsabilização feita pelo deputado Fernando Coelho²⁶¹.

A ação política dos presos e das familiares influenciou parte da bancada emedebista. Otacílio Queiroz²⁶² procurou garantir a reparação material dos familiares de mortos e desaparecidos, procurou garantir a reparação material dos familiares de mortos e desaparecidos, propondo a indenização por parte do Estado. Com essa proposta, pretendia-se reconhecer a existência de vítimas fatais da ditadura e responsabilizar o Estado pelas violações de direitos humanos, ao mesmo tempo em que procurava permitir uma melhor condição de vida àqueles que tiveram seus parentes assassinados pela ditadura; como se pode imaginar, essa emenda sequer foi apresentada ao plenário. A emenda 7 procurou garantir reparações econômicas aos anistiados, bem como explicitar os direitos que passariam a ter; estaria assim em consonância com parte das reivindicações daqueles que lutavam pela anistia nas ruas. Entretanto, pouco avançava em relação à questão dos desaparecidos políticos, prevendo apenas a declaração de morte presumida das pessoas desaparecidas há mais de um ano. A defesa da declaração de

²⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 386.

²⁶¹ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, p. 90.

²⁶² Idem, *ibidem*, tomo1, p.89.

morte presumida foi incorporada por alguns parlamentares arenistas, como Djalma Marinho, que a defendiam como forma de garantir a segurança jurídica dos familiares, uma vez que enquanto a pessoa não era reconhecida como morta, não se poderia dar prosseguimento a herança e pensões. Destaca-se que, ao não citar a responsabilização dos militares e a investigação do paradeiro dos desaparecidos, se evidenciava a não politização da temática por parte de alguns parlamentares. Todavia, essa postura encontrou vozes dissonantes no parlamento com a exigência de apuração e investigação das violações de direitos humanos²⁶³, chegando mesmo a propor encaminhamentos práticos como o prazo de 90 dias para o Ministério da Justiça localizar os desaparecidos e apresentar os resultados das investigações²⁶⁴. Essas emendas evidenciavam – apesar da unidade em torno da anistia – uma pluralidade de concepções e táticas dentro do partido oposicionista.

A segunda emenda pretendia a alteração do parágrafo 2, que passaria a vigorar da seguinte forma: “*excetua-se da anistia aqueles que cometeram torturas contra presos políticos.*”. O objetivo de Alceu Colares (MDB-RS) era o de acabar com a possível interpretação de que o governo pretendia anistiar os torturadores. No já referido substitutivo do MDB era mantida a figura do crime conexo, porém eram explicitamente excluídos os atos de tortura da anistia²⁶⁵, pois a aprovação do parágrafo que se referia aos crimes conexos – tal como prevista no projeto inicial – significaria o silenciamento dos desaparecimentos²⁶⁶. A argumentação contrária à anistia aos torturadores utilizou-se de temas caros à tradição cristã brasileira. Walter Silva citou o intelectual católico Tristão de Ataíde para afirmar que Figueiredo se recusava a seguir os ensinamentos do evangelho, pois esses levariam à condenação da tortura²⁶⁷. Contudo, mesmo dentro das fileiras do partido não parecia ser consensual a necessidade de se condenar e atacar a tortura, como explicitou Pedro Simon²⁶⁸ ao afirmar ser necessário desarmar os espíritos para que se chegasse a uma conciliação, não sendo a intenção do MDB transformar aquela em uma comissão de tortura ou dos direitos humanos, mas sim uma comissão de anistia.

²⁶³ Idem, Ibidem, tomo 1, p. 84.

²⁶⁴ Idem, ibidem, tomo 1, p. 254.

²⁶⁵ No mesmo sentido foram apresentadas as emendas 70, 72 e 90. Que ainda avançavam no sentido de exigir a investigação dos crimes.

²⁶⁶ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, tomo 1, p.533.

²⁶⁷ Idem, ibidem, tomo 1, p. 142.

²⁶⁸ Idem, ibidem, tomo 1, p. 447.

Não se deve atribuir exclusivamente aos parlamentares a avaliação de não ser prioritária a condenação da tortura em 1979. Como se pode notar na quinta emenda, proposta por Nelson Carneiro e sugerida pela Ordem dos Advogados do Brasil, mantinha-se a definição de crime conexo presente no projeto original e, apesar de estender o escopo da anistia para todos considerados presos políticos, não era mencionada a investigação sobre as torturas. A postura da OAB acerca da condenação da tortura foi explicitada na sua contribuição enviada ao Congresso²⁶⁹. Nela se afirmava a ocorrência de excessos relativos aos dois lados e, ainda que se considerasse a tortura uma prática inaceitável, era uma necessidade do momento histórico o esquecimento de ambas as partes.

As emendas acerca das violações dos direitos humanos demonstram uma divisão interna no MDB. Enquanto parte se empenhava em condenar a prática de tortura e garantir o não anistiamiento de violações de direitos humanos, parte dos parlamentares acreditava ser necessário relevar essa temática em nome de uma conciliação. Entretanto, o baixo número de emendas referentes ao assunto permite denotar uma falta de ênfase na defesa da punição aos violadores de direitos humanos: isso pode indicar uma avaliação política de que não era possível conseguir isso no momento por conta da força da ditadura. Tal postura se inseria perfeitamente dentro da perspectiva de conciliação e esquecimento presentes em parte da luta pela anistia. As pressões de ambos os lados – expressas em pronunciamentos e emendas – permitem inferir que o projeto apresentado pelo governo foi interpretado como anistiador dos crimes de tortura. Também se pode constatar uma estratégia de mudança dele, quer seja por substitutivos, quer seja por alterações pontuais. Essa estratégia ajuda a compreender os motivos que levaram a votação favorável ao projeto governamental pela bancada emedebista: os parlamentares acreditavam ser possível – após aprovado o projeto – emendá-lo. Para tanto, precisariam de um apoio de deputados e senadores arenistas, o que não foi obtido na quantidade necessária.

A votação em favor de um projeto que anistiava os torturadores não foi consensual dentro do MDB. O deputado Aírton Soares afirmava a necessidade de se investigar a responsabilidade do aparelho de Estado nas torturas, por isso recusava-se a aprovar

²⁶⁹ Idem, *ibidem*, tomo 2, p. 431.

uma anistia como aquela²⁷⁰. O pronunciamento do deputado baiano Elquissom Soares foi emblemático na rejeição ao projeto governamental²⁷¹. Ele considerava os principais beneficiários daquela anistia os torturadores; encarava-o, portanto, como uma forma de um regime violento e sanguinário vender uma pacificação, e por isso a nação era contrária ao projeto. Elquissom Soares parecia posicionar-se de maneira crítica ao papel desempenhado pelo partido de oposição durante a transição, pois defendia a rejeição completa do projeto para que não se tornasse uma válvula de escape da pressão sofrida pela ditadura; para ele, a anistia deveria ser um fruto da luta do povo e, portanto, era necessário deixar a Arena com o ônus de um projeto que não correspondia aos interesses do povo. Essa declaração explicitava a consciência de um benefício aos torturadores na anistia aprovada em 1979 e, ao mesmo tempo, convocava o MDB a não participar de um projeto de transição comandado e coordenado pela ditadura. Contudo, essa posição não conseguiu ser maioria no partido, que votou em favor do projeto governamental, por considerar importante aprovar a anistia e tentar melhorá-la por meio de emendas, participando assim de forma ativa – ainda que dentro dos limites instituídos – da agenda transicional.

²⁷⁰

Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982., tomo 2, p.144.

²⁷¹

Congresso Nacional, op. cit., tomo 2, p. 35.

Capítulo 3 – A anistia dentro de uma agenda de transição

O último capítulo desta dissertação tem como objetivo analisar a luta pela anistia dentro da disputa da agenda de transição do regime. Analisei a lei 6683/79 como um aparato legal importante para esse processo de liberalização do regime – batizado de abertura lenta, gradual e segura – pois, junto à reforma partidária, levou à reacomodação de setores oposicionistas. Para Adriano Codato²⁷², o período entre 1979 e 1985 não se caracterizou pela transição política, tratava-se de um momento de desagregação do regime, tendo a transição para um regime liberal-democrático se iniciado em 1985. Tal periodização parece-me correta, por considerar que o regime ditatorial ainda estava em plena vigência no período aqui abordado, diferentemente do que afirmou Daniel Aarão Reis, para quem a ditadura teria acabado no ano de 1979²⁷³. Cumpre destacar que as medidas adotadas em 1979 foram centrais para o desenho posterior da transição, tanto em relação às estruturas legais quanto ao posicionamento dos atores políticos. A anistia – anteriormente negada pelo poder instituído – passou a ser apresentada como um instrumento de conciliação essencial para a pacificação do país, seus limites foram colocados como uma necessidade imperiosa para que essa transição não saísse do controle.

A compreensão dos movimentos pela anistia nesse período tornou necessária a abordagem da inserção dessa luta no ciclo de confrontos protagonizado pelos movimentos sociais que eclodiram a partir da segunda metade dos anos 1970. Segundo algumas intérpretes, a luta pela anistia teria sido precursora²⁷⁴ dessas mobilizações, abrindo caminho para a organização popular ao criar o espaço de luta por direitos; considere essa interpretação equivocada por atribuir à luta pela anistia o pioneirismo do processo de reformulação política e social vivenciado no período. A criação de novas mobilizações de trabalhadores nos sindicatos e nas periferias das grandes cidades

²⁷² Codato, Adriano. *A burguesia contra o Estado?* Crise política, ação de classe e rumos da transição. Disponível em: http://www.academia.edu/193806/CODATO_Adriano._A_burguesia_contra_o_Estado_Crise_politica_acao_de_classe_e_os_rumos_da_transicao, Acesso em: 05 jul. 2014. p. 2.

²⁷³ Reis, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editor. 2014.

²⁷⁴ DelPorto, Fabíola Brigante; Greco, Heloisa, *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutoramento). Belo Horizonte: UFMG, 2003.

esteve relacionada a uma reformulação das políticas no interior das esquerdas associada a uma mudança da orientação de determinados setores da Igreja Católica; estes passaram a organizar conjuntamente o chamado trabalho de base²⁷⁵, a partir do qual se deu uma grande renovação nas formas de atuação política no Brasil²⁷⁶. Indubitavelmente as manifestações pela anistia ampla, geral e irrestrita se inseriram nesse processo de contestação à ordem ditatorial de forma consciente; isso ficou claro nas tentativas de popularização da bandeira da anistia, ainda que permeadas por uma série de dificuldades na incorporação desse discurso pelos outros movimentos. Esse ciclo de confronto sustentado²⁷⁷ – protagonizado pelos movimentos sociais nos anos 1970 e 1980 – agregou uma série de demandas e exigiu o reposicionamento e a reacomodação dos atores políticos, tanto da oposição quanto da situação. Com esse intuito a anistia foi incorporada na agenda de mudanças propostas pelo governo.

Os posicionamentos dos CBAs, do MFPA e dos parlamentares do MDB indicavam a defesa da bandeira da anistia inserida na agenda de lutas pelas liberdades democráticas. Nesse contexto era reivindicada: a liberdade de manifestação, de organização sindical, de organização partidária, de expressão, o fim da LSN, além da anistia irrestrita. Essas reivindicações compunham um programa amplo de liberalização colocado pela oposição. Pode-se deduzir, dos documentos analisados, uma agenda de transição claramente formulada; nela, a anistia seria o primeiro passo para a retomada de um Estado Democrático de Direito, tendo como passos posteriores o fim do bipartidarismo e convocação de uma Constituinte. Em um sentido mais espetacular, existiam posicionamentos como o de Fernando Gabeira, para quem a anistia possibilitaria o “carnaval da democracia”²⁷⁸.

Cumprir observar que, durante o processo de mobilização em prol da anistia, já se configuravam novas agrupações partidárias unidas em torno daquela bandeira comum, ao mesmo tempo em que demandavam a criação de partidos políticos, organizavam seus núcleos e demarcavam território publicamente. Pode-se inferir uma convergência entre o projeto governamental, que aprovou – em sequência da lei 6683/79 – a reforma

²⁷⁵ Este é sempre considerado - até hoje - a panaceia da esquerda sem que se explique muito bem como ele seria, para que seria feito, em que termos, com quais objetivos.

²⁷⁶ Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. .

²⁷⁷ Tarrow, Sidney. *O poder em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

²⁷⁸ Gabeira, Fernando Nagle. *Carta sobre a Anistia: a entrevista do Pasquim; conversa sobre 1968*. Rio de Janeiro: Codecri. 1979, p. 4.

partidária, com as demandas apresentadas por esses militantes. Aprovada a lei de partidos passou-se a dedicar o tempo de militância para a garantia de legalização dos novos agrupamentos, deixando em segundo plano as bandeiras defendidas no momento anterior, especialmente no que se referia à apuração das violações de direitos humanos.

A anistia teria sido então um ponto de inflexão na dinâmica de liberalização do regime, ao mesmo tempo que se apresentou como uma concessão às mobilizações sociais e contemplou uma parte restrita dos militantes. Ao ser aprovada, junto à pluralidade partidária, colocou uma agenda de participação institucional de acordo com as demandas opositoras, que centraram suas forças na formalização de novos partidos políticos.

3.1 Abertura lenta, gradual e segura.

A anistia foi tematizada a partir dos discursos opositores – detalhadamente analisado nos capítulos anteriores – como uma medida essencial para a construção democrática. As reações iniciais dos militares passavam pela negação da demanda e pela declaração da impossibilidade da mesma, pois essa colocaria em risco a integridade e a segurança da nação. Esse mesmo discurso continuará presente em relação à anistia irrestrita. Entretanto, com a ampliação das mobilizações populares e com o processo de abertura iniciado, a anistia passará a ocupar um lugar distinto na agenda governamental.

Para compreender o papel da anistia na transição faz-se necessária uma análise do significado da transição e de suas dinâmicas. Na obra clássica do tema, escrita por O'Donnel e Schmitter, destaca-se a incerteza dos processos de transição nos quais os atores políticos não teriam certeza dos próprios interesses, o que permitiria a construção de cenários mutáveis nos quais era possível uma regressão ao regime autoritário anterior. A mudança de regimes passaria pela necessidade de acomodar os setores descontentes com a nova formação do Estado e que utilizariam suas forças para impedir a desejada liberalização. Para os autores, embora a democracia representativa seja desejável, não era, necessariamente, o objetivo de um processo transicional, caracterizando-o como o período de intervalo entre um regime e outro²⁷⁹. Nesse sentido, a democratização seria

²⁷⁹ O'Donnel, Guilherme; Schmitter, Philip. *Transições do regime autoritário*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 18-22.

uma forma de transição específica na qual seriam gradativamente colocadas em prática uma série de medidas dentre as quais: voto secreto, sufrágio universal, eleições regulares, competição interpartidária, reconhecimento das associações voluntárias e responsabilidade executiva dos governantes. Pode-se notar que algumas das medidas previstas no receituário dos autores já estavam presentes no receituário da ditadura brasileira, devido à estratégia do regime de manutenção da aparência das instituições democráticas, evitando a estruturação da ditadura em torno de personalismos de ocasião e a centralização de poder nas mãos de alguma figura carismática. No processo de transição para a democracia foi comum considerar determinados atores como imaturos para a participação democrática, sendo, por isso, tomadas medidas para restringir essa participação e para manter o controle acerca do processo²⁸⁰. Esse processo – diferentemente do caráter conspirativo de um golpe de Estado – foi realizado com negociações e a mobilização das forças acumuladas em diferentes polos. Essas escolhas teriam sido orientadas para não ocorrerem retrocessos, como a restrição dos espaços existentes, a ampliação da legislação de exceção e o retorno da censura prévia. Nesse sentido, teria sido necessário fazer concessões que diminuíssem o espaço da incerteza. Na construção desse horizonte de expectativa o medo acerca do futuro foi evocado como limitador de qualquer transformação política, utilizado para excluir a ação de determinados grupos opositores da busca pela conciliação. A anistia cumpriu, assim, o papel de negar a investigação mais aprofundada do papel das Forças Armadas e o reavivamento de ódios passados, servindo de limitador da democracia construída. Caso ocorresse o julgamento dos responsáveis pelas torturas e desaparecimentos se negaria o papel messiânico autoatribuído das Forças Armadas, podendo impedir que estes cedessem o poder. A partir dessas observações Schmitter e O'Donnell concluíram que “uma política de clemência parece mais viável e menos perigosa para a democratização”²⁸¹.

Renan Quinalha, em sua dissertação de mestrado, procurou criticar essa análise clássica estabelecida pela transitologia acerca do conceito de justiça de transição e ressaltar a importância dos julgamentos das violações de direitos humanos para a consolidação democrática. Os estudiosos da transição recorreram constantemente ao uso da metáfora da

²⁸⁰ O'Donnell, Guillermo; Schmitter, Philip. *Transições do regime autoritário*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 29.

²⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 56.

Espada de Dâmocles pendente sobre a cabeça de todos os agentes democratizadores que tinham de permanecer atentos à ameaça de um novo golpe, o que consumiria a frustração do processo e imporia o breve fim da democracia²⁸². Para a transitologia, a possibilidade de regressão deveria ser evitada a todo custo. Por isso, teria determinado as escolhas de ambos os lados e consumido boa parte das energias e potencialidades presentes nessas mudanças políticas. Foi nesse contexto que a justiça, com relação aos crimes de violação aos direitos humanos, teria se convertido em uma questão de menor importância, sendo a prioridade a estabilização da nova ordem e a sujeição dos agentes às regras democráticas. Para Quinalha, essa narrativa histórica construída durante o período de transição e instabilidade política foi elaborada como um etapismo acrítico, o que permitiu o silenciamento das demandas daqueles que exigiam a averiguação e o julgamento dos que violaram os direitos humanos. Teriam participado desse processo tanto os liberais, com foco na garantia da estabilidade, quanto a esquerda, voltada para o desejo de atuação política junto às massas.

A crítica ao etapismo a-histórico dos estudos transitológicos está presente no artigo acerca da transição política escrito por Adriano Codato²⁸³. Para o autor, a dinâmica de abertura do regime brasileiro seria oriunda de processos de mudança nos quais ocorreu a transferência do poder dos militares para políticos aliados ao regime, ao mesmo tempo que a médio prazo ocorreria uma “submissão” negociada dos militares aos políticos oposicionistas. Por isso, o Brasil teria construído uma via de mudança política sequencial com recuperação de alguns direitos liberais clássicos de maneira moderada com a direção imposta pelo governo e com a colaboração da oposição “responsável”. Tal processo de distensão política foi iniciado por uma fração das Forças Armadas²⁸⁴ que controlava o aparelho de Estado; essa fração conseguiu se tornar hegemônica sob controle político de Geisel. O objetivo maior do General era garantir maior estabilidade institucional e previsibilidade política ao regime. Na avaliação desse setor era necessário o

²⁸² Quinalha, Renan Honório. *Justiça de transição: contornos do conceito*. Dissertação (mestrado). São Paulo, USP, 2012. p. 155.

²⁸³ Codato, Adriano Nervo. *A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e rumos da transição*. Disponível em: http://www.academia.edu/193806/CODATO_Adriano_A_burguesia_contra_o_Estado_Crise_politica_acao_de_classe_e_os_rumos_da_transicao, Acesso em: 05 jul. 2014. p. 5.

²⁸⁴ Para uma discussão mais detalhada sobre o tema ver Mathias, Suzeley. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. São Paulo: Papyrus, 1995.

estabelecimento de algumas liberdades civis, que tornariam a ditadura menos conservadora politicamente e aliviariam as pressões feitas tanto por movimentos sociais, quanto por setores liberais. Entretanto, os militares não estavam dispostos a abrir mão do controle político do Estado, portanto, implementaram medidas – como a anistia e a lei partidária – que permitiam o retorno da atividade política apenas nas bordas do poder. Vale destacar que essa transição não era teleologicamente encaminhada para uma democracia e coube aos atores políticos oposicionistas construir esse sentido. O projeto inicial de abertura parecia não prever a eclosão de mobilizações e, por isso, encontrou complicações na medida em que se estabeleceu a atuação regular do empresariado, das camadas médias e dos trabalhadores no jogo político. A partir dessa atuação foi forçado o rearranjo de forças políticas e foi determinado o contorno dessa transição, pois, na medida em que o modelo ditatorial não se adequava mais à manutenção das estruturas de exploração no interior do país, era necessário buscar um novo modelo, ainda que ele não estivesse claramente delimitado naquele momento. O regime precisava tecer novas alianças no campo oposicionista, afastando os moderados e liberais da ação emergente dos movimentos sociais, especialmente por conta do aumento da atuação das classes populares e do reposicionamento das forças políticas nas eleições²⁸⁵.

O crescimento eleitoral do MDB transformou-o em um agente político forte e incômodo para o qual era necessária uma nova estratégia política, não sendo mais conveniente sua manutenção como o partido único de oposição. Especificamente em relação à anistia cumpre destacar que o MDB adotou a anistia como parte de seus princípios e pretendeu ser a voz desses movimentos no Parlamento, o que conseguiu de maneira relativamente eficaz. Contudo, a aprovação da anistia não poderia ser de acordo com o defendido pelo MDB sob o risco de fortalecer ainda mais o partido de oposição e de permitir o retorno à vida política de elementos ainda considerados indesejáveis; para tanto, o regime precisou de uma estratégia específica de controle da pauta e de adequação dela à sua agenda de transição.

²⁸⁵ Codato, Adriano, *A burguesia contra o Estado?* Crise política, ação de classe e rumos da transição. Disponível em: http://www.academia.edu/193806/CODATO_Adrino_A_burguesia_contra_o_Estado_Crise_politica_acao_de_classe_e_os_rumos_da_transicao, Acesso em: 05 jul. 2014. p. 5-12.

Coube ao então senador Jarbas Passarinho (ARENA-PA) expressar a vontade do governo de ampliar as liberdades democráticas com a anistia. Passarinho alegava que, apesar dos insultos recebidos pela oposição, Figueiredo não teria se pautado pelo ódio e teria generosamente proposto o esquecimento, no que tinha o apoio da imprensa, como deixava claro o editorial do jornal o *Estado de São Paulo*. A incorporação da temática oposicionista esteve presente, também, no pronunciamento de Nelson Marchezan (ARENA-RS)²⁸⁶, para quem o país seguia em marcha firme e tranquila para conquistar a democracia e a liberdade, alegando ser o melhor projeto possível sem que se abrisse espaço para o risco e para a anarquia. A fala de Marchezan permite a percepção acerca das ameaças de retrocesso presentes no período; ao se tentar ir mais fundo na anistia – com a liberdade de todos os presos políticos ou com a investigação das violações de direitos humanos – se colocaria em xeque toda a estabilidade do país. Pode-se inferir que, além de intimidar possíveis opositores mais radicais, o pronunciamento dialogava com os setores da imprensa e do empresariado, agora na oposição, ao alertar que estavam cedendo o suficiente para criar novas perspectivas de atuação política no Brasil, sem ameaça à ordem estabelecida. O deputado gaúcho, ao enquadrar a anistia como um passo para a democracia e para a liberdade, esboçava uma agenda de transição voltada para a construção de uma democracia baseada no esquecimento dos conflitos passados e na exclusão de elementos considerados perigosos demais. Para permitir sua atuação, a anistia delimitava uma democracia relativa.

Os limites impostos pela ditadura foram interpretados por setores do MDB como uma tentativa de perpetuação do regime. Argumentavam que a pacificação não seria possível com a manutenção das instituições repressivas, como explicitou no plenário Freitas Diniz (MDB- MA), para quem aquela anistia implicaria na “institucionalização de um regime nefasto que dividiu a nação brasileira”²⁸⁷. Em contrapartida, desempenharia um papel de concessão à demanda oposicionista e delimitava até onde o regime estaria disposto a ceder, mantendo o controle do processo político e das instituições. O projeto foi enxergado, naquele momento, como inserido na agenda de transição governamental, abrindo caminho para uma democracia controlada. Por isso, a incorporação de uma reivindicação advinda da oposição não pode ser interpretada como a perda do controle do

²⁸⁶

BRASIL. Congresso Nacional, Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, p. 186.

²⁸⁷

Idem, ibidem, p. 145.

processo, tampouco como o fim da tutela militar sobre o processo político; esses limites estavam explicitados na amplitude e a forma da lei. Devido a essas limitações, os parlamentares do MDB denunciaram a falta de possibilidade de negociação, imposta pelo governo. Ao preterir a oposição do debate teria sido construída uma conciliação falha, pois ignorava a existência da opinião nacional sobre o assunto²⁸⁸. Essa postura de Figueiredo foi possível, apenas, pela vigência de estruturas autoritárias dentro do Congresso, com a presença dos senadores biônicos que garantiriam a maioria para qualquer proposta governamental. Evidencia-se, assim, a plena vigência da ditadura no momento de aprovação da lei. A força da ARENA no Congresso, aliada ao desejo de conciliação, levou o MDB a buscar a construção de um projeto e de estratégias conjuntas com setores arenistas para a aprovação da lei. Esse esforço evidenciou certas proximidades entre os liberais do governo e os da oposição, que pretendiam dar início a um novo regime civil no qual esquecessem os deslizes do passado.

A tática adotada pelo MDB foi de apresentar emendas ao projeto e de disputar os liberais da Arena. Essa tática, já evidente na Comissão Mista, tornou-se patente nos debates em plenário. Para a apreciação dessas emendas, e implementação da referida tática, optou-se pela aprovação do relatório de Ernani Satyro e da votação dos destaques em separado. Assim, o MDB não precisaria arcar com o peso político de votar contra a anistia e abria a possibilidade de aprovação da emenda Djalma Marinho (ARENA-RN), que – embora não tocasse na questão dos mortos e desaparecidos, tampouco no julgamento dos torturadores – possibilitaria a anistia irrestrita, beneficiando todos os presos políticos. Para conseguir a votação dessa emenda, o MDB²⁸⁹ se dispôs a retirar todos os demais destaques para votar somente a emenda Djalma Marinho, argumentando que a aprovação dessa anistia seria o primeiro passo para a anistia ampla, geral e irrestrita. Correndo o risco de ficar repetitivo noto que, novamente, se abria mão da questão da tortura, dos mortos e desaparecidos políticos em nome da construção da conciliação possível. A tática emedebista obteve relativo sucesso e a emenda 53 foi votada separadamente. Começada a votação em plenário, a Arena tentou encaminhar a votação pelas lideranças; essa postura indica uma insegurança da cúpula arenista na votação que seria efetuada por seus parlamentares. Ao tentar apresentar o partido como fechado em

²⁸⁸

Congresso Nacional, Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, p. 187.

²⁸⁹

Idem, ibidem, v. 2, p.216.

relação ao tema, ficou evidenciada a proximidade de alguns dos seus afiliados com setores da proposição de um parlamentar arenista compromissado com que a anistia se referisse ao povo brasileiro e não a partidos políticos²⁹⁰. Votaram em favor da emenda quinze parlamentares da Arena²⁹¹; apesar do expressivo apoio tático não teve sucesso, sendo a emenda rejeitada por 206 a 202. Cumpre observar que estava em vigência no Congresso Nacional o mandato de 21 senadores biônicos da Arena²⁹², do que se pode concluir que a maioria dos parlamentares eleitos pelo voto direto se posicionaram a favor da emenda 53, portanto, as instituições de controle ditatoriais foram centrais para a aprovação da anistia restrita.

A aposta na fragmentação arenista acerca da temática estava já presente nas reuniões da Comissão Mista; em um primeiro momento havia sido consensuada entre os partidos a iniciativa de ouvir os presos políticos, para, a partir desses relatos, orientar as discussões acerca do tema; posteriormente, ocorreu um recuo da ARENA, que se recusou a realizar essas conversas. Essa mudança de posição indica a pressão sofrida pelo partido da situação por parte do governo, que trabalhou nos bastidores e publicamente em favor do projeto enviado, alegando ser o melhor possível. Ao mesmo tempo, pode-se inferir quais seriam os sujeitos indesejados na reconstrução democrática, pois se negava aos presos a possibilidade de participação nesse processo. Após esse recuo a ARENA optou pelo esvaziamento da Comissão, fiando-se na maioria que tinha para qualquer tema e ao mesmo tempo evitando que seus parlamentares pudessem ceder às pressões oposicionistas. A utilização das estruturas autoritárias não se restringiu aos senadores biônicos e à pressão de Petrônio Portela – então Ministro da Justiça – sobre os parlamentares arenistas. A votação contou com a ocupação das galerias do Congresso pelos militares, como forma de coagir os deputados a votar de acordo com o projeto do regime. Para o MDB tratava-se de uma manobra da cúpula militar, com intuito de impedir a presença dos militantes em prol da anistia, que poderiam pressionar os deputados arenistas em favor da ampliação da lei. Interessante notar a contraposição cínica feita pela liderança arenista, segundo a qual os militares na galeria seriam parte do

²⁹⁰ Idem, *ibidem*, v. 2, p. 218.

²⁹¹ José Ribamar Machado - MA, Haroldo Sanford - CE, Paulo Lustosa - CE, Djalma Marinho - RN, João Faustino - RN, Antônio Mariz - PB, Carlos Wilson - PE, Geraldo Bulhões - AL, Murilo Mendes - AL, Wilson Falcão - BA, Paulo Torres - RJ, Ubaldo Dantas - BA, Jorge Vargas - MG, Magalhães Pinto - MG, João Câmara - MS.

²⁹² Convencionou-se chamar de “biônicos” os cargos de governador, prefeito e senador, ocupados por indicação de Colégios Eleitorais, sem que houvesse eleição para eles.

povo brasileiro presente para manifestar suas opiniões. Além disso, a liderança da ARENA acusava o MDB de se recusar a votar a anistia que estava em pauta. A pressão parece ter tido efeito no MDB, que, apesar de denunciar o fato dos militares estarem ali cumprindo ordens, decide que irá aprovar a anistia possível no momento, ao mesmo tempo que responsabilizava a ARENA pela ausência de mudanças no projeto²⁹³.

A noção de ser esse o projeto possível para o momento, a partir do qual se daria a continuidade da luta – tanto pela ampliação da anistia, quanto pela democracia –, parece ter sido hegemônica dentro do MDB. Para Modesto Silveira (MDB-RJ), o projeto governamental atenderia apenas uma parte do clamor nacional em favor da união entre civis e militares²⁹⁴, podendo ser aperfeiçoado pela votação de emendas. O alegado clamor nacional ajuda a compreender a posição adotada pelo MDB: a expectativa em torno da aprovação da anistia era muito alta e, portanto, o custo político de opor-se a essa anistia ainda que restrita poderia ser elevado. Ademais, o apelo emedebista em favor da anistia foi construído em torno de uma política de conciliação para o qual a recusa ao projeto, ainda que restrito e recíproco, seria demasiado conflitante. Negar o projeto do governo contrariaria a ideia do MDB de construir um processo para a democracia, no qual a anistia seria a primeira etapa. Como explicitou o oposicionista Jorge Cury (MDB-RJ), era necessário votar qualquer projeto de anistia – ainda que fosse para apenas um brasileiro –, pois esse era o caminho para a anistia ampla, geral e irrestrita; e para o retorno da democracia²⁹⁵. Entretanto, não foi consensual dentro da bancada tal postura, Elquison Soares (MDB- BA) afirmava ser o desejo do povo a recusa ao projeto governamental, porém faltava ao MDB a firmeza necessária para defender essa posição²⁹⁶. Aparentemente a “falta de firmeza” acompanhou a grande maioria dos deputados e senadores, apenas 29 parlamentares declararam o voto contrário ao projeto²⁹⁷, discordando expressamente da posição adotada pela liderança. As declarações de voto desses parlamentares situavam a aprovação da anistia como uma legitimação do

²⁹³ Congresso Nacional, Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, v. 2, p. 180.

²⁹⁴ Idem, ibidem, v. 2, p. 158.

²⁹⁵ Idem, ibidem, v. 2, p. 126.

²⁹⁶ Idem, ibidem, v. 2, p. 136.

²⁹⁷ São eles: Airton Soares, Elquison Soares, José Carlos Vasconcelos, Edson Khair, José Costa, Francisco Pinto, Jorge Viana, Freitas Diniz, Aurélio Perez, João Cunha, Santilli Sobrinho, Iranildo Pereira, Benedito Marcílio, Maurício Fruet, Mendonça Neto, JG de Araújo Jorge, Gilson de Barros, Otacílio Queiroz, Sérgio Murilo Cristina Tavares, Hélio Duque, Fernando Cunha, Jerônimo Santana, Carlos Bezerra, Carlos Alberto, Jorge Gama, Walter Silva, Florim Cotinho, Edson Vidigal e Hildérico Oliveira.

regime e um passo para a institucionalização de uma democracia relativa. Compreendia-se, assim, uma agenda transicional colocada na qual a anistia serviria de base para a construção do Estado, tendo a maior parte dos parlamentares emedebistas votado a favor dessa agenda. Ainda em relação às declarações de voto, cabe destacar a do deputado arenista Siqueira Campos, para quem o projeto de Figueiredo superava as expectativas da oposição e permitia a implementação da reformulação partidária. Ao aprovar essas leis, que o país ansiava, o governo Figueiredo demonstraria seu caráter patriótico. Estava, nesse momento, colocada a agenda de transição que direcionou a atuação política posterior à aprovação da lei 6683/79, como será analisado na terceira parte deste capítulo.

Esse retorno à democracia passava por esquecer as violações de direitos humanos e por excluir da possibilidade de participação, ou mesmo da ação política, aqueles que ousaram pegar em armas contra o regime. Embora tanto parlamentares arenistas quanto emedebistas reconhecessem a possibilidade de libertação dos presos envolvidos em ações armadas por conta da reforma da Lei de Segurança Nacional, a não inclusão deles na anistia foi considerada um ponto de honra para a ditadura. Entendo que essa temática já foi analisada no segundo capítulo da presente dissertação, no entanto me permito retornar a ela. A ditadura no Brasil esteve empenhada na realização de ações seletivas contra seus opositores, com o esforço constante de manutenção das aparências de normalidade democrática; a violência repressiva foi direcionada e utilizada de acordo com os alvos específicos²⁹⁸. As mortes e desaparecimentos foram utilizados para expurgar aqueles que eram considerados inaceitáveis para o convívio na sociedade brasileira, enquanto a tortura – que já era praticada em larga escala com a população prisional – foi amplamente utilizada contra os presos opositores. Ao mesmo tempo, estabelecia-se uma tutela generalizada sobre as instituições com a elaboração da legislação autoritária. A mesma seletividade parece ter pautado a postura do regime em relação à anistia e à transição para a democracia. O parlamentar Bonifácio de Andrada (Arena-MG) explicitou as escolhas do regime para a transição: uma vez alcançada a estabilidade democrática e o desenvolvimento, era chegado o momento da reincorporação das pessoas à vida política com a pacificação dos espíritos;

²⁹⁸ Teles, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. In: Calveiro, Pillar. *Poder e desaparecimento*. São Paulo: Boitempo, 2013.

para isso foi feito o projeto de lei do governo, mais amplo que o do MDB, pois anistiava Arraes, Brizola e Julião. Andrada deixava claro quais eram as lideranças que seriam reincorporadas à disputa democrática, justamente aquelas que optavam por uma atuação representativa; ao mesmo tempo, deixava claro que era uma minoria de 200 presos os excluídos da transição e ponderava, ainda, que se não fossem comprovadamente terroristas poderiam ser anistiados²⁹⁹. Murilo Badaró (ARENA-MG) procurava justificar tal exclusão afirmando: “a história não dá conta nem dos radicais, nem do radicalismo.”³⁰⁰; estava claro, para o vice-líder da ARENA, a necessidade de retirar, daqueles considerados radicais, a possibilidade de atuação política, perpetuando a seletividade da ditadura. Na disputa por outro projeto de transição, Teotônio Vilela (MDB- AL) afirmava que ninguém era indesejável e somente com a anistia se alcançaria a liberdade desejada³⁰¹.

Parece-me possível afirmar que a formulação do roteiro e dos limites da transição, nela inclusa a anistia, coube aos militares; foram eles a conduzir esse processo, estabelecendo até onde avançaria a liberalização. Entretanto, a presença de amplas mobilizações dos movimentos contrários à ditadura influenciou o ritmo desses acontecimentos e colocou elementos não previstos no roteiro³⁰². Incluiu-se a proposição de anistia por parte do regime, como uma concessão parcial a esse ciclo de mobilizações.

3.2 A inserção da luta pela anistia em um ciclo de confronto sustentado.

As mobilizações em favor da anistia tiveram como base um repertório previamente elaborado de reivindicações e mobilizações. Os militantes reivindicavam a anistia como forma de retorno à democracia. Para tanto se mobilizava o repertório utilizado na campanha em favor da anistia de 1945, retomando as temáticas de pacificação e conciliação. Também as formas de ação basearam-se em um repertório já conhecido – embora estivesse anteriormente bloqueado pela ditadura – com a organização de abaixo-

²⁹⁹ Congresso Nacional, Comissão Mista sobre Anistia. Brasília, 1982, v. 2, p. 45.

³⁰⁰ Idem, ibidem, v. 1, p. 744.

³⁰¹ Idem, ibidem, v. 1, p. 745.

³⁰² Codato, Adriano, *A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e rumos da transição*. Disponível em: http://www.academia.edu/193806/CODATO_Adrino_A_burguesia_contra_o_Estado_Crise_politica_acao_de_classe_e_os_rumos_da_transicao. Acesso em: 05 jul. 2014. p. 5.

assinados, realização de discussões públicas, o envio de cartas aos parlamentares, além de comícios e demonstrações de rua. Ao mesmo tempo, a atuação dos militantes conduzia a uma expansão de horizontes, construindo novas reivindicações, como o julgamento de torturadores e a investigação das mortes e desaparecimentos. Procurava-se construir uma agenda de transição para a democracia de forma a criar novos espaços de atuação política, questionando o controle militar sobre a esfera política.

A compreensão dessa mobilização precisa ser pensada em um ciclo de confronto³⁰³, no qual surgiram novos desafiantes das estruturas vigentes. As diversas mobilizações colocaram-se em choque, direto ou indireto, com as formas de dominação e controle exercidas pela ditadura. Segundo Sidney Tarrow, a conformação desse ciclo de confrontos estaria relacionada à abertura de oportunidades políticas que seriam aproveitadas pelos movimentos opositores. Nesse sentido a proposta de “distensão política” iniciada por Geisel e Golbery³⁰⁴ teria permitido uma maior possibilidade de atuação das forças oposicionistas, ao mesmo tempo que demonstrava um fracionamento do bloco no poder, o que abriu espaço para a busca por transformações. Os espaços abertos pela cúpula militar pretendiam rever certos aspectos do regime para institucionalizar um modelo político mais liberal, com a restauração gradual de liberdades civis mínimas. A abertura dessas oportunidades de liberalização foi aproveitada por uma esquerda em processo de reformulação política e teórica. Em verdade aconteceu de maneira concomitante ao processo de retomada dos trabalhos de base nos anos 1970: nesse momento não se tratava mais de elaborar dentro de uma vanguarda a estratégia revolucionária, mas de construir uma politização da vida cotidiana com a construção de ações de resistência – ainda que diminutas – pelas massas populares³⁰⁵. Como é hoje de conhecimento geral, essas mobilizações ocorridas nas periferias das grandes cidades e nas fábricas ganharam grande força, podendo ser considerado seu grande marco público a irrupção do movimento grevista de 1978. Essa alteração significativa na sociedade com a mobilização de novos personagens na cena

³⁰³ Tarrow, Sidney. *O poder em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, p. 201.

³⁰⁴ Codato, Adriano, *A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e rumos da transição*. Disponível em: http://www.academia.edu/193806/CODATO_Adriano_A_burguesia_contra_o_Estado_Crise_politica_ac_ao_de_classe_e_os_rumos_da_transicao, Acesso em: 05 jul. 2014. p. 1.

³⁰⁵ Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 172-173.

política levou à criação de uma série de demandas políticas com a inclusão de liberdades democráticas, o direito de greve, a liberdade sindical, além dos reajustes salariais. Essa nova politização marcou o período de transição e foi o início de uma mobilização continuada por toda a década de 1980, com o estabelecimento de toda uma extensa rede de solidariedade aos operários mobilizados, incluindo pastorais, artistas, estudantes, jornalistas, sindicatos e parlamentares da oposição. Entretanto, as respostas às mobilizações sociais não se deram sempre da mesma forma, não sendo fácil definir claramente uma mudança como produto da ação de um movimento ou grupo específico. As respostas elaboradas pela elite no poder aconteceram em relação ao ciclo generalizado de conflitos, não se restringindo apenas a um movimento social específico. Evidentemente, a atuação focada de movimentos, a clareza das reivindicações e seu respaldo na sociedade podem ser fatores determinantes para compreender o porquê do sucesso de determinadas iniciativas. Em contrapartida, pôde-se estabelecer concessões graduais e parciais, que agradaram aliados e setores menos radicalizados, diminuindo o poder disruptivo dos movimentos e permitindo o reestabelecimento do controle social. Ao mesmo tempo, essas aberturas parciais criaram espaços para uma atuação política que possibilitava o aumento das pressões contra o regime, levando o Estado a fazer concessões³⁰⁶.

As mobilizações operárias do período foram inovadoras politicamente, com uma contestação expressa das estruturas sindicais herdadas do período varguista; apostavam em uma mobilização feita diretamente nos locais de trabalho, com autonomia dos trabalhadores perante vanguardas de qualquer espécie. Essa mobilização deve ser compreendida no processo de reformulação das práticas políticas, que marcou os anos de 1970. Após a derrota das experiências de luta armada fez-se necessário fazer a autocrítica dos projetos políticos mobilizados. Passou-se a considerar de maior importância a organização de novas estruturas políticas e sociais que permitissem a participação das pessoas e construíssem novas relações. Esses novos movimentos sociais e o novo sindicalismo tiveram sua ascensão em um período de grave crise econômica e arrocho salarial; buscavam melhorias objetivas nas condições de vida na cidade com a

³⁰⁶ Ciambarella, Alessandra. “*Anistia ampla, geral e irrestrita*”: a campanha pela anistia política no Brasil (1977-1979), Dissertação (mestrado) em História UFF, Niterói, 2002, p. 22.

melhoria de salários e a criação de serviços públicos de saúde, transporte e educação. Alessandra Ciambarella, em sua dissertação de mestrado, afirmou que esses movimentos foram encarados pela imprensa da época como uma resposta às promessas de distensão feitas por Geisel³⁰⁷; estariam aproveitando os espaços abertos para criar uma contestação à maneira como viviam. Junto a isso, testavam os limites da transição ao colocar em movimento os operários e reavivavam o fantasma da luta de classes, unindo suas reivindicações econômicas com a construção de uma autonomia política. Não se tratava de apenas solicitar à ditadura a possibilidade de atuação política, mas de construir diretamente uma política sobre a qual o regime não tinha controle.

As mobilizações em favor da anistia inseriram-se nesse conjunto maior de mobilizações. Para Fabíola Brigante DelPorto os movimentos de anistia inauguraram a reivindicação por direitos, contribuindo para a formação da noção de cidadania, sendo fundamental para a constituição da sociedade civil brasileira. Sob essa perspectiva a luta pela anistia se inseria em uma gramática de direitos humanos, que, conjuntamente, com a ascensão de novos movimentos sociais colocou os direitos humanos não como direitos individuais, mas como direitos sociais. Para a autora a oposição à legislação de exceção, a denúncia às torturas e a investigação dos desaparecimentos políticos deram início à busca pelo restabelecimento do Estado Democrático de Direito. A aprovação da lei de anistia teria representado uma vitória e demonstrado a possibilidade de conquistar direitos, sendo fundamental para o fortalecimento dos movimentos sociais em oposição ao regime que esperava que trocassem “a cidadania política pela econômica e social”. Nesse sentido, para a autora, os movimentos por direitos civis emergentes ao sentirem a anistia como uma conquista frente ao governo estabeleceram um marco para a conquista de outros direitos e para o estabelecimento da sociedade civil. Parece-me, entretanto, que essa qualificação confere à aprovação da lei de anistia um papel equivocado em relação aos demais movimentos sociais. As mobilizações operárias e de bairros antecederam a aprovação da lei 6683/79, em um processo de renovação das práticas de trabalho de base dos sindicatos e das novas estratégias de mobilização da Igreja

³⁰⁷

Idem, *ibidem*, p. 96 -98.

Católica³⁰⁸, sendo os anos anteriores à aprovação da lei marcados por uma intensa agitação operária³⁰⁹.

O esforço de popularização da anistia pode ser observado na elaboração dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Ambos surgiram das mãos de militantes ligadas às campanhas em favor da anistia com o intuito de levar ao público feminino uma politização de seus problemas cotidianos. Os jornais colaboraram para a divulgação e estruturação do Movimento do Custo de Vida, pautando a organização direta das mulheres da periferia para questionar a divisão do trabalho doméstico e apontar a responsabilidade do Estado de oferecer serviços públicos como creches e postos de saúde³¹⁰. Dessa forma, colocavam em pauta a exploração das mulheres trabalhadoras e apontavam para a necessidade de mudanças estruturais para que se obtivessem melhores condições de vida. Aproveitavam-se do machismo estrutural da sociedade, que considerava a oposição construída por elas como algo tolerável por ser feminina e de cunho emocional, para construir uma agenda de transição que passava pelo apoio aos candidatos da oposição como forma de ampliar as forças contrárias à ditadura, permitindo o crescimento do movimento popular. A utilização dos jornais para relacionar os problemas cotidianos da vida nas periferias das grandes cidades com as estruturas autoritárias da ditadura procurava levar a luta pela anistia e pelas liberdades democráticas para setores mais amplos que o meio universitário.

Embora possamos registrar as tentativas de popularização da bandeira da anistia, a participação efetiva dos sindicatos nos CBAs e na campanha pela anistia se deu de forma muito tímida. Começou-se a esboçar uma participação maior no ano de 1979, já

³⁰⁸ Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 27-28.

³⁰⁹ Em sentido semelhante Heloísa Greco atribuiu ao movimento de anistia um forte pioneirismo em termos de contestação ao regime, pois os CBAs inauguraram o espaço público de oposição direta à ditadura. Contudo, a capilaridade social desse pioneirismo foi matizada pela autora ao apontar para as limitações e dificuldades na popularização do movimento. Destacou a precária articulação com setores populares expressada na ausência dos movimentos sociais no conselho consultivo do CBA. Greco observou que o desafio da popularização teria sido diagnosticado pelo próprio movimento. Ela seria considerada fundamental para o avanço da luta, mas não os CBAs não conseguiram mobilizar as bases das entidades e movimentos sociais para a luta pela anistia. Parece-me acertado compreender esses esforços de popularização como parte importante da campanha em favor da anistia, sendo um indicativo de sua inserção nesse ciclo de confronto sustentado contra a ditadura.

³¹⁰ Leite, Rosalina Santa Cruz; Teles, Amelinha. *Da guerrilha à imprensa feminista*. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 194-198.

às vésperas da apresentação do projeto de lei³¹¹. Foi marcante nesse processo de aproximação – com a classe trabalhadora organizada em sindicatos – a realização do Comício de Primeiro de Maio, na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, em plena mobilização metalúrgica por melhores salários e contra a intervenção do governo; foi pautada a importância da anistia política para que os militantes pudessem continuar com suas lutas. O apoio dos CBAs e de artistas como Vinicius de Moraes, presente no comício, foi fundamental para construir laços de solidariedade entre os operários mobilizados por melhores salários e os militantes da anistia; nesse sentido, a organização da campanha de arrecadação para o fundo de greve, feita pelo CBA-SP, deixava em evidência a inserção de ambos os movimentos em um mesmo projeto de contestação à ditadura. Começava a se desenhar uma possibilidade real de popularização das reivindicações de anistia ampla, geral e irrestrita, com a crítica ao aparelho repressivo do Estado. Outro episódio que traçou um caminho para essa popularização aconteceu alguns meses antes, em fevereiro: a torcida do Corinthians abriu uma faixa com os dizeres: “anistia ampla, geral e irrestrita”. Nas vésperas da apresentação da lei 6683/79 ao Congresso começava a ganhar força de reivindicação popular a bandeira da anistia, colocando-se como um desafio ao regime.

Nesse sentido pode-se compreender uma tentativa de construir uma outra transição por parte desses movimentos. Essa transição estaria pautada na ocupação do espaço político com a organização de movimentos sociais que se opunham tanto em suas bandeiras quanto na própria forma de se articular politicamente às estruturas autoritárias da ditadura. Dentre essas mobilizações ganhou especial relevo a luta pela anistia e a aprovação da lei 6683/79 pelo Congresso Nacional. O parlamentar João Gilberto (MDB-RS) interpretou-a como uma grande vitória da oposição, sendo fruto da sua luta, pois todos sabiam que lutar por anistia dava cadeia; e a mobilização popular teria imposto essa derrota ao governo³¹². No mesmo sentido manifestou-se recentemente o representante do fórum dos ex-presos políticos, Ivan Seixas, para quem se teria derrotado politicamente a ditadura com a campanha pela anistia, ao mesmo tempo que teriam participado do pacto com os militares apenas os colaboradores do regime que estavam

³¹¹ Rodeghero, Carla Simone; Dienstmann, Gabriel; Trindade, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Florianópolis: Edunisc. 2011. p. 116.

³¹² Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, p. 616.

no partido de oposição³¹³. A análise da aprovação da anistia como uma vitória oposicionista parece-me inexata. Proponho que essa ampla mobilização levou o Estado a estabelecer concessões que desfizessem esse bloco oposicionista, reincorporando os setores de profissionais liberais e empresários, que tinham migrado para a oposição.

Aprimoraram-se assim os mecanismos de gestão e governo com o incremento de novos meios de controle social. Nesse momento, a anistia serviu como um pacto que reacomodou setores divergentes, permitindo o retorno dos exilados e a participação na política institucional.

3.3 A reforma partidária e a dispersão política.

A permissão da reincorporação de alguns militantes à vida política, de maneira previamente delimitada, que fez parte da agenda governamental da anistia, esteve clara na própria mensagem do General Figueiredo enviada ao Congresso junto à lei. A mensagem presidencial se referia a um momento no qual: “Alarga-se o horizonte político, cabendo neste contexto a participação de todos os brasileiros que pretendem oferecer sua contribuição.”³¹⁴ Sinalizava-se para a possibilidade de atuação de forças anteriormente bloqueadas da vida política, desde que, inseridas em uma perspectiva democrática e respeitadora dos direitos e deveres de todos. Figueiredo retomou a anistia como uma continuidade dos ideais da “Revolução”, que teria permitido o desenvolvimento econômico, social e moral do país. Essa sinalização deve ser compreendida como uma resposta ao conjunto de mobilizações empreendidas no país. Era impossível ao governo não incorporar elementos da oposição, sob o risco de perder o controle do processo transicional. Uma vez que esse campo passou a incluir desde setores do empresariado até trabalhadores grevistas, fazia-se necessário adotar políticas para dividir essa oposição, trazendo parte dos civis para o processo de transição institucional e mantendo os setores considerados perigosos isolados politicamente. A anistia foi, então, o primeiro passo desse processo de dispersão. Ao conceder parcialmente a demanda oposicionista, retirava

³¹³ A fala de Ivan Seixas foi proferida no dia 28/08/2009 na Faculdade de Direito da USP, durante o evento *30 anos da lei de anistia*. Assistida por mim e documentada em vídeo pelo Laboratório de Estudos de Intolerância da USP.

³¹⁴ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, p. 21.

a força da bandeira, que unificava diferentes setores e deixava os militantes, considerados mais radicais, excluídos do processo. O segundo passo dessa dispersão foi indicado na própria mensagem presidencial, que afirmou que a anistia:

É proposta ao Congresso Nacional quando, graças à Emenda Constitucional nº11, um grande debate se trava sobre os partidos políticos e o destino do bipartidarismo que, historicamente, se impôs, mas já não atende as aspirações do eleitorado brasileiro nem ao anseio de políticos de ambos os partidos. Com o multipartidarismo abrir-se-ão novas portas à atividade política partidária até agora contida pela lei³¹⁵

A referida EC previa novas regras para a criação de partidos políticos, deixando claras as premissas a serem reguladas pela lei orgânica de partidos políticos (6767/79). Para além da proximidade da apresentação das leis, a presença explícita da defesa do multipartidarismo na justificativa da lei 6683/79 evidenciou a existência de uma agenda governamental de dispersão política. Ao reconhecer a demanda presente – em ambos os partidos – Figueiredo sinalizava para uma convergência e para a perspectiva de disputa harmoniosa da atuação política dentro das instituições democráticas, buscava direcionar o embate que deveria ser travado pela oposição e pela situação. O MDB, criado para ser uma oposição consentida e controlada, já era um agente político importante e incômodo na disputa pelo modelo de transição devido ao aumento de seu potencial eleitoral e à aproximação dos movimentos sociais. Era necessário explorar as tensões internas dos opositoristas para diminuir sua força política. A aposta do governo foi de dividir a oposição em seus vários segmentos ideológicos, permitindo a reaproximação de setores da elite do bloco governativo e diluindo os setores mais radicais em pequenas forças. Figueiredo avaliava ter chegado o momento de acabar com o sistema bipartidário, que já não cumpria mais sua função de controle do Congresso. Com o surgimento de novas demandas opositoristas, que não poderiam ser resolvidas apenas com uma estratégia repressiva, fez-se necessário criar meios de expressão política para essa oposição. A estratégia adotada incorporava, de maneira explícita, a demanda opositorista expressada, anteriormente, pelo MFPA, que antes da posse do General fez “um apelo para que o futuro presidente 'empunhe' [empunhasse] a bandeira da reconciliação da

³¹⁵

Idem, *ibidem*, p. 22.

família brasileira que permitirá o pluripartidarismo”³¹⁶. Evidenciou-se uma convergência de agendas de transição, na qual era necessário conciliar a família brasileira para que se retomasse a democracia com a formalização de partidos. Para o MFPA-RS isso permitiria igualdade de homens e mulheres nos partidos políticos, sendo a anistia uma ferramenta para a efetivação da democracia representativa. Figueiredo analisou ser possível ceder às demandas colocadas sem abrir mão do controle do processo político. Atribuiu-se, assim, uma autorrepresentação democrática, pois, orientado pelos anseios populares de participação e organização política, permitiria o retorno dos exilados ao país e à vida política com a anistia e, ao mesmo tempo, possibilitaria aos exilados a organização em partidos, que possibilitariam a atuação nas transformações que o país vivia. Esta teria sido a mão estendida para a conciliação.

Todavia, a construção desse projeto de transição esteve longe de ser algo aceito em uníssono pela oposição. Como já mencionado aqui, além das próprias limitações impostas à anistia, o regime optou por demonstrar sua força com a ocupação das galerias do Congresso por militares. Esse tipo de demonstração de força e autoritarismo seria, na visão do senador Teotônio Vilela, a base para a reforma partidária que se aproximava, portanto estaria condenada a não atender os reais interesses da população³¹⁷. Para Vilela, essas medidas serviriam para consolidar uma democracia relativa, com a torção das demandas política presentes no discurso oposicionista de forma a impedir a participação efetiva dos 120 milhões de brasileiros. Para além da retórica do parlamentar, convém ressaltar que se evidenciava a manutenção do controle militar do processo de transição, portanto, a manutenção do regime ditatorial até o final da década de 1980.

No entanto, a análise da fragmentação partidária oposicionista parece interessante para compreender a atuação do setor oposicionista nesse processo, suas demandas e articulações. A reorganização partidária colocou aos oposicionistas um dilema: por um lado dispersava-se a frente unitária construída em torno da anistia e das liberdades democráticas, já por outro, se permitia a realização de planos antigos da fundação de

³¹⁶ *Correio do Povo*, 29.07.1978. Apud Rodeghero, Carla Simone; Dienstmann, Gabriel; Trindade, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Florianópolis: Edunisc, 2011. p. 135.

³¹⁷ Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, p. 174, v. 2.

partidos, articulados tanto em território nacional quanto a partir do exílio³¹⁸. Para Rodeghero, a reforma partidária ocorrida pouco após a anistia canalizou a atuação e a força da oposição, deixando as mobilizações em favor da anistia irrestrita e a demanda por investigações das mortes e desaparecimentos a cargo dos familiares³¹⁹. Por concordar com essa análise pretendo analisar, em sequência, como se deu o direcionamento das forças oposicionistas para a formação dos novos partidos políticos, inseridos em um projeto de transição desenhado a partir de cima. A grande frente oposicionista deu origem a cinco partidos: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o Partido Popular, o Partido Democrático Trabalhista, o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores.

Embora se associe a formação do PP à oposição essa afirmação não é exata. O partido criado por Tancredo Neves associou a ala moderada do MDB aos dissidentes da ARENA; a intenção era posicionar-se como um partido capaz de ser o mediador entre o regime e a oposição, arrogando para si próprio o papel de condutor da transição política. Para efetuar essa aproximação dos recém-saídos da ARENA, Neves precisava estar afastado dos setores considerados esquerdistas do MDB. Ao mesmo tempo, a saída do partido da oposição permitiu uma maior aproximação com setores do empresariado nacional. Os interesses do PP estiveram diretamente associados a banqueiros que pretendiam influenciar diretamente a transição; entre seus membros estiveram Herbert Levy e Olavo Setúbal. Essa proximidade com o setor financeiro permitiu ao PP uma grande quantidade de recursos para a estruturação partidária, formando o segundo maior partido de oposição, atrás apenas do PMDB³²⁰. A criação de um partido de oposição conservadora foi saudada pelo então ministro da Justiça Petrônio Portela – o mesmo que elaborou a lei de anistia. Os esforços de aproximação com setores arenistas estavam já presentes no processo de luta pela anistia; o próprio senador Teotônio Vilela escolhido pelo MDB para conduzir a Comissão Mista passou grande parte de sua vida política na Arena. Não pretendo com isso deslegitimar a luta política em favor da anistia empreendida pelo senador, apenas fazer notar as aproximações estabelecidas entre

³¹⁸ Rodeghero, Carla Simone; Dienstmann, Gabriel; Trindade, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Florianópolis: Edunisc, 2011. p. 310.

³¹⁹ Idem, ibidem, p. 305.

³²⁰ Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis: Vozes, 1987. p. 279-282.

oposição e situação durante o processo transicional. As discussões acerca da anistia contaram com uma forte aproximação de setores arenistas descontentes, com os quais se considerava possível aprovar uma anistia irrestrita. Teve especial relevância nesse processo o deputado Djalma Marinho (Arena- RN), autor da emenda 53. Marinho propunha a anistia irrestrita aos participantes da luta armada, pois considerava que embora o terrorismo fosse condenável era necessário o esquecimento coletivo como uma forma de perdão da história. Essa emenda foi encampada pelo MDB em um esforço de conquistar os setores da Arena oriundos de uma ala considerada liberal da UDN. Ao contrário do que se possa imaginar, não coube exclusivamente à ala moderada do MDB a busca por essa aproximação. Foi Roberto Freire (MDB-PE), ligado ao PCB, que levou a discussão da emenda 53 ao plenário, explicitando em seu discurso a tentativa de negociação com a ARENA³²¹, no que obteve relativo sucesso, pois a emenda foi derrotada por apenas quatro votos (206 a 202). Cumpre observar que apesar dos esforços do MDB de aproximação com Marinho, esse se manteve no partido da situação mesmo após o fim do bipartidarismo, não ingressando no PP e tampouco no PMDB.

Esses dois partidos voltaram a se unir após dois anos com a incorporação do PP ao PMDB. Essa decisão ocorreu devido à aprovação da proibição de coligações partidárias e da imposição do “voto vinculado”, que obrigava o eleitor a escolher candidatos do mesmo partido de vereador a governador. A avaliação oposicionista era de que a fragmentação entre o PP e PMDB ampliaria a força do PDS³²². Essa incorporação ao PMDB reuniu novamente setores ligados ao empresariado nacional, acrescidos de egressos da Arena; com a militância liberal emedebista, que incluía nomes como Ulysses Guimarães, além dos futuros fundadores do PSDB – associados à democracia cristã – como Franco Montoro e Mario Covas. Ademais, baseados na avaliação frentista de aliança ampla, estavam presentes no PMDB organizações da esquerda comunista e revolucionária, como o PCB, PC do B e MR8; avaliavam ser o momento de atacar a ditadura com todas as forças e para isso era necessário não dispersar esforços que ameaçassem o processo de transição. Neves, após retornar ao PMDB, foi eleito governador de Minas Gerais e ganhou grande projeção nacional durante a campanha “Diretas Já”; continuou exercendo um papel de mediador com grupos participantes, ou

³²¹

Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 1, Brasília, 1982, , p. 684.

³²²

Partido Democrático Social, de orientação governista, cujos quadros eram oriundos da Arena.

recém-saídos, das estruturas do regime. A partir da Aliança Democrática, que congregava setores do PDS com o PMDB, firmou-se candidato à presidência e foi eleito pelo Colégio Eleitoral.

O fim do bipartidarismo possibilitou o retorno da organização partidária vinculada ao trabalhismo varguista, com a fundação do PTB e do PDT, que reivindicavam a herança de Getúlio. Entretanto, seria enganoso pensar na articulação dessa tendência como algo posterior à lei, tanto pelo número de parlamentares que após a cassação do PTB entraram no MDB, quanto pela atuação de lideranças trabalhistas nas campanhas de oposição à ditadura. Destaca-se, nesse sentido, a existência de um bloco trabalhista dentro do MDB, com posições próprias que incluíram a formulação de emendas específicas à lei de anistia, como a emenda 8 – que pretendia garantir o custeio do Estado para o retorno dos exilados e o estabelecimento de uma comissão para investigar as mortes e desaparecimentos. Evidenciava-se, assim, a existência de fissões internas no MDB e a demanda pela reforma partidária dentro do MDB, já articulada com a organização para a formalização de partidos políticos. Essas fissões foram exploradas pela ARENA durante os debates acerca da anistia; para os arenistas o projeto de anistia enviado pelo MDB – antes da lei 6683/79 – excluía propositalmente lideranças como Leonel Brizola e Francisco Julião por temer perder o protagonismo no processo político. A defesa dessa posição por parte da ARENA antecipava a intenção de apostar na divisão da oposição com o pluripartidarismo e em um rearranjo das forças políticas com o retorno de exilados. Essa mudança de tática ganha mais destaque devido à ARENA ter sido contrária à criação de novos partidos até 1979, enquanto o MDB a defendia programaticamente. Em contrapartida, Jorge Uequet (MDB-RS) declarava que “enganam-se os que acham que vão nos dividir com a chegada de novas lideranças”³²³, pretendendo reafirmar a continuidade da luta política em oposição à ditadura, e em favor das liberdades democráticas. Para ele, o retorno dessas lideranças serviria como um catalisador das lutas, pois seriam mais militantes em suas fileiras.

³²³

Congresso Nacional. Comissão Mista sobre Anistia. v. 2, Brasília, 1982, p. 179.

Todavia, essa atuação política já estava direcionada para uma construção de alternativas político-partidárias ao MDB; em junho de 1979 lideranças³²⁴ da seção gaúcha do MFPA foram a Lisboa participar do congresso de rearticulação do partido trabalhista. Em relação a essa articulação é necessário compreender que a retomada do imaginário varguista esteve presente na origem da luta pela anistia no Rio Grande do Sul; desde 1975 o aniversário de morte de Getúlio era utilizado para pronunciamentos, na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, em favor da anistia com a retomada da campanha de 1945. Ademais, as militantes gaúchas estiveram presentes no funeral do ex-presidente João Goulart, no qual estenderam uma faixa da campanha pela anistia sobre o caixão, marcando de novo uma associação entre o trabalhismo e a defesa da anistia como parte das liberdades democráticas. Parece-me uma decorrência lógica desse engajamento a referida participação no congresso de Lisboa, bem como o ingresso de Lícia Pires e Mila Cauduro como militantes do PDT, sendo a segunda a vice-presidente do partido. A integração da luta pela anistia no RS com a articulação desse campo político ficou ainda mais evidente na análise do caso de Klassmann e Glênio. Os dois vereadores, pelo MDB, tiveram seus mandatos cassados em 1977 e após a anistia conseguiram – graças a uma intensa campanha do MFPA – ter os mandatos reestabelecidos e terminaram de exercê-lo pelo partido que ajudaram a fundar, o PDT de Brizola. Faz-se necessário destacar a importância de Brizola nesse processo de rearticulação do trabalhismo. O ex-governador era amigo pessoal de Mila Cauduro e residia em Lisboa de onde buscava retomar os contatos com grupos internacionais e partidos socialistas em favor da reorganização partidária no Brasil. O próprio retorno de Brizola ao país, após a anistia, só pode ser compreendido, se inserido dentro de uma agenda de transição que perpassava pela refundação de seu partido. Ele optou por desembarcar no Uruguai e de lá seguir para São Borja – cidade natal de Getúlio Vargas e João Goulart – para reafirmar seu compromisso político com o projeto trabalhista. Seu retorno tornou-se um ato voltado para as bases partidárias e não para a continuidade da campanha da anistia. As tensões internas do MDB em favor da formação do novo partido foram analisadas por Rodeghero. Para a autora, os trabalhistas dentro do MDB passaram a colocar publicamente as

³²⁴ Essas líderes eram Mila Cauduro, Francisca Brizola Rotta e Lygia Azeredo Costa. Cf. RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Florianópolis: Edunisc, 2011. p.183.

limitações encontradas pelo partido na construção da oposição, uma vez que contavam com instrumentos fracos, e o partido era um grande guarda-chuva de propostas excludentes³²⁵.

Ao contrário do que se poderia imaginar, em um primeiro momento, não coube a Brizola a refundação do PTB, embora o governador assim o desejasse. Não foi ele que retomou o nome do partido de Getúlio e Jango, como herdeiro dessas lideranças políticas do trabalhismo. A herança se deu em sentido literal: a fundadora do partido foi Ivete Vargas – sobrinha de Getúlio – articulada com setores trabalhistas, junto a setores janistas em São Paulo e lacerdistas no Rio de Janeiro. Ela conseguiu construir um partido com peso político decisivo. Esse partido tem particular importância pelo papel duplo que exerceu após a retomada do multipartidarismo, pois não foi marcado por um alinhamento sistemático nem com a oposição nem com o governo, sendo sempre um agente negociador³²⁶. Também foi esse partido um dos principais opositores a qualquer revisão da lei de anistia. A consolidação do PTB de Ivete Vargas, em especial no que se refere à disputa judicial contra Leonel Brizola, deve ser compreendida no projeto de dispersão política do regime, que procurou dividir a base varguista para enfraquecer figuras especialmente malquistas pela ditadura, como Leonel Brizola.

Durante as discussões do II Congresso pela Anistia, ocorrido em novembro de 1979, aparecia de forma clara a perspectiva de reorganização partidária. Perseu Abramo considerava que a continuidade da luta pela anistia deveria ser feita por dentro dos partidos políticos. Segundo Abramo, esses partidos já estavam se organizando na prática e precisavam trazer de volta seus exilados, integrar aqueles que saíam da prisão à vida política e lutar pela responsabilização dos torturadores de seus companheiros. Entretanto, considerava que essa forma de mobilização tenderia a se afastar dos movimentos de anistia, por estes terem como característica marcante o caráter de frente³²⁷. Em sentido diverso dos partidos trabalhistas de inspiração varguista – mas, também, como forma de continuidade das lutas ocorridas até 1979 – foi criado o PT. O partido pretendia ser a

³²⁵ Rodeghero, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Florianópolis: Edunisc, 2011. p. 269.

³²⁶ Alves, Maria Helena Moreira, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis: Vozes, 1987. p. 275.

³²⁷ ABRAMO, Perseu. Questões da continuidade da luta pela anistia, out./nov. de 1979. Dossiê Anistia. Centro de Documentação Sérgio Buarque de Holanda, Fundação Perseu Abramo.

negação do peleguismo associado à estrutura sindical criada por Vargas e utilizada pela ditadura como forma de controle das mobilizações. Foi a partir das mobilizações analisadas no item anterior deste capítulo que surgiram os quadros e a base social desse partido: ele seria a organização que representava os novos personagens políticos. Nesse sentido, pode-se afirmar que o PT saiu do script de transição elaborado pelo regime; não se esperava que os nascentes movimentos sindical e popular conseguissem organizar-se para cumprir as exigências colocadas na lei de partidos políticos, bem como não se pretendia a incorporação desses novos sujeitos na esfera política, uma vez que a mobilização operária era considerada – pelos militares – um risco à própria transição. Um dos fundadores do partido, Perseu Abramo, manifestou-se assim na época:

A anistia parcial e a reformulação partidária limitada — duas outras respostas da Ditadura para enfrentar a nova conjuntura — contemplam, em parte, os anseios oposicionistas (tanto liberais quanto esquerdistas) por liberdades políticas, mas não resolvem, sequer parceladamente, as novas demandas expressas nas greves.³²⁸

Abramo reconhecia na anistia e na reforma partidária um projeto conjunto de divisão da oposição. Para ele tratava-se de permitir maiores liberdades políticas para a oposição, incluindo tanto esquerdistas quanto liberais. Evidenciava-se nessa fala a divisão dentro da oposição e a percepção da estratégia da ditadura de separar essas demandas para enfraquecer o projeto contestador, com o isolamento dos operários do jogo político. O artigo, escrito em 1980, reforçava a perspectiva de que os novos personagens não encontravam espaço para suas demandas políticas nas estruturas anteriores da esquerda, muito menos na política controlada desde cima pelo regime. A ideia presente no texto, de novas demandas apresentadas pelas greves que diferiam das demandas apresentadas pela oposição de esquerda em prol da anistia, permite inferir que a exigência do julgamento dos torturadores, a investigação das mortes e desaparecimentos e a apuração das responsabilidades da ditadura não estavam na ordem do dia das greves e da formação do partido. Concomitantemente indica a ausência de apoio aos trabalhadores por parte dos liberais e esquerdistas, com quem formavam uma frente antes da aprovação das leis 6.683 e 6.767. Embora os representantes da nova política se posicionassem de forma crítica ao novo sistema partidário e denunciassem o não atendimento das demandas dos trabalhadores, optaram por integrá-lo e direcionaram

³²⁸

Abramo, Perseu. A greve, as prisões e os CBAs, *Jornal Movimento*, 20/04-04/05/1980.

seus esforços militantes à ocupação dos espaços instituídos. Dessa maneira a formação do PT – ainda que não desejada – se enquadrou no projeto de transição controlada proposto pelo regime. A formalização do partido implicou no cumprimento das exigências burocráticas para a oficialização do partido, que precisou de 5% do eleitorado nacional dividido ao menos em 9 Estados, com diretórios em ao menos 1/5 dos municípios de cada um dos Estados. Para se adequar a todas essas exigências foi necessário que se direcionassem para essa campanha os trabalhos em bairros, fábricas e comunidades, a princípio com intuito de criar um partido que estivesse junto às demandas populares e funcionasse como dinamizador da luta³²⁹. Ainda assim a fundação de um Partido dos Trabalhadores encontrou resistência por parte da ditadura. O parágrafo terceiro do artigo quinto da lei 6.767/79 previa a impossibilidade de se utilizar denominações partidárias que incitassem sentimentos de classe, em uma clara tentativa de exclusão dos setores mais radicais da oposição política. Contudo, o PT alegou que não participavam da sua composição apenas operários, já que contava com setores da classe média e camponeses unidos em um programa partidário; com essa argumentação conseguiu obter sucesso na adequação às normas partidárias e se oficializar como partido.

Teve especial importância para a formulação desses partidos políticos a possibilidade de participação ativa dos exilados. Fica clara sua relação com a anistia, que abriu caminho para essa reinserção dos exilados na vida político-partidária. A demanda de inserção dos anistiados na vida partidária foi claramente expressa na emenda 292, proposta pelo senador Tancredo Neves (MDB-MG):

Art.: Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão votar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de um ano da vigência dessa lei.

Justificativa: A norma visa a devolver, imediatamente, ao convívio partidário os que voltam ao Brasil por recuperação dos direitos políticos.

Estava explícito o interesse de direcionar a atuação dos exilados para a esfera institucional permitindo seu retorno “ao convívio partidário”. Essa demanda de participação nas vias políticas parlamentares era representativa de uma agenda

³²⁹

Posteriormente, ao longo da história do PT, a tendência a construir um partido voltado para a ocupação cada vez maior desses espaços tornou-se maior. O PT deixou de se enxergar como uma ferramenta para dinamizar mobilizações sociais para disputar efetivamente o poder. Para uma história do Partido dos Trabalhadores ver Secco, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

transicional que tinha como base a atuação democrática nos partidos; seria neles que se efetivaria “a recuperação dos direitos políticos”. A demanda, advinda do MDB, foi bem acolhida pela ARENA, sendo a única emenda integralmente acolhida pelo relator Ernani Satyro no projeto enviado para o plenário. Não me parece exagerado afirmar que os projetos da oposição e da situação confluíram para o direcionamento da atuação em partidos políticos, para o qual a anistia era uma etapa necessária. A participação nas mobilizações pela anistia serviu como base para a construção de uma política partidária para além do MDB. Parte dos militantes envolvidos na campanha tinha ali sua primeira experiência de fazer política e construía nele novos agrupamentos. A construção conjunta de militantes de origem comunista, ex-guerrilheiros, movimento estudantil, familiares de mortos e desaparecidos, acrescida de uma atuação do setor jovem do MDB, levou a uma oxigenação da atuação partidária e à criação de novas aspirações colocadas na ordem do dia com a transição que se anunciava. A militante Maria Auxiliadora Arantes expressou da seguinte forma as perspectivas que marcaram a época:

[...] A partir daí os movimentos de anistia se dissolveram, e nenhuma organização nacional [...] tocou [...] essa luta para frente como uma questão própria. [...] Nós achávamos que a luta pela anistia foi uma campanha [...] com começo, meio e fim. [...] todo o contingente da própria militância política já estava livre para se expressar. [...] Naquele momento, na nossa compreensão, [...] a liberdade de organização e de manifestação volta, inclusive, o reassentamento da vida política e eu acho que essas bandeiras deveriam ter sido assumidas por esses partidos, sobretudo os que [...] de um jeito mais genuíno se organizaram a partir da luta pela anistia. [...] as pessoas que organizaram o CBA foram retornando aos seus lugares de origem, sindicatos, associações estudantis, de professores, movimento de artistas etc. [...]

O movimento de Anistia foi um movimento de frente única, ou seja, [...] as posições divergentes, de uma certa forma, eram acomodadas para se fazer uma luta comum, que era a volta dos exilados, abertura das prisões, desmontagem do aparelho de repressão, esclarecimento dos casos dos mortos e desaparecidos. [...] A gente achava que [...] essas lutas iam ser incorporadas por outros setores e segmentos políticos, organizados com toda a pompa e circunstância, o que não ocorreu. Então, os familiares acabaram ficando isolados, numa campanha que foi apoiada em muitos momentos, [...] mas sempre encarado como um trabalho muito próprio, específico³³⁰.

Estava clara a expectativa de continuidade da luta por parte dos partidos políticos, uma vez que já tinha acabado a organização nacional dos movimentos de anistia. O

330

Entrevista de Maria Auxiliadora Arantes concedida a Janaína Teles. Apud TELES, Janaína de Almeida. *Memórias do cárcere da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*, São Paulo, FFLCH- USP, 2011.

término dessa articulação foi atribuído ao fato do movimento ter “começo, meio e fim”, portanto, uma vez aprovada a lei e garantidos os princípios da frente única, como “a volta dos exilados e a abertura das prisões”, não se manteve o movimento e abriu-se caminho para uma nova atuação política. Arantes apontou para o direcionamento da atuação dos militantes para novas perspectivas de atuação abertas com a ascensão da mobilização popular; priorizou-se a militância nas Comunidades Eclesiais de Base, nos novos movimentos sociais, nos sindicatos e nas associações estudantis. Esses eram, inclusive, os locais de origem de grande parte dos militantes do CBA, que, uma vez aprovada a anistia e permitida a organização partidária, voltaram as suas forças para a construção de novas ferramentas políticas. Embora continuassem apoiando as mobilizações dos familiares, não eram mais protagonistas nessa luta.

A oposição, organizada na luta pela anistia e em outros movimentos, demandou a criação de espaços de participação política, buscando construir alternativas. Essa mobilização foi ao encontro da agenda do regime de liberalização que, ao permitir a atuação política, direcionou quais seriam os caminhos a ser seguidos e, com aprovação da lei partidária, trouxe para o campo parlamentar e institucional o espaço da disputa política. A anistia serviu, como pretendiam os CBAs, como a porta de entrada para a democracia, embora não fosse a democracia que pretendiam construir.

CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação procurei analisar a dinâmica social envolvida na aprovação da lei 6.683/79. Para tanto foi necessário articular três espaços distintos: os movimentos sociais, a esfera institucional – especialmente o Parlamento – e o papel da anistia no imaginário social. Longe de tratar essas esferas como estanques, busquei demonstrar como a anistia foi mobilizada nesses espaços, destacando aproximações de significado, de práticas e de agendas. A dinâmica da luta pela anistia esteve premida por uma dupla estratégia de oposição: a priorização do espaço parlamentar e a ocupação das ruas. Pode-se compreender isso devido ao fato da elaboração da anistia exigir um mecanismo jurídico, que necessitava da aprovação parlamentar, portanto, dependia – em alguma instância – da articulação e inserção política junto a congressistas que iriam votar a lei. Em contrapartida, atribuía-se à mobilização popular a capacidade de implementar mudanças e construir uma política de transformação em oposição à ditadura. Nesta dissertação procurei explorar as contradições e aproximações dessas esferas.

Penso que consegui contribuir para a compreensão da inserção da anistia em um projeto transicional, classificando-a como uma concessão do regime a uma ampla mobilização da oposição, que não pautava apenas a anistia. A partir dessa constatação, procurei demonstrar as múltiplas funções da referida lei: reincorporar setores oposicionistas à política institucional, dispersar a unidade da oposição, excluir a participação de elementos considerados indesejados e construir um esquecimento do passado.

Não consegui esgotar, ao longo da pesquisa, algumas perguntas pertinentes sobre a aprovação da lei. Foi ela um pacto entre regime e oposição? Quem foram os participantes desse pacto? O pacto foi uma reconciliação nacional? A esse respeito, considere mais importante apontar para uma convergência de agendas políticas de transição, de um lado os movimentos sedentos de participação política e do outro o regime tentando direcionar e limitar essa participação. Os lados dessa disputa tinham forças desiguais, com uma grande concentração do poder político na mão dos militares, o que evidencia a impossibilidade de um acordo equânime. Entretanto, me parece incorreto

afirmar que coube ao regime a formulação do projeto e, à oposição, apenas aceitar essa anistia goela abaixo. Entendo que a ideia da anistia enquanto esquecimento foi gestada conjuntamente por setores da oposição e do regime. Esquecer o passado implicaria em não julgar os responsáveis pelas torturas, não investigar as mortes e desaparecimentos, mas também não olhar para quem foram os responsáveis pelo golpe, quem se beneficiou da ditadura militar.

A anistia, como parte constitutiva da transição, foi marcante para o estabelecimento do Estado Democrático. A análise da aprovação da lei permitiu uma reflexão sobre as lacunas presentes na transição, ou seja, aqueles que foram excluídos da possibilidade de participação, tendo suas demandas ignoradas para a formação do Estado. Há os que, como Maria Auxiliadora Arantes³³¹, consideram a necessidade de construir uma verdadeira conciliação nacional com a responsabilização dos perpetradores de violações de direitos humanos. Para esses militantes, essa seria uma etapa inconclusa da nossa democracia, um impeditivo do objetivo mobilizado na luta pela anistia de conciliar a nação. Uma perspectiva diferente sobre essas lacunas pode ser encontrada nas reflexões acerca da violência nas periferias das grandes cidades. Durante a ditadura o treinamento da Polícia Militar foi feito sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional³³², na qual se considerava a população como uma inimiga em potencial. Os homicídios passam a ser enxergados como uma ferramenta de limpeza social e de controle e são praticados e tolerados. A transposição das táticas de combate à guerrilha para a repressão na periferia constrói uma nova forma de enxergar os homicídios, associada à construção da imagem do bandido como inimigo a ser exterminado. O assassinato passou a ser utilizado pelas polícias, civil e militar, como um instrumento de controle territorial³³³. A anistia, aos que cometeram as violações dos direitos humanos durante a ditadura, serviria como certeza de impunidade aos que cometem tais violações nos dias atuais. Aqui é possível estabelecer um paralelo entre os agentes que se mobilizam contra essa situação. A luta pela investigação e responsabilização dos crimes da ditadura ficou a

³³¹ Fala proferida no dia 28/08/2009 na Faculdade de Direito da USP, durante o evento 30 anos da lei de anistia. Assistida por mim e documentada em vídeo pelo Laboratório de Estudos de Intolerância da USP.

³³² Manso, Bruno Paes. *Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010: uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime*. Tese (doutorado), USP, São Paulo, 2012, p.135 e p. 157.

³³³ Idem, *ibidem*, p. 271-272.

cargo dos familiares. O mesmo se pode dizer sobre as denúncias da continuidade da violência policial nos dias atuais.

A ideia da anistia aos torturadores como uma sombra sobre a democracia brasileira está presente na ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental –ADPF 153, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil. A ação, defendida pelo jurista Fábio Konder Comparato e Rafael Barbosa de Castilho, argumenta sobre a inexistência de conexão entre os crimes políticos – cometidos pelos opositores do regime militar – e os crimes comuns – contra eles praticados pelos agentes da repressão e seus mandantes no governo. Não se poderia equiparar as ações cometidas pelos opositores da ditadura com os atos considerados como terrorismo do Estado, praticado pelos militares. A resposta, elaborada pelo Supremo Tribunal Federal, a essa ADPF parece-me emblemática do papel da anistia no Estado Democrático brasileiro. Para os juízes do STF, foi a partir de um pacto forjado por diferentes forças plurais e antagônicas que foi possível estabelecer a constituição da democracia, não sendo possível pensar essa sem a existência dessa reciprocidade³³⁴.

Ao apontar a anistia como um espaço propício para a análise de lacunas atuais não pretendo construir ilusões acerca da possibilidade de construir uma democracia completa e ideal, ou ainda, de afirmar que não vivemos em uma democracia. Nesse sentido, parece-me claro que vivemos em uma democracia moderna que não hesita em utilizar suas forças repressivas contra a população, como acontece em tantas outras democracias. Contudo, entendo a análise da anistia como propícia para apontar caminhos para entender como a organização do Estado brasileiro se relaciona com as escolhas feitas nesse período.

³³⁴ MENDES, Gilmar. Voto Vogal da ADPF 163. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/voto-gilmar-mendes-adpf-lei-anistia.pdf>>. Acesso em: 17 out, 2014.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Arquivo Público do Estado de São Paulo:

20-C-44-27.739 Carta aberta escrita pela Anistia Internacional.

20-C-44-16.201 Panfleto “Anistia: uma luta que continua contra a lei de segurança nacional”.

20-C-44-15.730 Relatório sobre o movimento sindical intitulado “Anistia: uma luta que continua contra a lei de segurança nacional”.

50-Z-0-14.403 Panfleto intitulado “Anistia é liberdade”.

50-Z-0-14.396 Recorte do jornal Diário do Norte intitulado “Terezinha Zerbini quer anistia sem radicalismo”, 22/9/1977.

20-C-44-8.112 Panfleto intitulado “Anistia ampla, geral e irrestrita”, distribuído pela PUC de São Paulo.

50-Z-130-8.065 Panfleto da Anistia Internacional distribuído no XI Congresso da UCBC - União Cristã Brasileira de Comunicação Social, de 28/4/1982.

20-C-44-7.893 Panfletos de convocação para manifestação pública pela Anistia.

21-Z-14-6.813 Panfleto sobre Anistia, produzido pelo Comitê Brasileiro de Anistia da Baixada Santista.

20-C-44-6.122 Boletim da Comissão Brasileira da Anistia de São Paulo – CBA – sobre o fim do exílio intitulado “Cada companheiro que volta fortalece nossa luta”.

50-D-26-6.069 Artigo publicado no jornal Última Hora, intitulado “Anistia Irrestrita, por quê?”, s/d.

20-C-44-6.034 Boletim elaborado pelo grupo de mulheres do Comitê Irma/ Aurélio (MDB).

43-Z-0-5.789 Artigo publicado no periódico JornaLeste, de setembro de 1979, nº7, ano 4, intitulado “Anistia pela metade”, de 20/11/1979.

43-Z-0-5.188 Artigo publicado no periódico JornaLeste de setembro de 1979, nº7, ano 4, intitulado “Show pela anistia de verdade”, p.20, de 20/11/1979.

50-Z-130-5.286 Artigo publicado no jornal de alunos das escolas isoladas, intitulado “Anistia: um direito a ser conquistado”, de 10/03/1978.

50-Z-130-5.285 Boletim da Faculdade de Direito USP, intitulado “Avançar na luta pela Anistia”, de 17/3/1978.

50-Z-130-5.275 Folheto do Comitê Brasileiro de Anistia de São Paulo, intitulado “Anistia é liberdade”, de 17/4/1978.

50-Z-130-5.271 Boletim do CBA/ SP contendo artigo sobre a campanha de assinaturas pró-anistia, de junho/ 1978.

50-Z-130-5.270 Boletim do Movimento Feminino pela Anistia, núcleo Ceará.

50-Z-130-5.269 Boletim sobre a sessão de abertura da 30ª Reunião do SBPC no Teatro Cultura Artística, “pela reintegração, pela anistia, pela democracia”, 9/7/1978.

50-Z-130-5.268 Boletim sobre Anistia, Comitê eleitoral do MDB no Teatro Ruth Escobar, 26/7/1978.

50-Z-130-5.267 Boletim do CBA de São Paulo convocando vigília cívica em repúdio às prisões políticas e pela anistia, de 29/7/1978.

50-Z-130-5.266 Panfleto “CBA 78”.

50-Z-130-5.265 Carta aberta pela “Campanha pela libertação dos presos de Itamaracá”.

50-Z-130-5.264 Carta de princípios e programa mínimo de ação do CBA/ SP, de 31/7/1978.

50-Z-130-5.253 Folheto sobre Anistia do CBA/ SP, de 10/9/1978.

50-Z-130-5.250 Panfleto de apoio à greve de fome.

50-Z-130-5.242 Convocatória para o Ato Público do CBA na Câmara Municipal, dia 10/12/1978, e manifestação pelos direitos humanos.

50-Z-130-5.241 Convite às entidades para participar da mesa-redonda intitulada “Profissionais de saúde: ética e torturas”. Panfleto do evento, CBA/ SP, 13/12/1978.

50-Z-130-5.237 Jornal Opinião, da PUC de São Paulo, publicado em agosto de 1979.

50-Z-130-5.226 Relatório sobre o primeiro dia de atividades do Iº Congresso Nacional pela Anistia, de 3/11/1978.

50-Z-130-5.225 Relatório sobre o show programado para o Congresso pela Anistia.

50-Z-130-5.220 Relatório sobre a plenária final do Iº CBA (Congresso Brasileiro pela Anistia), de 5/11/1978.

50-Z-130-5.216 Relatório sobre o Iº Congresso Nacional pela Anistia, 5/11/1978

50-Z-130-5.214 Carta convocatória para o movimento de Anistia.

50-Z-130-5.213 Carta escrita pela Comissão Brasileira de Anistia de São Paulo – CBA – sobre o Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia, cidade de Salvador, BA.

50-Z-130-5.212 Boletim do Comitê pró-anistia geral no Brasil, de Portugal, em apoio ao Iº Congresso Brasileiro pela Anistia, de 2 a 5/11/1978.

50-Z-130-5.210 Boletim em apoio ao serviço ecumênico de solidariedade.

50-Z-130-5.209 Mensagem dos presos políticos de Itamaracá ao Iº Congresso Brasileiro dos movimentos pela Anistia.

50-Z-130-5.208 Mensagem dirigida ao Congresso Brasileiro pela Anistia.

50-Z-130-5.207 Carta do Comitê de Solidariedade em apoio ao Iº Congresso Nacional pela Anistia.

50-Z-130-5.204 Boletim do Iº Congresso Brasileiro pela Anistia, realizado em Salvador, BA.

50-Z-130-5.202 Folheto apreendido no Iº Congresso Brasileiro pela Anistia, intitulado “Porque lutar por anistia? Avanços e conquistas”.

50-Z-130-5.201 Carta das presas políticas de Pernambuco sobre o Iº Congresso pela anistia no Brasil, de 5/11/1978.

50-Z-130-5.196 Carta dos Comitês de Anistia sobre o Iº Congresso Brasileiro pela Anistia, de 2 a 5/11/1978.

50-Z-130-5.195 Boletim de Abertura do Iº Congresso Brasileiro pela Anistia, de 2 a 5/11/1978.

50-Z-130-5.192 Boletim do movimento feminino pela anistia, Maria Quitéria, ano I, nº2, junho de 1977, contendo entrevista com o professor Euzébio Rocha.

50-Z-130-5.187 Boletim do Iº Congresso Nacional pela Anistia, de 2 a 5/11/1978.

50-Z-130-5.186 Boletim do Iº Congresso Brasileiro pela Anistia, sobre violação de direitos humanos, tortura e a profissão médica, apreendido na PUC de São Paulo.

50-Z-130-5.184 Boletim do Iº Congresso Nacional pela Anistia, contendo lista de desaparecidos, banidos e mortos.

50-Z-130-5.181 Boletim do CBA, intitulado “Anistia: uma luta democrática”.

50-Z-130-5.180 Carta aberta do Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro.

50-Z-130-5.179 Carta aberta dos Comitês e Movimentos pela Anistia, de 13/10/1978.

20-C-44-4.917 Revista da Comissão Pró-Anistia, de Lins-São Paulo.

50-Z-130-5.026 Boletim do Iº Congresso Nacional pela Anistia - Manifesto à Nação, distribuído no Congresso Nacional pela Anistia, de 5/11/1978.

50-Z-130-5.021 Resumo das resoluções do Iº Congresso Nacional pela Anistia.

50-Z-130-5.020 Boletim sobre o Iº Congresso Nacional pela Anistia, de 2 a 5/11/1978.

20-C-44-4.892 Panfleto sobre anistia e direitos humanos.

50-Z-130-5.008 Folheto de apoio ao Congresso Nacional da Anistia, de 10/11/1978.

20-C-44-4.889 Reportagem do jornal Folha de São Paulo, intitulada “Cem exilados querem seus direitos de volta”, publicada no dia 11 de novembro de 1978.

50-Z-130-5.005 Boletim do CBA de São Paulo sobre o Encontro Nacional do Movimento pela Anistia.

50-Z-130-5.002 Carta convocatória para o movimento de anistia de todo país.

20-C-44-4.859 Relatório sobre o Ato pela Anistia.

20-C-44-4.845 Carta aberta ao Congresso Nacional para reivindicação da Anistia aos presos políticos.

20-C-44-4.802 Convocatória para o ato do dia 21/8, realizado na Praça da Sé, cidade de São Paulo.

20-C-44-4.767 Panfleto pela Anistia, s/d..

20-C-44-4.706 Livro apreendido “Semente da liberdade”, de Terezinha Godoy Zerbine.

20-C-44-4.636 Carta aberta ao Congresso Nacional escrita pelos presos políticos do Barro Branco.

20-C-44-4.560 Folheto intitulado “Por que queremos uma anistia, ampla, geral e irrestrita?”.

50-H-84-4.155 Cartazes apreendidos, intitulados “Anistia ampla e irrestrita para o povo...”.

20-C-44-3.790 Boletim Anistia, elaborado pelo CBA da cidade de Bauru, SP, em 28/6/1979.

20-C-44-3.699 Panfleto comemorativo do Dia Nacional de Luta pela Anistia.

20-C-44-2.461 Folheto do Comitê Brasileiro pela Anistia, localizado na Baixada Santista, 1979.

20-C-44-2.354 Folheto do Comitê Brasileiro pela Anistia, intitulado “Anistia, uma luta de todos nós!”.

30-B-38-924 Folheto do Movimento Feminino pela Anistia.

50-Z-0-14.407 a 14.409 Carta dirigida ao Almirante Hélio Leite sobre o movimento pela Anistia de São Paulo.

20-C-44-4635 e 4635a Boletim e folheto do CBA, das cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e São Paulo, sobre as limitações da Lei de Anistia.

50-Z-71-1217 a 1219 Histórico político e social de Terezinha Zerbine.

50-Z-130-5182/5183 Boletim do Comitê Brasileiro pela Anistia, da cidade do Rio de Janeiro, sobre o Iº Congresso Nacional pela Anistia, realizado na PUC da cidade de São Paulo, de 3/11/1978.

50-Z-130-5000/ 5001 Boletim do CBA de São Paulo, sobre o Encontro Nacional do Movimento pela Anistia, realizado na cidade de Salvador, BA, em 9/9/1978.

50-Z-130-5251 a 5252 Carta aberta dos grevistas de fome à população.

50-Z-130-5010 Boletim do Iº Congresso Brasileiro pela Anistia, de 2 a 5/11/1978.

50-Z-130-5006 e 5009 Boletim do CBA, do estado de Minas Gerais, intitulado “Subsídios para discussão sobre quem são os terroristas no Brasil. Luta pela anistia”, de novembro de 1978.

50-Z-130-5013 a 5017 e 5027 Boletim do Iº Congresso Brasileiro pela Anistia.

30-Z160-12.499 Panfleto da Anistia Internacional, sediada em Londres, Inglaterra.

50-Z-0-14-856 a 14.862 Boletim do CBA, contendo pesquisa sobre a Anistia.

Fundação Perseu Abramo – Centro de documentação Sérgio Buarque de Holanda:

“A nossa causa e o seu símbolo”. Maria Quitéria – Boletim Informativo do Movimento Feminino Pela Anistia. Ano 1, nº 1, julho de 1976, p. 2.

Entrevista de Herbert de Souza concedida à revista Teoria e Debate, nº 16, 1991

Greco, Helena. Discurso de Roma, 28 de junho de 1979;

Greenhalgh, Luís Eduardo. Discurso de Roma, 28 de junho de 1979.

Abertura do I Congresso Nacional da Anistia – discurso Luiz Eduardo Greenhalgh.

Deliberações do II Congresso Nacional de Anistia,

Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação – CBA, Julho de 1978

Carta de Salvador – Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia. Salvador, 9 de setembro de 1978.

Encerramento do I Congresso Nacional pela Anistia. Manifesto à Nação. 5 de novembro de 1978

ABRAMO, Perseu. Questões da continuidade da luta pela anistia, out./nov. De 1979.
Abramo, Perseu. A greve, as prisões e os CBAs, *Jornal Movimento*, 20/04-04/05/1980.

Congresso Nacional:

BRASIL. Congresso Nacional. *Anistia*. v. 1 e 2, Brasília-DF, 1982.

Bibliografia

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de. *As esperanças do passado*. Campinas: Unicamp, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANTES, Paulo. *Novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BASTOS, Lucia Elena Arantes Ferreira. *As leis de anistia face ao direito internacional: o caso brasileiro*. Tese (doutorado), FADUSP, São Paulo, 2007.

ASSIS, Chico de. et al. *Onde está meu filho?* São Paulo: Paz e Terra, 1985.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. *Enciclopédia Einaudi*, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.

BLAY, Eva. *Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches*. IV Encontro Anual da ANPOCS, Rio de Janeiro, 1980.

BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

_____. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BUZZO, Ricardo Santos. *O conceito de sociedade civil na "American Historical Review" na segunda metade do século XX*. Dissertação (mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011.

CIAMBARELLA, Alessandra. *"Anistia ampla, geral e irrestrita": as relações Estado e sociedade na campanha pela anistia no Brasil (1977-1979)*. Fortaleza. ANPUH XXV Congresso Nacional de História, 2009.

_____. *Anistia ampla, geral e irrestrita": a campanha pela anistia política no Brasil (1977-1979)*, Dissertação (mestrado) em História, UFF, Niterói, 2002, p. 113.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação. (mestrado), USP, São Paulo, 2012.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*, nº 25, Curitiba, 2005.

_____. *A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e rumos da transição*. Disponível em: http://www.academia.edu/193806/CODATO_Adrino._A_burguesia_contra_o_Estado_Crise_politica_acao_de_classe_e_os_rumos_da_transicao, Acesso em: 08 set. 2014.

CALVEIRO, Pilar, *Política y/o violencia*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

_____. *Poder e desaparecimento*. São Paulo: Boitempo, 2013.

COMBLIN, Pe. Joseph, *A ideologia de segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DELPORTO, Fabíola Brigante. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a construção da sociedade civil no Brasil e a construção da cidadania*. Campinas: Unicamp, 2002.

FERNANDES, Florestan. *Revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FORGET, Danielle. *Conquistas e resistências do poder*. São Paulo: Edusp, 1994.

GABEIRA, Fernando Nagle. *Carta sobre a anistia: a entrevista do Pasquim: conversação sobre 1968*. Rio de Janeiro: Codecri. 1979.

GAMSON, William. Framing the political opportunities. In: *Comparative perspective on social movements*. Cambridge University Press, 9th Edition, 2008.

GASPARI, Elio. *Ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Edições Loyola, 9a Edição, 2011.

RECO, Heloisa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutoramento). Belo Horizonte, UFMG, 2003.

HONNET, Axel. *A luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2003.

KOSELECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

KUCINSKY, Bernardo. *Abertura: a história de uma crise*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982.

LEITE, Rosalina Santa Cruz; TELES, Amelinha. *Da guerrilha à imprensa feminista*. São Paulo: Intermeios, 2013.

LE MOS, Renato, *Anistia e crise política no Brasil pós-1964 in Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.

LORAU, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MACHADO, Cristina Pinheiro, *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

MANSO, Bruno Paes. *Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010: uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime*. Tese (doutorado). USP, São Paulo, 2012.

MAUÉS, Flamarion. Livros na campanha pela anistia. *Revista Perseu: História, Memória e Política*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, nº 6, ano 5, dez. 2011, p. 257-277.

MATHIAS, Suzeley. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. São Paulo: Papirus, 1995.

MENDES, Gilmar, *Voto Vogal da ADPF 163*, Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/voto-gilmar-mendes-adpf-lei-anistia.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2014.

MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas conseqüências: um estudo do caso brasileiro*. Dissertação (mestrado), USP, São Paulo, 2004.

_____. 25 anos de anistia um processo inconcluso, *Novos Estudos 70 –CEBRAP*. 2004.

NAPOLITANO, Marcos Francisco, *Nós que amávamos tanto a democracia*. Dissertação (mestrado), USP, São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, Ione. História política e historiografia do Brasil República. In: *Textos de História*, n. 1-2, vol. 15, p. 93-107, 2007.

O'DONNEL, Guillermo; SCHMITTER, Philip. *Transições do regime autoritário*. São Paulo: Vértice, 1988.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

QUEIRÓZ, Marcelina Silveira. *A espoliação das lembranças: reinserção dos exilados após a Anistia (1979-1985)*. Belo Horizonte: PUC-MG, 2000.

QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de yransição: contornos do conceito*. Dissertação (mestrado). São Paulo, USP, 2012.

RAMOS, Andressa Maria Villar, *As sensibilidades coletivas nas ções políticas a dimensão afetiva no movimento pela anistia (1975-1980)*. Tese (doutorado), PUC-SP, São Paulo, 2008.

REIS Filho, Daniel Aarão, *Ditadura militar esquerdas e sociedade*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2014.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Denise Felipe. *A anistia brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil militar à democracia*. Dissertação (mestrado), UFF. Niterói, 2012.

RIBEIRO, David Ricardo Sousa. *Da crise política ao golpe de estado: conflitos entre o poder executivo e o poder legislativo durante o governo João Goulart*. Dissertação (mestrado). USP, São Paulo, 2013.

RODEGHERO, Carla Simone. *Para uma história da luta pela anistia: o caso do Rio Grande do Sul (1974 – 1979)*. Florianópolis: Tempo e Argumento, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009, p. 99-122.

_____. Pela “pacificação da família brasileira”: uma breve comparação entre as anistias de 1945 e de 1979. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.34, no. 67, p. 67-88 – 2014.

_____. *A anistia entre a memória e o esquecimento*, *História Unisinos*, v. 13, n.2 maio/agosto 2009, p. 131-139.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Florianópolis: Edunisc, 2011.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas já: O grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ROLLEMBERG, Denise. Rollemberg, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Ed Record, 1999.

_____. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SAFATLE, Vladimir. A profecia da violência sem traumas, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 06 jul. 2008.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson Luís de Almeida; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. v.1 e 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

SECCO, Lincoln, *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Haíke R. Kleber (org). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora Unesp/Arquivo Público do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

SILVA, Sandro Héverton Câmara da, *Anistia política: conflito e conciliação no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro (1964-1979)*. Dissertação (mestrado). UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Carlos Bauer de. *Os trabalhadores e a luta pela construção da democracia no Brasil (1964-1983)*. Tese (doutorado). USP, São Paulo.

SWENSSON Jr, Lauro Joppert. *Anistia penal*. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TILLY, Charles, *Regimes and repertories*. The University of Chicago Press, 2006.

TELES, Edson Luís de Almeida. *Brasil e África do Sul: memória política em democracias com herança autoritária*. Tese (doutorado), São Paulo, USP, 2007.

TELES, Janaína de Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação (mestrado), USP, São Paulo, 2005.

_____. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. São Paulo, USP, 2011.

VIANNA, Gilney Amorim; CIPRIANO, Perly. *Fome de liberdade: relato dos presos políticos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel e Almeida, 1992.

ZERBINE, Therezinha Godoy. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo, 1979.

ANEXOS

ANEXO 1- LEI No 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979. Concede anistia e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º - Excetua-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º - Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformadas, poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo: (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

I - se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro do Estado; (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

II - se servidor civil da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes; (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

III - se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal; (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

IV - se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governo ou Prefeito (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002).

Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Políticas Militares ou dos Corpos de Bombeiro, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos comandantes (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002).

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º - Os requerimentos serão processados e instituídos por comissões especialmente designadas pela autoridade a qual caiba a apreciá-los.

§ 2º - O despacho decisório será proferido nos centos e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º - No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o Militar de acordo com o que estabelecer o Decreto a que se refere o art. 13 desta Lei.

§ 4º - O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbabilidade do servidor.

§ 5º - Se o destinatário da anistia houver falecido, fica garantido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente lei (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002).

Art. 4º Os servidores que, no prazo fixado no art. 2º, não requerem o retorno ou a reversão à atividades ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do serviço ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002).

Art. 5º Nos casos em que a aplicação do artigo cedida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este o pagamento da diferença respectiva como vantagem individual. (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim, na linha reta, ou na colateral, ou o Ministro Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano

§ 1º - Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º - O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerente e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º - Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º - Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º A conhecida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em grave ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, haja sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º Os anistiados, em relação as infrações e penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações do serviço militar, os que à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto nesse artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos

Atos a que se refere o art. 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares incorrido em falta ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10. Os servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do art. 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no art. 11.

Art. 11. Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, saldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12. Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão voltar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13. O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

ANEXO 2 - Emenda constitucional n º11 de 1979

Art. 152 - A organização e o funcionamento dos partidos políticos, de acordo com o disposto neste artigo, serão regulados em lei federal.

§ 1º - Na organização dos partidos políticos serão observados os seguintes princípios:

I - regime representativo e democrático, baseado na pluralidade dos partidos e garantia dos direitos humanos fundamentais;

II - personalidade jurídica mediante registro dos estatutos;

III - inexistência de vínculo, de qualquer natureza, com a ação de governos, entidades ou partidos estrangeiros;

IV - Âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos órgãos regionais ou municipais.

§ 2º - O funcionamento dos partidos políticos deverá atender às seguintes exigências

I - filiação ao partido de, pelo menos, 10% (dez por cento) de representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que tenham, como fundadores, assinado seus atos constitutivos; ou

II - apoio, expresso em votos, de 5% (cinco por cento) do eleitorado, que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos, pelo menos, por nove Estados, com o mínimo de 3% (três por cento) em cada um deles;

III - atuação permanente, dentro do programa aprovado pelo tribunal superior Eleitoral; IV - disciplina partidária;

V - fiscalização financeira.

§ 3º - Não terá direito a representação o partido que obtiver votações inferiores aos percentuais fixados no item II do parágrafo anterior, hipótese em que serão consideradas nulas.

§ 4º - A extinção dos partidos políticos dar-se-á na forma e nos casos estabelecidos em lei.

§ 5º - Perderá o mandato no senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais quem, por atitude ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o

partido sob cuja rege for eleito, salvo se para participar, como fundador, da constituição de novo partido.

§ 6º - A perda do mandato, nos casos previstos no parágrafo anterior, será decretada pela

Justiça Eleitoral, mediante representação do partido, assegurado o direito de ampla defesa.

ANEXO 3 - Lei de partidos políticos 6767/79

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), abaixo enumerados, com as alterações decorrentes das Leis posteriores, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A fundação, a organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos são regulados por esta Lei Art. 2º Os partidos políticos, pessoas jurídicas de direito público interno, destinam-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos humanos fundamentais, definidos na Constituição.

Art. 3º A ação dos partidos será exercida em âmbito nacional, de acordo com seu estatuto e programa, sem vinculação, de qualquer natureza, com governos, entidades ou partidos estrangeiros.

Parágrafo único - Os filiados a um partido têm iguais direitos e deveres.

Art. 4º Partidos adquirem personalidade jurídica com o registro do seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

Parágrafo Único - O Tribunal Superior Eleitoral somente autorizará o registro de partido político que tenha seu estatuto e programa aprovados nas convenções municipais, regionais e nacional.

Art. 5º Na fundação de um partido serão obrigatoriamente observadas as seguintes normas:

I - Os fundadores do partido, em número nunca inferior a 101 (cento e um), elegerão uma comissão diretora nacional provisória de 7 (sete) a 11 (onze) membros;

II - a Comissão Diretora Nacional Provisória fará publicar, na imprensa oficial, o manifesto de lançamento, acompanhado do estatuto e programa, e se encarregará das providências preliminares junto ao Tribunal Superior Eleitoral;

III - o manifesto indicará a constituição da Comissão Diretora Nacional Provisória, o nome do partido em formação, com a respectiva sigla, bem assim o número do título e da zona eleitora e o Estado de seus fundadores, destacando, quando for o caso, a condição de deputado federal ou senador.

§ 1º Do nome constará obrigatoriamente a palavra partido com os qualificativos, seguidos da sigla, esta correspondente às iniciais de cada palavra, não sendo permitida a utilização de expressões ou arranjos que possam induzir o eleitor a engano ou confusão.

§ 2º É vedado a um partido adotar programa idêntico ao de outro registrado anteriormente.

§ 3º Não se poderá utilizar designação ou denominação partidária, nem se fará arregimentação de filiados ou adeptos, com base em credos religiosos ou sentimentos de raça ou classe.

Art. 6º A Comissão Diretora Nacional Provisória designará em ata, para os Estados, comissões com igual número de membros, que, autorizadas por aquela, nomearão, na respectiva área territorial, comissões para os Municípios e para as zonas eleitorais existentes nas suas capitais.

Art. 7º Os membros das comissões regionais e municipais provisórias assinarão declaração individual ou coletiva de apoio ao estatuto e programa do partido, juntada obrigatoriamente a ata a ser enviada à Justiça Eleitoral.

Art. 8º A Comissão Diretora Nacional Provisória comunicará a fundação do partido ao Tribunal Superior Eleitoral, pedindo o seu registro provisório e o prazo da lei para organizá-lo, juntando:

I - cópia do manifesto, do programa e do estatuto, com prova de sua publicação;

II - cópias autênticas das atas de designação das comissões diretoras regionais provisórias, com pedido para que delas dê ciência aos Tribunais Regionais Eleitorais;

III - credenciamento, perante o Tribunal, de até 6 (seis) representantes do partido em formação, com igual número de suplentes.

Art. 9º Recebida a comunicação e atendidas as formalidades previstas nos artigos anteriores, o Tribunal Superior Eleitoral concederá o prazo de 12 (doze) meses para que se organize o partido, comunicando tal decisão aos Tribunais Regionais Eleitorais, que dela cientificarão os Juízes Eleitorais.

Art. 10 Após as providências a que se refere o art. 8º, a Comissão Diretora Nacional Provisória expedirá instruções às Comissões Diretoras Regionais Provisórias, e estas às Comissões Municipais Provisórias, às quais serão anexados o estatuto e o programa partidários, a serem discutidos e aprovados nas convenções que elegerem os diretórios respectivos.

Parágrafo Único - As Comissões Diretoras Provisórias regionais e municipais deverão providenciar credenciamento, perante o Tribunal Regional Eleitoral e o Juiz Eleitoral, respectivamente, de até cinco representantes do partido em formação.

Art. 11 Os partidos políticos poderão, fundados no programa, estabelecer planos de ação, fixando objetivos e metas para determinado período.

Art. 12 O partido que, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, prevista no art. 9º, não tenha realizado convenções em pelo menos 9 (nove) Estados e em 1/5 (um quinto) dos respectivos Municípios, deixando de eleger, em convenção, o diretório nacional, terá sem efeito os atos preliminares praticados, independente de decisão judicial.

Art. 13 Realizadas as convenções municipais, regionais e nacional, com a aprovação do manifesto, do estatuto e do programa, e a eleição dos respectivos diretórios e

comissões executivas, o diretório nacional requererá ao Tribunal Superior Eleitoral o registro do partido, apresentando:

I - prova de que o manifesto, o estatuto e o programa foram aprovados pelas convenções municipais, regionais e nacional;

II - cópia autêntica da ata da convenção nacional, na qual fique demonstrado o comparecimento de representante dos órgãos regionais correspondentes, pelo menos, a nove Estados da Federação.

§ 1º - Autuado o requerimento, o relator a quem o feito fora distribuído determinará a publicação de edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, para a impugnação, que poderá ser contestada, em igual prazo, mediante intimação publicada no Diário da Justiça.

§ 2º - São partes legítimas para impugnar o registro o Ministério Público, partido político, membro de órgão de direção partidária ou titular de mandato eletivo.

§ 3º - As partes deverão instruir a impugnação e a contestação com os documentos em que fundamentem suas alegações.

§ 4º - Se a contestação for instruída com novos documentos, o impugnante terá vista dos autos, por 8 (oito) dias, para falar sobre eles.

§ 5º - Esgotados os prazos concedidos às partes, abrir-se-á vista dos autos, durante 20 (vinte) dias, ao procurador-geral eleitoral, quando não for ele o impugnante.

§ 6º - Findo o prazo previsto no parágrafo anterior, com ou sem pronunciamento da procuradoria, os autos serão conclusos ao relator, que os submeterá a julgamento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias

§ 7º - Na sessão de julgamento, após o relatório, as partes, inclusive o procurador-geral, poderão sustentar oralmente suas razões, no prazo improrrogável de 20 (vinte) minutos cada um.

Art. 14. Funcionará imediatamente o partido político que, registrado no Tribunal Superior Eleitoral, tenha:

I - como fundadores signatários de seus atos constitutivos pelo menos 10% (dez por cento) de representantes do Congresso Nacional, participando a Câmara dos Deputados e o Senado Federal; ou

II - apoio expresso em voto de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, pelo menos por 9 (nove) Estados, com o mínimo de 3% (três por cento) em cada um deles.

§ 1º - No cálculo do percentual de que trata o item I deste artigo, desprezar-se-á a fração.

§ 2º - O partido, devidamente registrado, que atender ao requisito do item I, requererá autorização para funcionamento ao Tribunal Superior Eleitoral, que, se deferir o pedido, baixará resolução autorizativa, de cujo teor dará ciência à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, bem assim aos Tribunais Regionais Eleitorais, para que estes comuniquem a decisão às Assembleias Legislativas e, por intermédio dos juízes eleitorais, às Câmaras Municipais.

Art. 15. Após a apuração, pelos Tribunais Regionais Eleitorais, dos resultados da eleição geral para a Câmara dos Deputados, o Tribunal Superior Eleitoral proclamará o total do eleitorado que haja votado no País.

Parágrafo Único - O Tribunal Superior Eleitoral enviará à Câmara dos Deputados comunicação dos nomes dos partidos que, por terem alcançado os percentuais fixados no item II do art. 14, poderão funcionar, bem assim a relação dos eleitos e suplente.

Art. 16. Não terá direito à representação no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas o partido que não obtiver o apoio, expresso em voto de 5% (cinco por cento) do eleitorado, apurados em eleição geral para a Câmara dos Deputados e distribuído em pelo menos 9 (nove) Estados, com o mínimo de 3% (três por cento) em cada um deles.

Art. 17. Verificando-se a hipótese do artigo anterior, os votos dados aos candidatos serão declarados nulos pela Justiça Eleitoral, preservando o partido sua organização para

habilitar-se a novo pleito eleitoral, desde que mantenha seus órgãos dirigentes, de acordo com a lei.

Parágrafo Único - Os Tribunais Regionais Eleitorais somente procederão à diplomação dos candidatos eleitos após a proclamação a que se refere o art. 15.

Art. 18. Os partidos políticos poderão estabelecer normas de seu peculiar interesse e fins programáticos, bem assim fixar, nos respectivos estatutos, o número e a categoria dos membros dos órgãos partidários, definindo-lhes a competência e regulando-lhes o funcionamento, observadas as disposições desta Lei.

Art. 19. É proibido aos partidos políticos:

I - usar símbolos nacionais para fins de propaganda;

II - ministrar instrução militar ou paramilitar e adotar uniforme para seus membros;

III - delegar poderes, em quaisquer de seus órgãos, salvo os diretórios nacional e regionais, às respectivas comissões executivas em assuntos administrativos;

IV - fazer coligações com outros partidos para as eleições à Câmara dos Deputados, às Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

Art. 20. O estatuto e o programa são os documentos essenciais à constituição do partido, os quais subscritos pelos seus fundadores e apoiados por todos aqueles que a ele se tenham filiado, devem ser aprovados pelas convenções municipais, regionais e nacionais.

Art. 21. Nenhuma proposta de alteração estatutária ou programática será submetida à votação sem prévia publicação, na íntegra, no Diário Oficial da União, pelo menos 6 (seis) meses antes da data da convenção nacional.

Parágrafo Único - A alteração entrará em vigor depois de registrada pelo Tribunal Superior Eleitoral e publicada a decisão.

Art.

22.

§ 2º - (vetado).

§ 3º - (vetado).

Art. 27.

IV - preservar normas estatutárias, a ética partidária ou a linha político-partidária fixada pelas convenções ou diretórios nacionais ou regionais, respectivamente, conforme a medida se aplique a diretórios regionais ou municipais;

V - normalizar a gestão financeira;

VI - garantir o direito das minorias;

§ 3º - A intervenção perdurará enquanto não cessarem suas causas determinantes.

Art. 28. As convenções (vetado) municipais, regionais e nacionais, para a eleição dos respectivos diretórios dos partidos políticos, realizar-se-ão em datas pelos mesmos estabelecidas.

Parágrafo Único - É de 2 (dois) anos o mandato dos diretórios partidários.

Art. 30. Somente poderão participar das convenções partidárias os eleitores filiados ao partido até 30 (trinta) dias antes de sua realização.

Art. 35.

I - 2% (dois por cento) do eleitorado dos Municípios até 1.000 (mil) eleitores;

II - os vinte do item I e mais 5 (cinco) para cada 1.000 (mil) eleitores, nos Municípios de até 50.000 (cinquenta mil) eleitores;

III - os 270 (duzentos e setenta) do item anterior e mais 2 (dois) para cada mil eleitores, nos Municípios de até 200.000 (duzentos mil) eleitores;

IV - os 670 (seiscentos e setenta) do item anterior e mais 1 (um) para cada 1.000 (um mil) eleitores, nos Municípios de até 500.000 (quinhentos mil) eleitores;

V - os 1.170 (mil cento e setenta) do item anterior e mais 1 (um) para cada 2.000 (dois mil) eleitores, nos Municípios de mais de 500.000 (quinhentos mil) eleitores.

Parágrafo Único - Em cada Estado, o Tribunal Regional Eleitoral publicará, com 10 (dez) dias, pelo menos, de antecedência, a relação dos Municípios sob sua jurisdição e o número dos respectivos filiados habilitados a participar das convenções partidárias para organização de diretório.

Art. 36. Para que possa organizar diretório regional, o partido deve possuir diretórios municipais registrados em pelo menos 1/5 (um quinto) dos municípios do Estado.

Art. 37. A constituição do diretório nacional dependerá da existência de diretórios regionais registrados em pelo menos 9 (nove) Estados.

Art. 38. Constituem a convenção municipal os eleitores inscritos no Município e filiados ao partido.

Art. 39. Cada grupo de, pelo menos, 10% (dez por cento) dos eleitores filiados com direito a votar na convenção requererá, por escrito, à Comissão Executiva Municipal, até 20 (vinte) dias antes da convenção, o registro da chapa completa de candidatos ao diretório, acrescida dos candidatos à suplência.

.....

§ 3º - Se a zona eleitoral estiver vaga, ou se o juiz eleitoral se encontrar ausente, a providência referida no parágrafo anterior poderá ser tomada pelo escrivão eleitoral que

certificará a data da apresentação e colherá o recibo do diretório municipal na segunda via.

.....

Art. 55. No diretório nacional haverá pelo menos um membro eleito de cada seção partidária regional, devendo os partidos, sempre que possível, dar participação às categorias profissionais.

§ 1º - Os diretórios regionais e nacionais fixarão, até 45 (quarenta e cinco) dias antes das respectivas convenções, o número de seus futuros membros, que não deverão ultrapassar, respectivamente, os limites máximos de 45 (quarenta e cinco) e 71 (setenta e um), incluídos os líderes nas Assembléias Legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

§ 2º - Os diretórios regionais fixarão até 60 (sessenta) dias antes das convenções municipais o número dos membros dos diretórios municipais, respeitando o limite máximo de 45 (quarenta e cinco) inclusive o líder da Câmara Municipal, comunicando a decisão imediatamente àqueles e à Justiça Eleitoral.

.....

Art. 62. Somente poderão filiar-se ao partido os eleitores que estiverem no pleno gozo dos seus direitos políticos.

.....

Art. 64. O cidadão inscrever-se-á no diretório do município em que for eleitor, recebendo, no ato da inscrição, gratuitamente, um exemplar do estatuto e programa do partido.

§ 1º - (vetado).

§ 2º - É facultada a filiação do eleitor perante o diretório nacional de partido político.

§ 3º - Os partidos poderão criar tipo especial de filiação, regulado nos estatutos, para maiores de 16 (dezesseis) anos que se comprometam com os seus princípios doutrinários e programáticos.

Art. 65. A ficha de filiação, obtida em qualquer diretório, depois de preenchida e assinada pelo eleitor, em três vias, com declaração, de apoio ao estatuto e programa do partido, será apresentada ao Diretório Municipal, diretamente ou através de qualquer de seus membros.

.....

§ 3º - Da decisão denegatória de filiação cabe recurso direto à Comissão Executiva Regional ou ao juiz da respectiva zona eleitoral, a ser interposto dentro de 3 (três) dias, salvo na primeira hipótese do artigo anterior, quando caberá recurso, no mesmo prazo à Comissão Executiva Nacional.

.....

§ 6º - Na hipótese do § 1º do artigo anterior, a ficha de filiação partidária será enviada ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins de que trata o § 4º deste artigo.

§ 7º - Onde não existir diretório municipal a primeira via da ficha ficará arquivada no cartório da zona eleitoral do filiado, e a segunda será devolvida à Comissão Executiva Regional, que a transferirá à Comissão Provisória Municipal.

§ 8º - Os juízes eleitorais encaminharão ao Tribunal Regional Eleitoral, trimestralmente, a relação dos eleitores filiados a partidos políticos, com o nome e o número do título eleitoral.

.....

Art. 69. O cancelamento da filiação partidária verificar-se-á, automaticamente, nos casos:

- I - de morte;
- II - de perda dos direitos políticos;
- III - de expulsão;
- IV - de filiação a outro partido.

.....

Art. 72. Perderá o mandato o senador, deputado federal, deputado estadual ou vereador que, por atitude ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária, ou deixar seu partido, salvo para participar, como fundador, da constituição de novo partido.

Parágrafo único - O senador, deputado federal, deputado estadual ou vereador somente poderá participar como fundador, na constituição de novo partido, uma vez durante um quadriênio.

.....

Art. 95.

III - de doações de pessoa física, no limite, máximo de 200 (duzentas) vezes o maior salário mínimo do País, inclusive com a finalidade de manter os institutos de estudos e formação política;

IV - dotações orçamentárias da União. § 1º - As doações a que se refere o item III poderão ser feitas diretamente ao partido, que as contabilizará em livro próprio e prestará contas nos termos desta Lei, facultada a sua dedução da renda bruta, para fins de cálculo do imposto de renda.

§ 2º - Ao final de cada ano, os partidos publicarão, no Diário Oficial da União, o montante das doações recebidas e a respectiva destinação.

.....

Art. 97.

I -10% (dez por cento) do total do Fundo Partidário serão destacados para entrega, em partes iguais aos partidos em funcionamento;

II - 90% (noventa por cento) serão distribuídos proporcionalmente ao número de mandatários que tiverem na Câmara dos Deputados.

Parágrafo único - Nos cálculos de proporção a que alude o item II, tomar-se-á por base a filiação partidária que constar na diplomação dos candidatos eleitos.

.....
Art. 105.

I - na manutenção das sedes e serviços dos partidos, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total recebido;

.....
Art. 109. Os partidos gozarão de isenção de imposto de qualquer natureza e de gratuidade na publicação de atas das reuniões convocatórias para funcionamento de órgãos, documentos relativos à vida jurídica e financeira, e editais, súmulas ou pequenas notas informativas na imprensa oficial e emissoras de rádio e televisão de propriedade da União, dos Estados e Municípios, existentes na cidade onde tiverem sede seus órgãos de deliberação e direção, de acordo com instruções a serem baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

.....
Art. 112. Será cancelado o registro do partido que, por sua ação, contrariar as normas dos artigos 2º, 3º e 19.

.....

Art. 114. Cancelar-se-á, ainda, o registro do partido que, organizado mas não em funcionamento, deixar de apresentar, nos prazos da lei, para registro, as atas comprobatórias das eleições periódicas dos órgãos partidários.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, o Tribunal Superior Eleitoral, de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, processará o cancelamento do registro do partido.

.....

Art. 2º Ficam extintos os partidos criados como organizações, com base no Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, e transformados em partidos de acordo com a Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, por não preencherem, para seu funcionamento, os requisitos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único - Nos casos deste artigo, o Tribunal Superior Eleitoral, de ofício, cancelará os respectivos registros.

Art. 3º Durante a presente legislatura e até o registro e funcionamento dos partidos, os parlamentares reunir-se-ão em blocos, sobre cuja organização e atividade disporão, através de ato próprio, as Mesas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais.

Parágrafo único - Os blocos de que trata este artigo serão constituídos dos filiados a um mesmo partido em organização, vedado ao parlamentar transferir-se para outro bloco.

Art. 4º O suplente de senador, deputado federal, deputado estadual ou vereador, se convocado para assumir o mandato, exercê-lo-á sob a legenda do partido a que se filiou.

Art. 5º Dentro de 15 (quinze) dias, contados na data em que receber, do primeiro partido que se fundar, a comunicação a que se refere o art. 8º da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, na redação dada por esta Lei, o Tribunal Superior Eleitoral disporá sobre o modelo das fichas de filiação partidária e sua distribuição às Comissões Diretores Provisórias.

Parágrafo único - Para as primeiras convenções municipais, a realizarem-se nos termos desta Lei, a filiação será feita perante as Comissões Diretoras Municipais Provisórias.

Art. 6º Será de 1 (um) ano o mandato dos primeiros diretórios eleitos na forma das instruções baixadas nos termos do art. 9º desta Lei.

Art. 7º O Tribunal Superior Eleitoral providenciará no sentido de lhe ser creditado, em conta especial do Banco do Brasil S/A., o total das arrecadações feitas a partir da vigência desta Lei, em conformidade com o disposto no item I do art. 95 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, que se destinará ao Fundo Partidário.

Parágrafo único - Os recursos a que se refere este artigo serão distribuídos entre os partidos políticos organizados e registrados na forma desta Lei, a partir da data em que entraram em funcionamento, obedecida a proporcionalidade de representação na Câmara dos Deputados.

Art. 8º O patrimônio dos Partidos extintos em decorrência desta Lei terá a destinação prevista nos seus estatutos, cabendo ao último presidente de cada um deles promover a execução do disposto neste artigo.

§ 1º - O presidente do Diretório Regional do Partido poderá acolher delegação do presidente da Comissão Executiva Nacional para promover, em cada Estado, a execução deste artigo, dando ciência das medidas adotadas ao respectivo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 2º - Na impossibilidade de cumprir-se o disposto neste artigo, o patrimônio será alienado em juízo, e o produto líquido apurado, após o pagamento do passivo, equitativamente distribuído entre os novos partidos que se organizarem e entrarem em funcionamento dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do deferimento do registro pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º - Havendo recursos financeiros em conta bancária, estes serão destinados, primeiro, à liquidação de dívidas do partido extinto, porventura existentes, e, na hipótese de restar saldo, proceder-se-á nos termos do caput deste artigo.

§ 4º - Os presidentes dos diretórios municipais, regionais, e nacionais dos atuais partidos farão a prestação de contas a que se refere o artigo 106 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta Lei.

Art. 9º O Tribunal Superior Eleitoral baixará, em 60 (sessenta) dias, as instruções para a fundação, organização e funcionamento dos partidos políticos, de acordo com a presente Lei.

Art. 10. Havendo convocação extraordinária do Congresso Nacional, Assembléia Legislativa ou Câmara Municipal, durante o período de recesso, após a presente sessão legislativa e até o início da sessão de 1980, os parlamentares reunir-se-ão obrigatoriamente em blocos (vetado) sobre cuja organização e atividade disporão, mediante atos próprios, as Mesas das respectivas Casa Legislativas, dentro de 5 (cinco) dias, a partir da convocação.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se o parágrafo único do art. 33; o parágrafo 4º do art. 39; os artigos 122, 123, 124, 125, 126 e 127 e seus parágrafos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971; (vetado) e demais disposições em contrário.

Brasília, em 20 de dezembro de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella